



Assembleia Municipal de Viseu

CÓPIA DE PARTE DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU REALIZADA NO DIA
NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MILE QUINZE.

Assunto: PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO de 2016, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no art.º 12.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

A Assembleia Municipal de Viseu reunida em Sessão Ordinária, realizada no dia nove de novembro do ano de dois mil e quinze, procedeu à APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO de 2016, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no art.º 12.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Após apreciação da proposta, agendada como ponto número 5 da Ordem de Trabalhos, foi colocada à votação, obtendo-se o resultado de votos a 37 favor, 13 votos contra e 0 abstenções, deliberando assim aprovar a proposta.

Esta deliberação, para efeitos de execução imediata, foi aprovada em minuta, conforme o preceituado nos nºs 3 e 4 do Artigo nº 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo nº 4 do art.º 58º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA



Assembleia Municipal de Viseu

- CERTIDÃO -

O Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, José Manuel Henriques Mota de Faria, CERTIFICA que, a Assembleia Municipal de Viseu reunida em Sessão Ordinária no dia nove de novembro do ano de dois mil e quinze, apreciou o ponto número 5 da Ordem de Trabalhos, PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO de 2016, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no art.º 12.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

A Assembleia Municipal de Viseu deliberou aprovar a proposta, obtendo a votação o resultado de **37** votos a favor, **13** votos contra e **0** abstenções.

Esta deliberação, para efeitos de execução imediata, foi aprovada em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo n.º 4 do art.º 58º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal.

É quanto me cumpre certificar.

Viseu, Gabinete da Assembleia Municipal, 11 de novembro de 2015.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(José Manuel Henriques Mota de Faria)

CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

CÓPIA DE PARTE DA:

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE

-----ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO DE 2016-----

****** - **,**,**** - Relativamente á proposta apresentada, o Senhor Presidente, procedeu ao seguinte enquadramento:-----

-----"As propostas de orçamentos da Câmara Municipal de Viseu e das Águas de Viseu/SMAS para o ano de 2016 apresentam o valor global de 62 milhões de euros e setecentos mil euros 47,8 milhões de euros respeitam ao Orçamento da Câmara, 14,9 milhões ao Orçamento das Águas de Viseu/SMAS.-----

-----Esse valor é inferior aos orçamentos do ano anterior em cerca de 20 milhões de euros, redução explicada essencialmente pela redução do orçamento das Águas de Viseu/SMAS em cerca de 17 milhões de euros, consequência positiva da conclusão a tempo e horas do investimento de grande dimensão relativo à construção da ETAR VISEU SUL e respetivos emissários, previsto no orçamento de 2015, com o respetivo encaixe de fundos comunitários.-----

-----Esta redução é ainda explicada pelo atraso significativo verificado nos financiamentos dos Programas Operacionais do "PORTUGAL 2020", que merece nota negativa, assim como aos limites impostos pelos normativos do POCAL à integração de saldos de gerência (que terá lugar assim em sede de um Orçamento Retificativo, em resultado da execução superavitária do Orçamento de 2015).-----

-----A racionalidade e o equilíbrio financeiros, entre receitas e despesas correntes, continuarão a ser marcas do exercício orçamental do Município de Viseu, dando garantias de sustentabilidade e de fôlego no investimento e na promoção da coesão social e local.-----

-----A receita corrente total da Câmara Municipal e das Águas de Viseu/SMAS, no valor global de 54 milhões de euros, é superior à despesa corrente em cerca de 12 milhões de euros, saldo este que será utilizado na realização de investimentos, somando-se à disponibilidade de receita de capital. Este 'equilíbrio superavitário' é uma alavanca positiva e sustentável para a promoção de investimento no novo ciclo do PORTUGAL 2020, cuja aceleração se espera, assim como para uma redistribuição social e territorial, segundo princípios de promoção da coesão e equidade social e local.-----

-----A importância orçamental de programas como o VISEU LOCAL, o VISEU EDUCA, o VISEU ATIVO (com a Atividade Sénior e os Contratos de Desenvolvimento Desportivos), o VISEU HABITA, o VISEU TERCEIRO (Cultura) ou o financiamento da mobilidade concelhia exprimem na prática esse compromisso ativo de coesão social e local, complementadas por iniciativas ligadas à inclusão e à solidariedade social, quer do lado camarário como dos serviços municipalizados.-----

-----Deve aliás sublinhar-se que, apesar da redução orçamental global, a rubrica de despesas com "transferências" regista uma subida superior a 8% neste Orçamento, em virtude do reforço dos apoios às famílias e instituições no objetivo de "Inclusão Social e Combate à Pobreza", bem como das transferências a efetuar para as freguesias, no âmbito do reforço da coesão territorial.-----

-----O Orçamento e das Grandes Opções do Plano de Viseu evidenciam já a inscrição de investimentos prioritários a realizar no âmbito do financiamento dos Programas Operacionais do "PORTUGAL 2020", que reforçarão o estímulo conferido pelo Município de Viseu ao investimento económico, à revitalização do Centro Histórico e à coesão social e territorial do concelho.-----

-----Estas opções constituem uma ambição responsável e consequente na filosofia e na estrutura orçamental propostas, sendo que o orçamento municipal apenas crescerá na justa medida das reais disponibilidades futuras de financiamento do "PORTUGAL 2020".-----

-----O Município de Viseu mantém as taxas mínimas nos Impostos Municipais, como é o caso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), como medida de estímulo ao aumento do rendimento das famílias e à tesouraria das empresas, atrativa para quem investe e para quem vive.-----

-----Integrado no programa de medidas de incentivo à natalidade, a Câmara Municipal propôs à Assembleia Municipal a redução do IMI para as famílias com dois e com três ou mais dependentes, em 15% e 20% respetivamente, apostando numa política inovadora e amiga das famílias mais numerosas, e traduzindo um compromisso ativo com a promoção da natalidade no concelho.-----

-----Através do lançamento de programas de incentivo financeiro, como é o caso do "Viseu Investe", o Município de Viseu aposta numa política fiscal transparente e atrativa, direcionada às empresas, contribuindo para o aumento dos seus rendimentos disponíveis, para a atratividade económica do concelho e para o desenvolvimento da economia local.-----

-----Importa realçar que a proposta de orçamento para 2016 irá respeitar o princípio legal do "Equilíbrio Orçamental", uma vez que a receita corrente é superior à despesa corrente em mais de 11 milhões de euros, e que as amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo não ultrapassam na sua totalidade os 2,5 milhões de euros.-----

-----Os investimentos de capital ascendem os 15 milhões de euros, apesar de se registar uma descida de quase 49% da previsão da receita de capital, que é de apenas 3,7 milhões de euros.-----

-----As Grandes Opções do Plano (GOP) para 2016 refletem a estratégia de desenvolvimento do programa "Viseu Primeiro 2013/2017 atingindo para este ano um valor global de 32,3 milhões de euros.-----

-----As funções sociais e as funções económicas absorvem quase 80% do total das GOP para 2016, com um valor equivalente a 26 milhões de euros. No âmbito das funções económicas, o Município de Viseu, prevê realizar um investimento superior a 8,3 milhões de euros, como um peso superior a 25% no total das GOP.-----

-----As GOP para 2016 reforçam as orientações estratégicas municipais com prioridade ao investimento social, económico e territorial, e cujo progresso acompanhará a evolução gradual de receitas provenientes dos financiamentos dos fundos estruturais do "Portugal 2020", cuja aceleração se reclama e se espera.-----

-----A Câmara Municipal de Viseu, após análise e discussão dos documentos referentes às Grandes Opções do Plano e Orçamento da C.M.V. e S.M.A.S. (EDOC/2015/71586 e EDOC/2015/70314), elaborados de acordo com os princípios e regras orçamentais definidos no P.O.C.A.L., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, bem como os respetivos Mapas de Pessoal, elaborados ao abrigo do artigo 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), para o próximo ano (documentos esses que, a fim de fazerem parte integrante da presente ata, se dão aqui por reproduzidos), deliberou, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro,

aprovar e remeter a Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da CMV e SMAS, para 2016, à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Deliberou ainda propor, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e, que a Assembleia Municipal conceda autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano para 2016.-----

-----Efetuada a discussão e votação, a referida proposta foi aprovada com os votos a favor, do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores do Partido Social-Democrata e votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e do CDS-PP, considerando-se como *de qualidade* o voto do Senhor Presidente. -----

-----Os Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração de voto, que a seguir se transcreve: -----

-----“ Num ano em que a redução de orçamento da CMV e SMAS é na ordem dos 25%, compreendendo que a justificação se encontra na diminuição do orçamento do SMAS, na verdade, analisado o orçamento e as grandes opções do plano do Município de Viseu para o ano de 2016 constata-se que não existem alterações de fundo à linha estratégica prosseguida no ano anterior.-----

-----Salientamos ainda que, uma vez mais, as referências ao Portugal 2020, enquanto instrumento de sustentação de investimentos estruturantes para o concelho, são muitas, apesar de desconfiarmos que, também uma vez mais, não passarão de anúncios sem concretização à vista, tal como aconteceu este ano.-----

-----Como temos apontado criticamente, o gáudio de se propagar a solidez financeira do município continua a ser directamente proporcional ao sacrifício das famílias e das empresas.-----

-----É o que se verifica quando aumenta o valor da cobrança do IMI aos viseenses. Não nos cansaremos de denunciar que, sucessivamente, há mais de 10 anos isto acontece. E a previsão desta receita está subvalorizada.-----

-----Assim, tal como no ano anterior, a vereação do PS vota contra o presente orçamento e grandes opções do plano, dado que não há alterações significativas e, sobretudo, as que sinalizámos como indispensáveis a um voto favorável do PS – diminuir a carga fiscal aos viseenses.-----

-----A máxima mantém-se: o Município de Viseu, através deste orçamento, declara-se aos viseenses cada vez mais rico, esquecendo-se que os viseenses estão cada vez mais pobres. Em linha, de resto, com a afirmação dos cofres cheios do Estado e dos bolsos vazios dos portugueses, como ficou marca do governo PSD/CDS a nível nacional.-----

-----Não podemos deixar de sinalizar o aumento astronómico de transferências para as associações culturais, recreativas e desportivas. De 700.000,00€ do ano passado saltamos para 1.300.000,00€ em 2016. Deixamos apenas uma questão: véspera de ano eleitoral a isso obriga?-----

-----Os Vereador do CDS-PP, apresentou a seguinte declaração de voto, que a seguir se transcreve: -----

-----“ Orçamento para 2016- Análise crítica-----

-----Registamos como positiva a apresentação do mapa com as despesas contingentes, que por nós foi solicitado na altura da apresentação do orçamento para 2015. Esta peça é importante para se ter uma ideia patrimonial, em contenciosos de que Município é parte, e das obrigações daqui decorrentes, que podem comprometer toda a execução orçamental na eventualidade de uma condenação. Contudo, em nossa opinião, este mapa ainda pode

acolher mais evoluções positivas, bastando para tal clarificar, para além do valor da acção, o pedido de indemnização cível que foi deduzido, suporte importante para a constituição de provisões.

-----Apesar da boa apresentação técnica dos elementos previsionais que suportam o Orçamento do Município, continuamos a registar a ausência do articulado com as medidas para orientar a execução orçamental, conforme o estatuído na alínea d) do nº1 do artº 46º da Lei nº 73/2013. Apesar de ser um elemento previsional não fundamental, não deixa de ser uma exigência legal. Este é um aspecto a melhorar.

-----Atendendo a que até ao momento, ainda não foi publicada a regulamentação prevista no artº 47º da Nova Lei das Finanças Locais – Lei nº 73/2013 de 3/09-LFL- também é nosso entendimento, que o quadro plurianual de programação orçamental previsto no artº 41º e 44º, não deverá fazer parte dos elementos e dos anexos que acompanham o Orçamento Municipal.

-----Somos de opinião que a elaboração do orçamento deve ser enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e deve ter em conta as projecções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado. Contudo, atendendo a que o Orçamento do Estado para 2016 ainda não foi apresentado e atendendo às regras rígidas e inflexíveis do POCAL-(Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais) quanto à previsibilidade do lado da receita, somos de opinião de uma maior probabilidade na variação da execução orçamental.

-----Neste campo, a parte mais evidente que também pode contribuir para um desajustamento na execução orçamental, é a imposição da regra do POCAL, do lado da receita, tendo que ser esta inscrita, em função da média da receita verificada nos últimos 24 meses. Assim a verba inscrita em sede do Imposto Municipal s/ Imóveis, é exactamente igual à que foi inscrita no orçamento para 2015 e não reflecte a redução da taxa deste imposto no âmbito do programa de apoio à natalidade proposta pela edilidade e aprovada por deliberação na Assembleia Municipal.

-----Esta medida, da qual se prevê que venham a beneficiar cerca de 8000 famílias, não tem a correspondente redução na receita, dadas as regras rígidas e já referidas do POCAL.

-----Alertamos, para o acompanhamento da execução do plano plurianual de investimentos, para o princípio da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas que, no final, deve ser justificada quanto à sua economia, eficiência e eficácia.

-----Registamos como positiva a elaboração e distribuição do plano das actividades mais relevantes da gestão autárquica, plano este que, apesar de facultativo, está presente nos documentos previsionais.

-----As receitas correntes previstas ascendem a € 44, 17 (no ano anterior 44,12).

-----As receitas de capital, têm uma verba prevista de € 3,6 Milhões em contraposição com o previsto para 2015 que era de € 7,1 Milhões.

-----A despesa corrente ascende a € 33,01 Milhões. Para 2015 estavam previstos € 33,06 Milhões.

-----As despesas de capital ascendem a 14,7 Milhões . Para o ano de 2015 estavam previstos € 18,16 Milhões.

-----As receitas de capital não conseguem cobrir as despesas da mesma natureza que ascendem a € 14,78 Milhões. Contudo o princípio do equilíbrio Orçamental, conforme está estatuído no artº 40º da Lei 73/2013, não é agredido, pois o défice nas despesas de capital vai ser coberto em €11,1 Milhões pelas receitas correntes.

-----Não há alteração significativa com as despesas com o pessoal: Para o ano de 2016 estão inscritos € 12 302 791,00 de despesa, quando em comparação com o corrente ano de 2015 foram inscritos neste capítulo € 12 308 003,00. Neste capítulo até há uma ténue redução.--

-----Quanto às Grandes Opções do Plano- GOP-----

-----Este é um elemento primordial e estruturante da política local. Esta natureza programática reflecte pois a estratégia do executivo para um horizonte de 4 anos e está previsto um valor global de €32,3 Milhões.-----

-----Sendo certo que as funções sociais e económicas detêm quase 80% do valor total das GOP €25,7 Milhões, é contudo na estratégia social, com uma afectação de € 1,087 Milhões para o ano de 2016 no "Viseu Social" (com mais € 588 149,00 já realizados), que na nossa opinião o orçamento poderia ter sido mais generoso.-----

-----Registamos o forte apoio na Habitação para os anos de 2017, 2018 e 2019 com uma afectação de cerca € 1,8 Milhões para a recuperação do Bairro Municipal.-----

-----Na parte do desenvolvimento económico há desequilíbrios e dificuldades na captação do investimento que poderiam ser atenuados. É preciso, no âmbito da política local, tornar este espaço territorial e a sua cidade ainda mais atractivos para o investimento.-----

-----No capítulo da Administração Geral o total previsto até ao ano de 2019 (inclusive) é de € 24 337 648,00. Aqui se incluem os estudos, pareceres e projectos que totalizam até ao ano de 2019 um valor de € 1 365 556,00 sendo que, para 2016 prevê-se uma afectação de € 547 000,00 desta verba com € 200 000,00 de financiamento ainda não definido.-----

-----No capítulo da saúde o único investimento previsto no âmbito das GOP prende-se com a recuperação e reabilitação da conhecida "Casa das Bocas" na Rua João Mendes, imóvel este adquirido pelo Município por € 230 000,00, com vista a aqui instalar a futura unidade de saúde. De referir que este investimento está dependente de financiamento de fundos comunitários no valor de € 1 800 000,00.-----

-----Quanto à gestão dos resíduos sólidos, dos quais se aguarda o resultado do estudo encomendado, as Grandes Opções do Plano não prevêem qualquer alteração para os anos vindouros mantendo-se a verba de quase € 2,6 Milhões, constante em 2017, 2018 e 2019.-----

-----"Viseu Cultura" prevê um investimento de € 1787 000,00 para o ano de 2016.--

-----No Aeródromo Municipal prevê-se um investimento de € 319 000,00 em 2016 e de € 320 000 em 2017, descendo para € 70 000 nos anos seguintes.-----

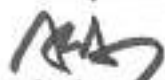
-----Para o Mercado Municipal, prevê-se um investimento de € 183 000,00, €417 000,00 e € 517 000,00 para os anos de 2016, 2017 e 2018, respetivamente.-----

-----Pelas razões apontadas, o nosso voto em relação ao Orçamento Municipal para 2016, não pode deixar de ser negativo".-----

-----Para efeitos de execução imediata, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Viseu, 30 de outubro de 2015. -----

O Diretor de Departamento,



(Adelino Fernando de Almeida Costa)

Orçamento e Grandes Opções do Plano

[Handwritten signatures and initials]

ENT-AM/2015/231
30-10-2015

2016



MUNICÍPIO DE
VISEU

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature and the letters 'tr.' and 'A'.

Handwritten signature in black ink, followed by the name 'Henso Henrique' and 'Nave' written in blue ink.



MUNICÍPIO DE
VISEU

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Henros Henrique
Munic

Relatório



MUNICÍPIO DE
VISEU

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE VISEU

2016

(artigo 46, alínea a) do nº 1 da LFL)

O 1º Orçamento Municipal do PORTUGAL 2020. Uma nova janela sobre o investimento

A proposta de Orçamento do Município de Viseu para o ano 2016 foi efetuada nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, dando estrito cumprimento ao disposto no Capítulo II – Princípios Fundamentais e ao Capítulo IV – Regras Orçamentais daquela lei, bem como aos princípios orçamentais constantes do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Mais uma vez, à semelhança do ano anterior, a apresentação da proposta de orçamento ao órgão deliberativo, até 31 de outubro, é prévia à elaboração e aprovação do Orçamento de Estado para 2016 na Assembleia da República, desconhecendo-se pois as linhas estratégicas e as condicionantes que vão ser definidas naquele documento.

A formulação do presente Orçamento e das Grandes Opções do Plano (GOP) evidencia já a inscrição de investimentos prioritários a realizar no âmbito do financiamento dos Programas Operacionais do "PORTUGAL 2020", cuja aceleração se espera em 2016.

Aqui reside uma das principais marcas do Orçamento e das GOP: a inscrição de investimentos estratégicos ao abrigo do novo ciclo de apoios comunitários, no horizonte 2020, que reforcem o estímulo conferido pelo Município de Viseu ao



investimento económico, à revitalização do Centro Histórico e à coesão social e territorial do concelho.

São os casos dos primeiros trabalhos relativos aos projetos de reabilitação das Escolas Grão Vasco e Viriato, de revitalização do Mercado 2 de Maio, de concretização da 1ª fase da rede urbana de ciclovias e de outras operações do plano da Mobilidade Urbana de Viseu.

Estes investimentos darão corpo, mas com crescente expressão à medida que se acelere a execução do “PORTUGAL 2020”, às principais apostas do programa estratégico de desenvolvimento local “Viseu Primeiro 2013/2017”.

Estas opções constituem uma ambição responsável e consequente na filosofia e na estrutura orçamental propostas, sendo que o orçamento municipal apenas crescerá na justa medida das reais disponibilidades futuras de financiamento do “PORTUGAL 2020”.

Um orçamento realista, com sentido estratégico e uma fiscalidade atrativa para quem vive e para quem investe

A proposta de orçamento do Município de Viseu para o ano 2016 apresenta o valor global de receita e despesa de 47,8 milhões de euros, sendo inferior ao orçamento do ano anterior em cerca de 3,4 milhão de euros.

Esta redução é explicada pela previsão das receitas correntes por força da aplicação das regras previsionais em vigor no POCAL, bem como pela diminuição das receitas de capital, em consequência do atraso constatado na abertura e aprovação de candidaturas aos fundos comunitários dos Programas Operacionais do “Portugal 2020”.

A previsão da receita corrente para o ano 2016, calculada tal como já foi referido anteriormente em cumprimento das regras previsionais, apresenta o valor global de 44,2 milhões de euros, não registando qualquer variação face ao ano anterior. O valor previsto para as transferências efetuadas pela Administração Central corresponde à previsão do Orçamento de Estado do ano 2015, uma vez que ainda não são conhecidas as transferências para o ano 2016.



MUNICÍPIO DE
UISEU

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large star symbol and the initials 'f. B.']

O Município de Viseu mantém as taxas mínimas nos Impostos Municipais, como é o caso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), como medida de estímulo ao aumento do rendimento das famílias e à tesouraria das empresas, atrativa para quem investe e para quem vive.

Integrado no programa de medidas de incentivo à natalidade, a Câmara Municipal propôs à Assembleia Municipal a redução do IMI para as famílias com dois e com três ou mais dependentes, em 15% e 20% respetivamente, apostando numa política inovadora e amiga das famílias mais numerosas, e traduzindo um compromisso ativo com a promoção da natalidade no concelho.

Através do lançamento de programas de incentivo financeiro, como é o caso do "Viseu Investe", o Município de Viseu aposta numa política fiscal transparente e atrativa, direcionada às empresas, contribuindo para o aumento dos seus rendimentos disponíveis, para a atratividade económica do concelho e para o desenvolvimento da economia local.

Um orçamento racional e superavitário

A despesa corrente proposta ascende a 33,01 milhões de euros, registando uma ligeira descida face ao ano anterior, em resultado da redução da previsão com a aquisição de bens.

Daqui resulta uma aplicação da receita corrente em despesas de capital de 11,1 milhões de euros, ligeiramente superior ao ano anterior, reforçando os ativos patrimoniais e a solidez financeira do Município.

O artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, intitulado "Equilíbrio Orçamental", estabelece como regra que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo. Neste sentido, importa realçar que a proposta de orçamento para 2016 irá respeitar este princípio uma vez que a receita corrente é superior à despesa corrente em mais de 11 milhões de euros, e que as amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo não ultrapassam na sua totalidade os 2,5 milhões de euros, como se pode constatar do mapa que é parte integrante deste relatório.



Tendo em conta que não foi publicada a regulamentação prevista no artigo 47.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, sobre a elaboração do quadro plurianual de programação orçamental constante do artigo 44.º da mesma lei, não foi possível ao Município de Viseu a elaboração do mesmo, sob pena de aprovar documentos vinculativos para o ano 2017 cuja regulamentação é inexistente. Este entendimento foi corroborado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, conforme comunicação efetuada a todos os municípios através da circular nº 108/2014, de 1 de outubro de 2014, enviada novamente para conhecimento dos municípios no corrente ano.

Com esta proposta de Orçamento, o Município de Viseu pretende ainda cumprir e até melhorar os níveis de endividamento impostos pela lei em vigor, sem no entanto restringir a realização dos investimentos considerados estratégicos e pertinentes para o desenvolvimento do concelho, como se poderá constatar pela análise das Grandes Opções do Plano.

Assim, a despesa de capital ascende os 14,8 milhões de euros, apesar de se registar uma descida de 48,62% da previsão da receita de capital, que é de apenas 3,7 milhões de euros.

“As Pessoas Primeiro”: prosseguir uma orientação estratégica nas GOP

As Grandes Opções do Plano (GOP) para 2016 refletem a estratégia de desenvolvimento do programa “Viseu Primeiro 2013/2017”, que o Executivo Municipal sujeitou a escrutínio e debate públicos, atingindo para este ano um valor global de 32,3 milhões de euros.

Em termos comparativos face ao ano 2015, regista-se uma diminuição superior a 10%. Esta redução é explicada, mais uma vez, pela conclusão em 2015 de investimentos realizados ao abrigo do QREN (como é o caso da Escola Básica Aquilino Ribeiro) e, por outro lado, pelo atraso no financiamento dos programas operacionais do “PORTUGAL 2020”.

As funções sociais e as funções económicas absorvem, ainda assim, quase 80% do total das GOP para 2016, com um valor superior a 25,7 milhões de euros.



Nas funções sociais, destacam-se os encargos com a Educação, com especial relevo para a prossecução de projetos como o "Viseu Educa", com um peso de sensivelmente 14% no total das Grandes Opções do Plano.

Mantêm-se as apostas estratégicas na valorização e qualificação da produção e oferta cultural no concelho e no fomento e formação da prática desportiva para todos, com um investimento superior a 3,5 milhões de euros. Estas apostas são ainda fundamentais para reforçar o esforço de promoção de uma comunidade inclusiva, com igualdade de oportunidades, participativa e aberta, de que constitui exemplo a iniciativa "Viseu Ativo", dirigida a seniores do concelho, e a agenda cultural eclética e vibrante promovida pelo Município nas áreas do teatro e da dança, da música, da arte urbana e das tradições.

No programa Viseu Social, mantêm-se o forte investimento na solidariedade social através do apoio na habitação e na saúde às famílias mais carenciadas de todo o concelho.

No âmbito das funções económicas, o Município de Viseu, prevê realizar um investimento superior a 8,3 milhões de euros, como um peso superior a 25% no total das GOP.

O capítulo de "desenvolvimento económico e energia" ocupa mais uma vez o 1º lugar do ranking das GOP municipais para 2016, com um peso financeiro de 16,71%, traduzido num investimento superior a 5,4 milhões de euros.

Relativamente à mobilidade, o investimento previsto é superior a 2,3 milhões de euros. Aqui, podem-se destacar a construção e reabilitação da rede viária e principalmente a mobilidade urbana, onde está prevista a implementação de um sistema de informação e mobilidade, a integração multimodal e bilhética e a mobilidade suave.

Nas GOP destacam-se ainda os investimentos a realizar com a coesão territorial, num investimento superior a 2,5 milhões de euros. Nesta opção relevam quer os acordos de execução de investimento com as freguesias e uniões de freguesia (de 1,5 milhões de euros), quer a execução de operações previstas no Plano Diretor Municipal com especial importância para a qualidade de vida urbana.

Luís Henrique
Paulo



A respeito da política de descentralização local, importa referir que o volume de transferências previstas em 2016 para as freguesias e uniões de freguesia, entre as diversas funções das GOP, ascende a 3,6 milhões de euros.

O investimento na valorização da “Cidade-Jardim”, na proteção do meio ambiente, espaços verdes e valores naturais e em equipamentos representa um investimento de 1,6 milhões de euros das GOP.

A melhoria da rede de água e saneamento básico e as funções de recolha e seleção dos resíduos sólidos, segundo um padrão de eficiência, são também garantidas nesta proposta, com um investimento superior a 4,4 milhões de euros.

Em conclusão, as GOP para 2016 reforçam as orientações estratégicas municipais com prioridade ao investimento social, económico e territorial, e cujo progresso acompanhará a evolução gradual de receitas provenientes dos financiamentos dos fundos estruturais do “Portugal 2020”, cuja aceleração se reclama e se espera.

O cumprimento do FAM

Em consequência da publicação da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando do Fundo de Apoio Municipal (FAM), o Município de Viseu é obrigado a contribuir para o FAM em mais de €2,79 milhões de euros, a realizar em sete anos, pelo que na proposta de orçamento agora apresentada o Município de Viseu vai realizar uma despesa com ativos financeiros em mais de 398 mil euros.

Anexos

Para além do presente relatório, o orçamento que agora se apresenta inclui os seguintes documentos, em cumprimento do artigo 46.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, bem como, outros anexos em cumprimento de legislação especial:

- Mapa resumo das receitas e despesas, que incluem de forma autónoma as verbas dos serviços municipalizados;



MUNICÍPIO DE
VISEU

[Handwritten signature]

- Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica;
- Grandes Opções do Plano;
- Plano Plurianual de investimentos;
- Atividades Mais relevantes;
- Mapa de equilíbrio corrente;
- Mapa das entidades participadas pelo Município de Viseu.
- Mapas de pessoal.
- Mapa de responsabilidades contingentes;
- Orçamento dos serviços municipalizados;
- Orçamentos das entidades participadas em relação às quais se verifica o controlo pelo Município de Viseu, a saber, VISEUNOVO - SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu S.A.; EXPOVIS-Promoções Eventos e Habisolvis, E.M;

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and text in black and blue ink]
Handwritten signatures and text in black and blue ink, including a signature that appears to be "Antonio" and the name "Havice" written in blue ink.

Orçamento

[Handwritten signatures and marks]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Henros Henroy
Paris

Mapas Receita e Despesa

Município de Viseu

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2016

Receitas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	44.173.159	Correntes	33.045.831
Capital	3.651.586	Capital	14.778.914
Total:	47.824.745	Total:	47.824.745
Serviços Municipalizados	14.915.500	Serviços Municipalizados	14.915.500
Total Geral:	62.740.245	Total Geral:	62.740.245

ORGÃO EXECUTIVO
Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 09 de Novembro de 2015.
.....
.....

António Henriques

[Handwritten signatures and initials]

Município de Viseu

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
<i>Class. Económica</i>		€
040202	Juros compensatórios	21.356
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	61.949
040299	Multas e penalidades diversas	
04029901	Taxa de relaxe	8.380
04029902	Multas - Polícia Municipal	13.831
04029903	Rendas - Indemnização	1.273
04029904	Outras	159
	Total do Capítulo Económico 04:	665.819
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	310.038
0510	Rendas	
051001	Terrenos	17.766
051099	Outros	
05109901	Contratos de concessão	3.200.000
	Total do Capítulo Económico 05:	3.527.804
06	Transferências correntes	
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
060101	Públicas	
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1
060102	Privadas	1
0602	Sociedades financeiras	
060201	Bancos e outras instituições financeiras	1
060202	Companhias de seguros e fundos de pensões	1
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.965.343
06030102	Fundo Social Municipal	1.653.239
06030103	Participação fixa no IRS	3.623.676
06030199	Outras	2.350.000
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	1
060307	Serviços e fundos autónomos	119.112
0605	Administração local	
060501	Continente	92.502
0606	Segurança social	
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	31.234
0607	Instituições sem fins lucrativos	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante €
060701	Instituições sem fins lucrativos	1
	Total do Capítulo Económico 06:	16.835.112
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070103	Publicações e impressos	251
070108	Mercadorias	51.356
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	3.371
070199	Outros	4.436
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	4.214
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020802	Serviços recreativos	14.130
07020803	Serviços culturais	4.472
07020804	Serviços desportivos	30.988
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020902	Resíduos sólidos	1.598.763
07020904	Trabalhos por conta de particulares	10.892
07020905	Cemitérios	55.300
07020906	Mercados e feiras	173.851
07020907	Parques de estacionamento	620.653
07020999	Outros	
0702099901	Central de Camionagem	98.136
0702099902	Refeições escolares	431.728
0702099903	Prolongamento Horário	82.078
070299	Outros	
07029999	Outros	28.940
0703	Rendas	
070302	Edifícios	
07030201	Mercado 21 de Agosto	1
07030202	Central de Camionagem	49.844
07030204	Diversos	71.806
	Total do Capítulo Económico 07:	3.335.210
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	97
08019902	Indem.estrag.prov.outrem viat.outr.equip.aut.local	16.671

Município de Viseu

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Receita

Código	Designação	Montante
<i>Class. Económica</i>		€
08019903	IVA reembolsado	12.902
08019999	Diversas	79.822
	Total do Capítulo Económico 08:	109.492
	Total das Receitas Correntes:	44.173.159
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	119.813
0902	Habitacões	
090210	Familias	7.688
	Total do Capítulo Económico 09:	127.501
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	996.149
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	953.567
1005	Administração local	
100501	Continente	120.333
	Total do Capítulo Económico 10:	2.070.049
12	Passivos financeiros	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	
120604	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	1.222.281
	Total do Capítulo Económico 12:	1.222.281
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	1
130199	Outras	66.785
	Total do Capítulo Económico 13:	66.786
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	164.969
	Total do Capítulo Económico 15:	164.969
	Total das Receitas de Capital:	3.651.586
	Total do Orçamento da Receita:	47.824.745

Município de Viseu

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
01	Assembleia Municipal	
01 01	Despesas com o pessoal	
01 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01 010204	Ajudas de custo	5.000
01 010213	Outros suplementos e prémios	
01 01021302	Outros	32.000
01 0103	Segurança social	
01 010309	Seguros	
01 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	2.000
	Total do Capítulo Económico 01:	39.000
01 02	Aquisição de bens e serviços	
01 0201	Aquisição de bens	
01 020104	Limpeza e higiene	150
01 020108	Material de escritório	300
01 020115	Prémios, condecorações e ofertas	450
01 020118	Livros e documentação técnica	200
01 020121	Outros bens	
01 02012101	Material para manutenções e reparações	300
01 02012103	Diversos	4.000
01 0202	Aquisição de serviços	
01 020209	Comunicações	1.000
01 020210	Transportes	1.500
01 020213	Deslocações e estadas	300
01 020217	Publicidade	5.000
01 020225	Outros serviços	
01 02022508	Diversos	5.000
	Total do Capítulo Económico 02:	18.200
	Total das Despesas Correntes:	57.200
	Total do Capítulo Orgânico 01:	57.200
02	Câmara Municipal	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	169.451
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em funções	4.969.985
02 01010404	Recrutam. de Pessoal para novos postos de trabalho	254.476

Município de Viseu

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	010106	Pessoal contratado a termo	
02	01010601	Pessoal em Funções	
02	0101060102	Auxiliares	1.339.260
02	0101060103	Contratados - Outros	110.985
02	01010604	Recrutam. de Pessoal para novos postos de trabalho	7.209
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	10.000
02	010108	Pessoal aguardando aposentação	40.000
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	478.131
02	010111	Representação	
02	01011101	Membros dos órgãos autárquicos	38.000
02	01011103	Pessoal em qualquer outra situação	24.000
02	010113	Subsidio de refeição	
02	01011301	Pessoal dos quadros	496.055
02	01011302	Pessoal em qualquer outra situação	16.948
02	01011303	Membros dos órgãos autárquicos	5.402
02	01011304	Pessoal contratado a termo	
02	0101130402	Auxiliares	217.988
02	0101130403	Contratados - Outros	8.429
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	
02	01011401	Pessoal dos quadros	848.897
02	01011402	Pessoal em qualquer outra situação	79.688
02	01011403	Membros dos órgãos autárquicos	28.242
02	01011404	Pessoal contratado a termo	
02	0101140402	Auxiliares	223.210
02	0101140403	Contratados - Outros	19.698
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	160.000
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02	010202	Horas extraordinárias	85.000
02	010204	Ajudas de custo	25.000
02	010205	Abono para falhas	6.000
02	010210	Subsidio de trabalho nocturno	30.000
02	010211	Subsidio de turno	80.000
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	1
02	010213	Outros suplementos e prémios	
02	01021302	Outros	40.000
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	350.000

Município de Viseu

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	40.000
02	010304	Outras prestações familiares	30.000
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1.309.230
02	0103050202	Regime Geral	107.505
02	01030503	Segurança social-Regime geral	609.000
02	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	5.000
02	010308	Outras pensões	1
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	40.000
Total do Capítulo Económico 01:			12.302.791
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	35.000
02	02010202	Gasóleo	350.000
02	02010299	Outros	35.000
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	1
02	020104	Limpeza e higiene	25.000
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	35.000
02	020108	Material de escritório	50.000
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	1.000
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	500
02	020112	Material de transporte-Peças	75.000
02	020114	Outro material-Peças	30.000
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	170.000
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011603	Outras	
02	0201160301	Combustíveis para aeronaves	50.000
02	0201160302	Diversas	5.000
02	020117	Ferramentas e utensílios	5.000
02	020118	Livros e documentação técnica	1.000
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	2.000
02	020120	Material de educação, cultura, recreio e desporto	60.000
02	020121	Outros bens	
02	02012101	Material para manutenções e reparações	400.000

Município de Viseu

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
02 02012102	Produtos para jardins	100.000
02 02012103	Diversos	222.000
02 0202	Aquisição de serviços	
02 020201	Encargos das instalações	
02 02020101	Iluminação pública	2.500.000
02 02020102	Outros encargos	600.000
02 020202	Limpeza e higiene	400.001
02 020203	Conservação de bens	
02 02020301	Material de transporte	175.000
02 02020302	Espaços verdes	550.000
02 02020303	Rede Viária	400.000
02 02020304	Outras conservações	710.000
02 020204	Locação de edifícios	
02 02020401	Educação	75.000
02 02020402	Outros	130.000
02 020205	Locação de material de informática	1
02 020206	Locação de material de transporte	10.000
02 020208	Locação de outros bens	143.000
02 020209	Comunicações	210.000
02 020210	Transportes	770.000
02 020211	Representação dos serviços	15.000
02 020212	Seguros	100.000
02 020213	Deslocações e estadas	35.000
02 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	
02 02021402	Desenvolvimento Social	1.000
02 02021403	Outros	347.000
02 020215	Formação	25.000
02 020216	Seminários, exposições e similares	1.000
02 020217	Publicidade	145.000
02 020218	Vigilância e segurança	400.000
02 020219	Assistência técnica	375.000
02 020220	Outros trabalhos especializados	669.500
02 020222	Serviços de saúde	30.000
02 020224	Encargos de cobrança de receitas	425.000
02 020225	Outros serviços	
02 02022501	Cultura/Turismo	400.000
02 02022502	Educação	

Município de Viseu

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Juros Henry
Maria

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
02 0202250201	Refeições J. Infância e 1º CEB	1.000.000
02 02022503	Desporto	80.000
02 02022504	Juventude e Tempos Livres	10.000
02 02022506	Eventos Institucionais	80.000
02 02022507	Inspeção de Elevadores	30.000
02 02022508	Diversos	1.099.000
<i>Total do Capítulo Económico 02:</i>		13.592.003
02 03	Juros e outros encargos	
02 0301	Juros da dívida pública	
02 030103	Socied. financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
02 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	141.200
02 030105	Admin. pública-Admin. central-Estado	
02 03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	62.550
02 030106	Admin. pública-Admin. central-Serv. fundos autónomos	7.500
02 0305	Outros juros	
02 030502	Outros	15.000
02 0306	Outros encargos financeiros	
02 030601	Outros encargos financeiros	30.000
<i>Total do Capítulo Económico 03:</i>		256.250
02 04	Transferências correntes	
02 0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02 040101	Públicas	
02 04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1
02 04010102	Outras	241.016
02 040102	Privadas	100.000
02 0403	Administração central	
02 040301	Estado	
02 04030102	Outros	100.000
02 0405	Administração local	
02 040501	Continente	
02 04050102	Freguesias	920.001
02 04050104	Associações de municípios	
02 0405010401	Ass. Nac. Municípios Portugueses	1
02 0405010402	Ass. Mun. Região do Planalto Beirão	2.000.000
02 0405010403	Outras	1
02 0405010404	Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões	216.000
02 04050105	Associações de freguesias	1

Município de Viseu

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	04050106	Regiões de turismo	1
02	04050107	Assembleias distritais	1
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	
02	04070101	Cultura, Desporto e Educação	
02	0407010101	Teatro Viriato	400.000
02	0407010102	Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	1.300.000
02	0407010103	Acordos de Colaboração - Educação	300.000
02	04070103	Apoios a Instituições	635.000
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	445.561
02	0409	Resto do mundo	
02	040901	União Europeia-Instituições	1
02	040902	União Europeia-Países membros	1
02	040903	Países terceiros e organizações internacionais	1
Total do Capítulo Económico 04:			6.657.587
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	10.000
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	10.000
02	06020302	IVA pago	100.000
02	06020305	Outras	60.000
Total do Capítulo Económico 06:			180.000
Total das Despesas Correntes:			32.988.631
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070102	Habitacões	
02	07010201	Construção	15.000
02	07010202	Aquisição	1
02	070103	Edifícios	
02	07010301	Instalações de serviços	385.000
02	07010302	Instalações desportivas e recreativas	105.000
02	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	83.000
02	07010305	Escolas	195.000
02	070104	Construções diversas	
02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	270.000

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	07010413	Outros	85.000
02	070106	Material de transporte	
02	07010602	Outro	50.000
02	070107	Equipamento de informática	206.150
02	070108	Software informático	110.000
02	070109	Equipamento administrativo	122.000
02	070110	Equipamento básico	
02	07011001	Equipamento de recolha de resíduos	75.000
02	07011002	Outro	66.000
02	070111	Ferramentas e utensílios	45.000
02	070112	Artigos e objectos de valor	5.000
02	070113	Investimentos incorpóreos	54.000
02	070115	Outros investimentos	5.000
02	0703	Bens de domínio público	
02	070301	Terrenos e recursos naturais	526.001
02	070302	Edifícios	98.000
02	07030201	Instalações de serviços	15.000
02	07030207	Outros	
02	070303	Outras construções e infraestruturas	
02	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.320.540
02	07030304	Iluminação pública	164.376
02	07030305	Parques e jardins	277.000
02	07030306	Instalações desportivas e recreativas	30.000
02	07030309	Sinalização e trânsito	35.000
02	07030312	Cemitérios	50.000
02	07030313	Outros	300.000
02	070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	35.000
02	070306	Outros bens de domínio público	25.000
Total do Capítulo Económico 07:			4.752.068
02	08	Transferências de capital	
02	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	080101	Públicas	
02	08010102	Outras	1.850.280
02	0805	Administração local	
02	080501	Contínente	
02	08050102	Freguesias	2.846.358
02	08050103	Serviços autónomos da administração local	2.362.000

Município de Viseu

ORÇAMENTO PARA O ANO 2016 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	268.500
02	0808	Famílias	
02	080802	Outras	300.000
Total do Capítulo Económico 08:			7.627.138
02	09	Activos financeiros	
02	0906	Empréstimos a médio e longo prazos	
02	090601	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	50.000
02	0907	Ações e outras participações	
02	090701	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	50.000
02	090706	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	398.453
Total do Capítulo Económico 09:			498.453
02	10	Passivos financeiros	
02	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
02	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.720.500
02	100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	97.505
02	100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	60.250
Total do Capítulo Económico 10:			1.878.255
02	11	Outras despesas de capital	
02	1102	Diversas	
02	110201	Restituições	23.000
Total do Capítulo Económico 11:			23.000
Total das Despesas de Capital:			14.778.914
Total do Capítulo Orgânico 02:			47.767.545
Total do Orçamento da Despesa:			47.824.745

ORGÃO EXECUTIVO
Em 29 de Outubro de 2015
Hugo Henrique

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 07 de Novembro de 2015
Faria

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Div.Prog.	Projeto	Designação	Forma de Realiz.	Forma de Financiamento (%)			Recip.	Data (Mês/Ano)	Fundo de Exec.	Realizado (a)	2016			Despesas		Total previstos (I) + (II) + (III) + (IV)	
				AC	MA	FC					Financiam. não detido (I)	2017 (e)	Área seguintes				
													2018 (f)	2019 (g)			
01	001	001	01	001	001	001	001	001	001	001	001	001	001	001	001	001	001
ADMINISTRAÇÃO GERAL																	
Edifícios próprios																	
01	001	2008/4	Casa do Município	0	500	EXEC	01/2008	12/2016	3	6.519	6.519						6.519
01	001	2009/2	Obras de reabilitação em edifícios próprios	E	100	DCM	01/2009	12/2016	4	23.685	250.000	250.000	250.000	250.000			773.685
01	001	2014/41	Contribuição do Anunciação Municipal	E		DCM	01/2014	12/2016	6	100.000	100.000	300.000	300.000				500.000
01	001	2016/11	Arquivo do Viseu	E		DCM	01/2016	12/2017	6	1.300.000	1.300.000						1.300.000
Totais do Programa 001											23.885	1.658.519	354.519	1,300,000	750,000	558,000	2,380,204
Veículos e Material de Transporte																	
01	002	2008/8	Reparações correntes (aquisição de serviços)	0	100	DAF	01/2008	12/2019	3	154,287	175,000	75,000	75,000	250,000	250,000		1,156,287
01	002	2008/158	Reparações correntes (aquisição de peças)	0	500	DAF	01/2008	12/2019	3	48,714	150,000	75,000	75,000	150,000	150,000		648,714
01	002	2014/11	Locação de material de transporte	0	500	EXEC	01/2014	12/2019	6	10,000	10,000	10,000	10,000	10,000			40,000
01	002	2014/11	Aquisição de material de transporte	0	500	EXEC	01/2014	12/2019	6	125,000	50,000	75,000	75,000	175,000	175,000		625,000
Totais do Programa 002											205,001	535,000	310,000	225,000	585,000	585,000	2,470,101
Modernização Administrativa																	
Programa de Modernização																	
01	003	2006/12	Informática/Modernização - Hardware	0	500	EXEC	01/2006	12/2016	4	81,844	120,000	50,000	70,000	70,000			291,844
01	003	2006/12	Informática/Modernização - Software	0	500	EXEC	01/2006	12/2016	4	17,364	200,000	100,000	100,000	100,000			517,364
01	003	2006/12	Contrato de manutenção/Assistência técnica	0	500	DAF	01/2009	12/2019	4	175,588	350,000	350,000	350,000	350,000			1,575,588
01	003	2008/11	Equipamento administrativo e técnico	0	500	DAF	01/2008	12/2019	4	31,441	50,000	50,000	50,000	50,000			231,441
Totais do Programa 003											316,237	725,000	550,000	170,000	575,000	630,000	2,416,237
Obras Activadas - Administração Geral																	
Combustíveis e lubrificantes																	
01	004	2008/120	Sociedade	0	500	DAF	01/2008	12/2019	4	21,387	35,000	35,000	35,000	35,000			351,387
01	004	2008/120	Gasóleo	0	500	DAF	01/2008	12/2019	4	305,518	450,000	350,000	100,000	450,000	450,000		2,190,518
01	004	2008/120	Outros	0	500	DAF	01/2008	12/2019	4	12,179	35,000	35,000	35,000	35,000			152,179
01	004	2008/122	Material de escritório	0	500	DAF	01/2008	12/2019	3	35,243	50,000	50,000	50,000	50,000			235,243
01	004	2008/123	Material de limpeza e higiene	0	500	DAF	01/2008	12/2019	4	10,468	25,000	25,000	25,000	25,000			110,468
01	004	2008/124	Impressão de elaborações	0	500	DAF	01/2008	12/2019	3	15,774	30,000	30,000	30,000	30,000			115,774
01	004	2008/125	Serviços de vigilância	0	500	DAF	01/2008	12/2019	4	216,217	400,000	400,000	400,000	400,000			1,616,217
01	004	2008/126	Serviços de limpeza	0	500	DAF	01/2008	12/2019	4	175,659	350,000	350,000	350,000	350,000			1,675,659
01	004	2010/23	Vestuário e artigos pessoais	0	500	DAF	01/2010	12/2019	6	6,510	35,000	35,000	35,000	35,000			146,510

[Handwritten signatures and initials]

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizados (a)	Despesas			Total previsto (b) = (a)+(c)+(d)+(e)			
					Fonte				Franscom. não detido (d)	Anos seguintes									
					AC	AA	FC			2017 (e)			2018 (f)	2019 (g)	Cursos (h)				
POLÍCIA MUNICIPAL																			
Polícia Municipal																			
03	001	2008/06	Equipamento básico	02 07010002	0	100	EXEC	01/2009	12/2019	3		5.000	5.000	5.000	5.000	20.000			
03	001	2008/27	Sistema de comunicações	02 07010002	0	100	EXEC	01/2008	12/2019	0	1.246.699	3.000	3.000	1.000	1.000	6.000			
03	001	2014/19	Ações de sensibilização/informação	02 000320	0	100	EXEC	01/2014	12/2019	0	87.232	2.500	2.500	2.500	2.500	10.000			
Totais do Programa 001:												10.500	10.500	8.500	8.500	8.500	36.000		
Totais do Objetivo 03:												0	10.500	10.500	0	8.500	8.500	0	36.000
VEZEU EDUCA																			
Infra-estruturas Educativas																			
04	003	2009/7	Centro Escolar do Ribeiro (JI + EB1)	02 07010005	E	15	DOM	01/2009	12/2016	1	117.702	105.000	5.000	190.600		222.702			
04	003	2011/2	Centro Escolar Viseu Estrela	02 07010005	E	15	DOM	01/2011	12/2016	2	1.246.699	10.000	10.000			1.256.699			
04	003	2013/30	Ampliação de EB1 + JI de Santiago	02 07010005	E	100	DOM	01/2013	12/2016	0	87.232	5.000	5.000			92.232			
04	003	2014/3	Requalificação do Parque Escolar	02 07010005	E	100	DOM	01/2014	12/2016	0		25.000	25.000	25.000	25.000	100.000			
04	003	2014/3	Investimento direto	02 06050102	D	100	EXEC	01/2014	12/2016	0	15.000	15.000	15.000	150.000		143.000			
04	003	2014/3	Viseu Local - Transf. Capital	02 070301	D	100	EXEC	01/2014	12/2016	0	988.000	466.000	466.000	466.000		1.920.000			
04	003	2015/2	Equipamento Informático - Hardware	02 070107	D	100	EXEC	01/2015	12/2016	0	40.792	150.000	150.000	50.000	50.000	290.792			
04	003	2015/3	Equipamento Informático - Software	02 070108	D	100	EXEC	01/2015	12/2016	0	50.000	10.000	10.000	10.000	10.000	80.000			
04	003	2015/11	Centro Escolar de Argenteos	02 07010005	E	100	DOM	01/2015	12/2016	0	20.004	80.000	80.000			100.004			
04	003	2015/16	Escola do Póvo do Alentejo	02 07010005	E	100	DOM	01/2015	12/2016	0	55.397	20.000	20.000			75.397			
04	003	2015/17	Escola do S. João de Lousena	02 07010005	E	100	DOM	01/2015	12/2016	0	58.7049	58.7049	58.7049			117.409			
04	003	2016/8	Requalificação de Escola Secundária de Viseu	02 07030203	E	100	DOM	01/2016	12/2017	0	1.360.917	1.360.917	1.360.917			2.721.834			
04	003	2016/9	Requalificação da Escola Básica União Viseu	02 07030203	E	100	DOM	01/2016	12/2017	0	1.587.675	3.283.946	806.005	2.437.968	213.030	85.000	35.000		
Totais do Programa 003:												1.587.675	3.283.946	806.005	2.437.968	213.030	85.000	35.000	5.164.611
Outras Atividades - Educação																			
04	004	2007/9	Transportes escolares	02 000210	D	100	EXEC	01/2007	12/2019	3	666.357	1.100.000	600.000	590.600	1.100.000	1.100.000	5.066.357		
04	004	2007/11	Acordos de colaboração	02 0407010202	D	100	EXEC	01/2007	12/2019	3	296.381	960.000	300.000	300.000	300.000	300.000	1.498.381		
04	004	2007/11	Associação de Pais Instituições	02 04030102	D	100	EXEC	01/2007	12/2019	3	63.457	190.000	100.000	100.000	100.000	100.000	603.457		
04	004	2007/11	Agrupamento	02 0101000102	D	100	EXEC	01/2007	12/2019	3	968.018	1.339.260	1.339.260	1.339.260	1.339.260	1.339.260	6.305.018		
04	004	2007/13	Assistentes Operacionais	02 0101000102	D	100	EXEC	01/2007	12/2019	3	968.018	1.339.260	1.339.260	1.339.260	1.339.260	1.339.260	6.305.018		

(Handwritten signatures and initials)

Município de Viseu

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Div. Prog.	Projeto	Designação	Forma/Função Financiamento de Realiz.			Fins. de Exec.	Dadas (Mês/Ano)	Realizado (M)	Despesas				Total previsto (1) = (1A)+(1B)+(1C)+(1D)+(1E)+(1F)	
			Código Classificação Orçamental						Financiam. (1C)	Financiam. (1D)	2016			Cursos (1F)
			AC	AA	EC						2017 (1E)	2018 (1D)		
VISEU SOCIAL														
06	002	Viseu Acessível												
06	002	2014/20	02	02021402	0	100	EXEC 01/2014 12/2018	0	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
06	002	2014/21	02	07033301	E	100	DOM 01/2014 12/2018	0	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
							Totais do Programa 002:		2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	8.000
06	003	Habituação												
06	003	2006/70	02	07010001	0	40	DOM 08/2011 12/2019	0	15.000	15.000				197.543
06	003	2006/70	02	08010102	E	100	DOM 01/2015 12/2019	0	44.000	44.000	456.000	400.000		1.790.000
06	003	2015/21	02	08010102	0		EXEC 01/2016 12/2019		300.000	150.000	50.000	250.000	250.000	900.000
							Totais do Programa 003:		450.000	209.000	50.000	706.000	670.000	2.307.543
							Totais do Objetivo 06:		500.149	1.087.000	807.000	1.948.000	1.534.000	8.655.149
VISEU LOCAL - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO														
06	001	Planeamento do Território												
06	001	2011/5	02	08510152	0	100	EXEC 01/2011 12/2016	0	1	1	1	1	1	1
							Totais do Programa 001:		1	1	1	1	1	1
06	002	Urbanização												
06	002	2014/15	02	02012103	0	100	DHJ 01/2014 12/2018	0	22.000	22.000	125.000	125.000		297.000
06	002	2014/15	02	020225	0	100	DHJ 01/2014 12/2018	0	18.000	18.000				18.000
06	002	2014/15	02	020228	0	100	DHJ 01/2014 12/2018	0	23.965	50.000	50.000	50.000		423.965
06	002	2014/15	02	0405010404	0		EXEC 01/2014 12/2016		68.000	88.000				68.000
06	002	2016/1	02	020228	0		DFGU 01/2016 12/2018	0	50.000	50.000	250.000	250.000		600.000
							Totais do Programa 002:		23.965	208.000	216.000	475.000	575.000	1.406.965
06	003	Reabilitação Urbana e Rural												
06	003	2006/82	02	070306	0	100	DOM 01/2008 12/2018	4	7.744	25.000	25.000	25.000	25.000	107.744
06	003	2008/102	02	07030301	E	100	DOM 01/2008 12/2018	4	185.307	200.000	260.000	180.000	180.000	715.307
06	003	2012/12	02	07030301	E	100	DOM 01/2012 12/2018	4	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	
06	003	2012/27	02	07030301	E	100	DHJ 01/2012 12/2018	4	14.217	25.000	25.000	25.000	25.000	114.217
06	003	2014/13	02	08050102	0		EXEC 01/2014 12/2019	0	131.341	3.171.000	1.050.114	1.618.886	744.290	4.046.530

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Kornel', 'Henrique', and 'Kornel'.]

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Ord. Prog.	Projeto Ano / M / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.			Resp.	Dadas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (A)	Despesas				Total previsto (01)+(02)+(03)+ (04)+(05)+(06)+(7)		
				AC	AA	FC		2016	2017			2018	2019	2016	2017		2018	2019
			Fonte Financiamento (%)			2016			2016									
									Total (01)+(02)+(03)	Financiam. (do definido) (0)	Financiam. (do definido) (1)	2017 (6)	2018 (7)	2019 (8)				
08 VISEU LOCAL - CROENAMENTO DO TERRITÓRIO																		
08 003 2015/12																		
08 003 2015/12		Reabilitação Urbana e Rural	02 07030001	E	100		DOM	01/2015	12/2014	0					185.000	185.000		
08 003 2015/20		Largo do Arsenal em Abruzzes	02 08010102	O	100		DOM	01/2015	12/2014	0					30.000	30.000		
08 003 2015/29		Requalificação do Bairro Municipal	02 07030001	E	100		DOM	01/2015	12/2014	0					400.000	400.000		
08 003 2015/3		Rua Alexandre Heróclides à Av. 25 de Abril	02 07030001	E	100		DOM	01/2016	12/2017	0					70.000	70.000		
08 003 2015/4		Orçamento Participativo 2015																
08 003 2015/4	1	Transferência Capital - Freguesias	02 08050102	O			EXEC	01/2016	12/2016						50.000	50.000		
08 003 2015/4	2	Investimento Direto	02 07030001	E			EXEC	01/2016	12/2016						100.000	100.000		
08 003 2015/5		Alargamento da Av. Capitão Honório Ribeiro	02 07030001	E			DOM	01/2016	12/2017						100.000	100.000		
			Totais do Programa 003					315.000			3.301.000	2.315.114	1.615.886	1.514.250	950.000	150.000	6.862.859	
			Totais do Objetivo 08					342.594			4.139.091	2.523.115	1.615.886	1.989.250	1.025.000	275.000	0	8.270.845
09 SANEAMENTO																		
09 002 Transferência de Fundos																		
09 002 2006/38		Investimentos das SMAS da Viseu	02 08050103	O	100		EXEC	01/2006	12/2019	4					1.062.000	1.062.000		
			Totais do Programa 002					1.062.000			1.062.000				3.000.000	3.000.000	3.000.000	10.062.000
			Totais do Objetivo 09					0			1.062.000	1,662,000	0	3,000,000	3,000,000	3,000,000	0	10,062,000
10 ABASTECIMENTO DE ÁGUA																		
10 002 Transferência de Fundos																		
10 002 2006/30		Investimentos das SMAS da Viseu	02 08050103	O	100		EXEC	01/2006	12/2019	3					700.000	700.000		
			Totais do Programa 002					700.000			700.000				700.000	700.000	700.000	2.800.000
			Totais do Objetivo 10					0			700.000	700.000	0	700.000	700.000	700.000	0	2.800.000
11 RESÍDUOS SÓLIDOS																		
11 001 Investimentos Supramunicipais																		
11 001 2006/59		Sistema de gestão de R.S.U.	02 0405010402	O	100		DOM	01/2006	12/2019	4					1.626.356	1.626.356		
11 001 2013/10		Concessão da Reciclagem de R.S.U.	02 020202	O	100		DOM	01/2013	12/2019	0					590.000	590.000		
11 001 2013/11		Estação de Tratamento do R.S.U. da Mundaibã (venda)	02 030508	O	100		DMF	01/2013	12/2019	0					23.000	23.000		
			Totais do Programa 001					11.261			23.000	20.000			2.239.356	2.239.356	2.239.356	11.626.356
			Totais do Objetivo 01					1.637.617			2,523,091	2,603,001	590,000	2,523,001	2,523,001	2,523,001	0	11,759,621

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificat. Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Iniciativa	Dadas (Mês/Ano)	Fases de Exec.	Realizados (a)	Compras				Total previsto (10 + 11 + 12) - (8) - (9) - (10) - (11)					
						AC	MA	FC					2016	2017		2018		2019				
														Financiam. afetado	(a)	(b)			(c)	(d)	(e)	
RESÍDUOS SÓLIDOS																						
11	802	2005/90	Equipamento e Material																			
			Equipamentos de recolha, contentores, papéis e outros	02	07010613	D	100	DCIM	01/2016	12/2016	4	44.706	75.000	75.000	75.000	75.000	344.706					
													Totais do Programa 002:		75.000		75.000	75.000	344.706			
													Totais do Objetivo 11:		1.662.323		2.098.001	590.000	2.598.001	2.598.001	0	12.074.327
12	801	2005/92	Higiene Pública																			
			Serviços públicos	02	07010613	E	100	DCIM	01/2016	12/2016	4	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000					
													Totais do Programa 002:		50.000		50.000	50.000	50.000			
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NAT.																						
12	802	2005/99	Cemitérios																			
			Obras e equipamentos	02	06950102	O	100	EXEC	01/2016	12/2016	4	17.269	2.000	2.000	2.000	2.000	16.269					
			Costas marítimas	02	07030312	E	100	EXEC	01/2016	12/2016	0	30.585	50.000	50.000	50.000	50.000	82.585					
			Investimento directo	02	06950102	O	100	EXEC	01/2016	12/2016	4	730.659	300.659	460.000	360.000	460.000	1.090.659					
			Viseu Local - Transf. Capital	02	0793201	O	100	DHU	01/2014	12/2016	0	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000					
													Totais do Programa 002:		842.659		442.659	460.000	960.000	960.000	1.852.513	
12	803	2005/102	Recuperação e Manutenção Paisagística																			
			Reabilitação de Dunas de Chor	02	07930303E	E	100	DCIM	01/2016	12/2016	4	10.401	70.000	70.000	100.000	100.000	282.401					
			Construção/Beneficição de jardins/espaciaç. verdes	02	07930303E	E	100	DCIM	01/2016	12/2016	4	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	136.000					
			Investimento directo	02	06950102	O	100	EXEC	01/2016	12/2016	3	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	48.000					
			Viseu Local - Transf. Capital	02	06950102	O	100	DCIM	01/2016	12/2016	4	240.522	550.000	550.000	550.000	550.000	2.446.522					
													Programa PROGERPPR		10.000		10.000	10.000	10.000			
			Proteção do valor ambiental dos espaços florestais - conservação	02	02820304	O	30	DCIM	01/2010	12/2016	0	35.778	50.000	50.000	50.000	50.000	235.778					
			Limpesa de áreas rurais e urbanas	02	07930303E	E	100	DCIM	04/2010	12/2016	0	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	250.000					
			Parque Urbano de Aguiar	02	04950102	O	100	EXEC	04/2014	12/2016	0	164.396	230.000	230.000	230.000	230.000	1.094.396					
			Viseu Local - Transf. Corrente	02	0793201	O	100	DHU	01/2014	12/2016	0	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000					
													Programa PROGERPPR		25.000		25.000	25.000	25.000			
													Requalificação Ambiental de Espaços Verdes		25.000		25.000	25.000	25.000			

Handwritten signatures and initials:
 António Henrique
 Amic
 [Other illegible signatures]

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Ord. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Forma Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)	Res. Estado (H)	2016			Anos seguintes			Total previsto (I) = (III)+(IV)+(V)
					AC	MA	FC				Total (II) = (C)+(D)	Financiamento afectado (F)	Financiamento não afectado (G)	2017 (H)	2018 (I)	2019 (J)	
12 PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA																	
12.000 Recuperação e Manutenção Paisagística																	
12.003	251515	Reinstalação da Mesa do Fartelo	02.0700306	E	100	DOM	01/2015	12/2015	0	60.000	1.027.000	50.000	100.000	160.000	252.000		
											Totais do Programa 003:			4.738.000			
12.004	251152	Pavés Rios	02.070113	O	100	DOM	01/2011	12/2018	2	34.000	34.000	34.000		34.000			34.000
											Totais do Programa 004:			34.000			
13 VISEU CULTURA																	
13.001 Bibliotecas e Arquivos																	
13.001	250076	Fundo documental	02.020125	O	100	EXEC	01/2008	12/2010	4	3.632	10.000	10.000	10.000	10.000	31.632		
											Totais do Programa 001:			31.632			
13.002 Museus e Centros de Cultura																	
13.002	250877	Recdo museológica municipal - Museu Municipal de Viseu	02.0700207	E	100	DOM	01/2008	12/2010	3	3.213	5.000	5.000		8.213			8.213
13.002	250877	Cobras de construção reabilitação	02.070112	O	100	DAF	01/2008	12/2016	0	500	5.000	5.000		5.500			5.500
13.002	250877	Conteúdos	02.070109	O	100	DAF	01/2008	12/2016	3	8.742	10.000	10.000		18.742			18.742
											Totais do Programa 002:			20.000			
13.003 Teatros e Círculos																	
13.003	250070	Viário - Teatro Municipal - equipamentos	02.070005	O	100	DAF	01/2008	12/2018	3	50.000	5.000	45.000		55.000			55.000
13.003	251014	Viário - Teatro Municipal - Contrato de activação	02.040701010	O	100	EXEC	01/2010	12/2019	3	367.075	400.000	400.000	400.000	1.567.075			1.567.075
13.003	251015	Viário - Teatro Municipal - Reabilitação do imóvel arcaico	02.0801010	O	100	EXEC	01/2018	12/2018	0	3.814	37.000	37.000	140.000	180.814			180.814
											Totais do Programa 003:			540.000			
13.004 Edifícios e Património de Interesse Público																	
13.004	2506114	Reforços do Património Construído	02.070005	E	100	DOM	01/2006	12/2018	3	30.000	30.000			30.000			30.000
13.004	251492	Cobras de Reabilitação	02.0700227	E	100	DOM	01/2014	12/2018	0	10.000	10.000			10.000			10.000
											Totais do Programa 004:			40.000			

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Ord./Proj.	Projeto Ano / Nº / Ação	Designação	Forma Fonte Financiamento (%)			Reserv.	Data (Mês/Ano)		Realizac.	2015			Total (9)=(3)+(4)+(5)	Programas definido (10)	Anos seguintes			Total previsto (11)+(12)+(13)+(14)
			AC	AA	FC		Inicio	Fim		2017 (11)	2018 (12)	2019 (13)						
															(9)	(10)	(14)	
13 VISEU CULTURA																		
13 005 Outras Atividades - Cultura																		
13 005 2008/78		Acordos de colaboração	0	100	EXEC	01/2008	12/2018	3	87.787	100.000	100.000		100.000			600.000	600.000	187.787
13 005 2008/78	1	Apoio ao investimento	0	100	EXEC	01/2008	12/2018	3	418.742	700.000	600.000		100.000			600.000	600.000	2.318.742
13 005 2014/14		Atividades Culturais	0	100	EXEC	01/2014	12/2019	6	216.611	400.000	350.000		50.000			400.000	400.000	1.816.611
13 005 2014/14	1	Eventos	0	100	EXEC	01/2014	12/2015	2	20.209	30.000	35.000		5.000			30.000	30.000	140.209
13 005 2014/14	2	Produção Artística							793.349	1.230.000	1.085.000		150.000		1.030.000	1.030.000	1.630.000	5.063.349
Totais do Programa 005:									1.123.485	1.787.000	1.555.000		250.000		1.520.000	1.580.000	1.450.000	7.440.485
Totais do Objetivo 13:																		
14 DESPORTO, JUVENTUDE, RECREIO E LAZER																		
14 005 Instalações e Equipamentos de Recreio e Lazer																		
14 005 2006/22		Viseu Local - Transl. Capital	0	100	EXEC	01/2006	12/2019	4	12.612	855.584	335.584		55.800			30.800	30.800	482.596
14 005 2007/21		Rede Municipal de Percursos Pedestres																
14 005 2007/21	1	Investimento Direto	E	100	DOM	01/2007	12/2019	4		30.000	30.000					30.000	30.000	420.000
14 005 2007/21	2	Viseu Local - Transl. Capital	0	100	EXEC	01/2007	12/2018	4	5.706	3.000	3.000							8.706
14 005 2012/15		Requalificação do Parque de Santiago	E	100	DOM	01/2012	12/2019	4		100.000	100.000					100.000	100.000	480.000
14 005 2014/24		Investimento Direto	E	100	DOM	01/2014	12/2019	6	4.245	200.000	190.000		100.000			200.000	200.000	804.245
14 005 2014/25		Escopista do Dão - Gestão e Manutenção	0	100	EXEC	01/2014	12/2019	6	7.504	48.000	48.000					48.000	48.000	199.504
14 005 2015/3		Escopista de Vouga	E	100	DOM	01/2015	12/2019	5		20.000	20.000							20.000
14 005 2015/13		Manutenção de Parques Infância e Fitness	0	100	DOM	01/2015	12/2019	5		100.000	100.000					100.000	100.000	400.000
Totais do Programa 005:									25.467	836.584	736.584		100.000		533.800	478.800	478.000	2.355.051
Totais do Objetivo 14:																		
14 002 Instalações e Equipamentos de Desporto																		
14 002 2006/31		Requalificação do Pavilhão Desport. do Fozinho	E	100	DOM	01/2006	12/2016	1	797.967	5.000	5,000							802.967
14 002 2006/33		Estruturas Desportivas de Ar Lene	E	100	DOM	01/2006	12/2019	4	2.310	390.000	190,000		200,000			200,000	200,000	962,310
14 002 2006/34		Equipamentos Desportivos	0	100	DOM	01/2006	12/2019	3		5,000	5,000					5,000	5,000	20,000
14 002 2006/35		Viseu Local - Transl. Capital	0	100	EXEC	01/2006	12/2018	3	165,968	140,000	140,000		25,968					165,968
14 002 2008/37		Reabilitação de estruturas desportivas	E	100	DOM	01/2008	12/2019	4	133,800	100,000	190,000					100,000	100,000	523,800
Totais do Programa 002:									994,045	625,000	490,000		225,968		305,000	305,000	305,000	2,496,049

Handwritten signatures and notes in blue ink.

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Cód. Proj.	Projeto	Esignação	Código Classificação Orçamental	Forma de Execução	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Data de Exec.		Realizado (A)	Emprest			Total previsto (F) = (E)+(G)+(H)+(I)
					AC	MA	FC		Início	Fim		2016			
												Financiam. definido (C)	Financiam. não definido (D)	2017 (E)	
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E ENERGIA															
17 003 2000128															
17 003	2000128	Remuneração Pública e Energia	02 00020101	D	100		DAF	01-2018	12-2019	3	1.428.840	2.500.000	2.500.000	2.500.000	11.628.840
											Total do Programa 002:				12.458.220
17 004															
17 004	2000121	Materiais para manutenção e reparação	02 02012101	O	100		DAF	01-2018	12-2019	3	500.000	400.000	400.000	400.000	2.200.000
17 004	201219	Conservação e reconstrução do Património Municipal	02 02020004	E	100		DOM	01-2012	12-2019	4	165.501	400.000	400.000	400.000	1.795.501
17 004	201516	Incentivos à requalificação do edifício Incubadora	02 040002	O			EXEC	01-2015	12-2019		3.661	50.000	50.000		59.661
17 004	201522	Apeachmento da Incubadora	02 070109	O	100		EXEC	01-2015	12-2016	0	34.723	2.000	2.000		36.723
17 004	201523 1	Equipamento informático para a Incubadora	02 070107	O	100		EXEC	01-2015	12-2016	0	6.150	6.150	6.150		12.300
17 004	201523 2	Equipamento informático para a Incubadora	02 04070103	O				01-2015	12-2017		45.000	45.000	45.000		90.000
											Total do Programa 004:				4.818.165
											Total do Objetivo 17:				29.296.441

Cód. Proj.	Projeto	Esignação	Código Classificação Orçamental	Forma de Execução	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Data de Exec.		Realizado (A)	Emprest			Total previsto (F) = (E)+(G)+(H)+(I)
					AC	MA	FC		Início	Fim		2016			
												Financiam. definido (C)	Financiam. não definido (D)	2017 (E)	
18 MOBILIDADE															
18 001 Rede Viária															
18 001	2003124	Construção e reabilitação de vias municipais.	02 07030001	E	100		DOM	01-2003	12-2019	4	72.754	54.540	54.540		127.294
18 001	2005164	Reabilitação de Obras de Artes Plásticas, estuários e projetos	02 070112	O	100		EXEC	01-2006	12-2016	4	55.670	10.000	10.000		65.670
18 001	2008184 1	Reabilitação e conservação	02 07030001	E	100		DOM	01-2006	12-2019	4	4.045	350.000	350.000		354.045
18 001	2008184 2	Reabilitação de Pavimentos	02 020220	O	100		DOM	01-2015	12-2016	0	60.000	60.000	60.000		120.000
18 001	2008184 3	Reabilitação de pavimentos	02 03030003	O	100		DAF	01-2006	12-2019	3	296.233	400.000	400.000		696.233
18 001	2013114	Requalificação do Acesso à Sargareira de Mação	02 07030001	E	100		DOM	01-2013	12-2016	0	5.000	5.000	5.000		10.000
18 001	2013115	Ligação de Várzea de Célis e Célis	02 07030001	E	100		DOM	01-2013	12-2016	0	5.000	5.000	5.000		10.000
18 001	2013116	Requalificação do Acesso de Raposa à Colina Verde	02 07030001	E	100		DOM	01-2013	12-2016	0	5.000	5.000	5.000		10.000
18 001	2014339	Via Local - Transf. Comenta	02 04050102	O			EXEC	01-2014	12-2019		478.493	700.000	700.000		1.178.493
18 001	2014444	Via Local - Transf. Capital	02 04050102	O			EXEC	01-2014	12-2019		283.169	400.000	400.000		683.169
18 001	201602	Reforma do Mercado	02 07030001	E			DOM	01-2016	12-2017	0	100.000	100.000	100.000		200.000
18 001	201603	Alargamento da EH 16	02 07030001	E			DOM	01-2016	12-2019	0	125.000	125.000	125.000		250.000

Handwritten signatures and notes:
 - "Kriszta Horvath" (blue ink)
 - "Kriszta" (blue ink)
 - "Kriszta Horvath" (black ink)
 - "Kriszta" (black ink)
 - "Kriszta" (black ink)

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Ord. Prog.	Projeto	Disposição	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.			Fonte Financiamento (%)			Resp.	Data (Mês/Ano)	Fase de Econ.	Realiz. (a)	Despesas			Total previsto (I) = (II)+(III)+(IV)							
				AC	AA	FC	2016							Anos seguintes										
							TOM (II)=(I)-(II)	Financiam. deitado (C)	Financiam. não deitado (d)					2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)								
MOBILIDADE																								
18	001	2016-12	Recic Vilaria	E	100	0	0	0	DOM	01/2015	12/2015	0	4.650.000	4.650.000	4.650.000									
													Totais do Programa 001			1.116.000	7.469.540	1.919.540	5.550.000	1.650.000	1.300.000	14.942.840		
18	002	2016-167	Modernização da sinalética	O	100	0	0	0	DMC	01/2016	12/2016	3	5.000	5.000	5.000									
18	002	2016-168	Sensibilização luminosa	O	100	0	0	0	DOM	01/2016	12/2016	3	5.000	5.000	5.000	5.000								
													Totais do Programa 002			10.000	10.000	10.000	10.000					
18	003		Estacionamento	E	100	0	0	0	DOM	01/2016	12/2016	3	5.000	5.000	5.000	5.000								
18	003	2016-169	Obras diversas	O	100	0	0	0	DMC	01/2016	12/2016	3	5.000	5.000	5.000	5.000								
18	003	2016-169	Investimento direto	O	100	0	0	0	DMC	01/2016	12/2016	3	5.000	5.000	5.000	5.000								
18	003	2014-31	Caixão de Paços e Paroquias	O	100	0	0	0	DMC	01/2014	12/2014	0	23.998	35.000	35.000	35.000	163.998							
													Totais do Programa 003			23.998	40.000	40.000	35.000	35.000	168.998			
18	004		Mobilidade Urbana	E	100	0	0	0	DCM	01/2016	12/2016	4	2.000	30.000	30.000	30.000	122.000							
18	004	2016-170	Alugio para transportes públicos	O	100	0	0	0	DCM	01/2016	12/2016	3	84.440	264.000	264.000	264.000	1.140.440							
18	004	2015-23	Investimento direto	O	100	0	0	0	DCM	01/2015	12/2015	0	730.000	700.000	700.000	1.730.000								
18	004	2015-23	Investimento direto	O	100	0	0	0	DCM	01/2015	12/2015	0	290.000	200.000	200.000	400.000								
18	004	2016-13	Intervenção C.O.M. de Viseu	O	100	0	0	0	DCM	01/2016	12/2016	0	300.000	200.000	200.000	400.000								
18	004	2016-13	Intervenção C.O.M. de Viseu	O	100	0	0	0	DCM	01/2016	12/2016	0	300.000	200.000	200.000	400.000								
18	004	2016-14	Intervenção C.O.M. de Viseu	O	100	0	0	0	DCM	01/2016	12/2016	0	300.000	200.000	200.000	400.000								
18	004	2016-15	Intervenção C.O.M. de Viseu	O	100	0	0	0	DCM	01/2016	12/2016	0	300.000	200.000	200.000	400.000								
18	004	2016-16	Intervenção C.O.M. de Viseu	O	100	0	0	0	DCM	01/2016	12/2016	0	300.000	200.000	200.000	400.000								
													Totais do Programa 004			87.240	2.037.000	329.000	1.728.000	1.978.000	1.278.000	8.078.240		
													Totais do Objetivo 18			1.228.960	9.576.540	2.298.540	7.278.000	5.219.000	3.443.000	2.613.000	0	32.209.490
19	001	2017-10	TRANSPORTES AÉREOS	O	100	0	0	0	EXEC	01/2017	12/2017	3	1.000	1.000	1.000	1.000								
19	001	2017-10	Aeródromo Municipal	O	100	0	0	0	EXEC	01/2017	12/2017	3	13.000	30.000	30.000	30.000	30.000							
19	001	2017-10	Apoio ao Investimento	O	100	0	0	0	DAF	01/2017	12/2017	3	17.000	50.000	50.000	50.000	50.000							
19	001	2017-10	Apoio à Atividade	O	100	0	0	0	DAF	01/2017	12/2017	3	17.000	50.000	50.000	50.000	50.000							
19	001	2017-10	Combustíveis para aviação	O	100	0	0	0	DAF	01/2017	12/2017	3	17.000	50.000	50.000	50.000	50.000							

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Orç. Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte de Financiamento (%)			Reserv.	Data (Mês/Ano)	Fases de Exec.		Realizado (A)	Despesas				Total previsto (E) = (B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)+(H)			
						AC	MA	FC			Início	Fim		2016	Anos seguintes						
															2017 (B)	2018 (C)	2019 (D)		Outros (E)		
TRANSPORTES AÉREOS																					
19	001		Aeródromo Municipal																		
19	001	2015/27	Requalificação do Aeródromo Municipal	02 - 07003013	E	100	00M	0	00M	01/2015	12/2019	0	150.000	450.000				150.000			
19	001	2015/16	Centro de Operações de Socorro	02 - 07003201	E	100	00M	0	00M	01/2015	12/2019	0	62.000	62.000	150.000			212.000			
19	001	2015/19	Quartel de Bombeiros Municipais de Aveirolas Municipal	02 - 07003201	E	100	00M	0	00M	01/2015	12/2019	0	36.000	36.000	150.000			136.000			
Totais do Programa 001:													35.686	319.000	319.000	70.000	70.000	70.000	0	800.000	
Totais do Orçamento 19:													35.686	319.000	319.000	0	320.000	70.000	70.000	0	800.000
21			MERCADOS E FEIRAS																		
21	001		Instalações Municipais																		
21	001	2009/27	Criar e reabilitar/conservar	02 - 07010303	E	100	00M	0	00M	01/2009	12/2016	0	80.000	80.000				80.000			
21	001	2016/7	Mercado Municipal	02 - 06010162	O		EXEC	0	EXEC	01/2016	12/2016	0	100.000	100.000	417.000	517.000		1.024.000			
Totais do Programa 001:													180.000	180.000	180.000	0	417.000	517.000	0	1.117.000	
Totais do Orçamento 21:													0	180.000	180.000	0	417.000	517.000	0	1.117.000	
22			TURISMO																		
22	001		Instalações e Equipamentos																		
22	001	2006/107	Sinalética turística - Inv. Directo	02 - 07603089	O	100	00M	0	00M	01/2006	12/2016	0	10.000	10.000				10.000			
22	001	2010/27	PROVERE - Requalificação ambiental das margens do Rio Dão e sua valorização - Termas de Alcaláçegas	02 - 07010415	E	30	70	00M	00M	01/2010	12/2016	4	167.011	5.000	5.000			172.011			
Totais do Programa 001:													167.011	15.000	15.000	0	20.000	20.000	0	182.011	
22	002		Outras Atividades - Turismo																		
22	002	2006/108	Anulação jurídica	02 - 02022591	O	100	EXEC	0	EXEC	01/2006	12/2019	3	694	20.000	20.000	20.000	20.000	80.604			
22	002	2014/04	Acordos de Colaboração	02 - 090701	O	100	EXEC	0	EXEC	01/2014	12/2019	0	2.500	2.500	2.500	2.500	10.000				
22	002	2014/04	Apoio ao Investimento	02 - 04970122	O	100	EXEC	0	EXEC	01/2014	12/2019	0	15.000	15,000	15,000	15,000	45,000				
22	002	2014/05	Promocão Turística	02 - 020220	O	100	EXEC	0	EXEC	01/2014	12/2019	0	1.500	15,000	15,000	15,000	51,500				
22	002	2016/17	Cooperação Transfronteiriça	02 - 049901	O		EXEC	0	EXEC	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000	50.000	50.000	200.000				
22	002	2016/17	Transferência Corrente															50.000			

(Handwritten signatures and initials)

António Henrique

Manic

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Org. Prog	Projeto	Ano / Nº	Ativo	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realizar	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Data (Mês/Ano)	Fase de Exec.	Realizado (h)	2016			Anos seguintes		Total previsto (l) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)+(h)			
							AC	AA	FC					Total (i)=(c)+(d)+(e)+(f)+(g)+(h)	Financiam. definidos (c)	Financiam. não definidos (d)	2017 (f)	2018 (g)		2019 (h)	Outros (i)	
TURISMO																						
22	002	2016/17	2	Outras Atividades - Turismo	02	D				EXEC	01/2016	12/2016	0	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000			
				Transferência de Capital									2.362	152.500	52.500	100.000	52.500	52.500	52.500	315.362		
Totais do Programa 002:														185.373	167.500	67.500	100.000	52.500	52.500	52.500	0	494.373
OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTARQUICA																						
24	001			Empréstimos Bancários																		
24	001	2006/179		Amenização	02	D	100		DAF	01/2006	12/2006	3	1.816.751	1.720.500	1.720.500	1.721.500	1.467.500	1.458.500	7.901.000	16.077.751		
24	001	2006/131		Juros	02	D	100		DAF	01/2006	12/2006	3	103.556	141.200	141.200	125.000	115.000	95.000	365.100	934.656		
Totais do Programa 001:														1.920.307	1.861.700	1.861.700	1.846.500	1.582.500	1.553.500	1.826.100	17.012.607	
24	002			Empréstimos - Administração Central do Estado																		
24	002	2013/21		Amenização	02	A	100		DAF	01/2014	12/2025	0	18.753	97.505	97.505	100.850	196.800	165.520	1.053.450	1.722.878		
24	002	2013/22		Juros	02	A	100		DAF	01/2014	12/2025	0	33.153	62.550	62.550	57.293	51.730	45.520	128.150	379.623		
Totais do Programa 002:														51.906	160.055	160.055	168.143	248.530	211.040	1.182.600	2.102.701	
24	003			Empréstimos - Fundos e Serviços Autónomos de Estado																		
24	003	2013/23		Amenização	02	A	100		DAF	01/2013	12/2044	0	63.131	60.250	60.250	60.250	60.250	80.250	380.770	484.851		
24	003	2013/24		Juros	02	A	100		DAF	01/2013	12/2044	0	3.142	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	22.500	55.642		
Totais do Programa 003:														66.273	67.750	67.750	67.750	67.750	67.750	263.270	540.493	
Totais do Objetivo 20:														2.040.496	2.089.505	2.089.505	2.162.820	1.883.780	1.832.290	5.646.820	19.655.801	
26	001			DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS																		
26	001	2006/132		Transferências Apoio	02	O	100		EXEC	01/2006	12/2019	6	144.790	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000	824.790		
26	001	2006/133		Contribuições e Apoio à actividade de instituições	02	O	100		EXEC	01/2006	12/2019	6	144.790	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000	824.790		
Totais do Programa 001:														289.580	340.000	340.000	340.000	340.000	340.000	1.340.000	2.649.580	
26	002			Residências																		
26	002	2006/188		Reduções	02	O	100		DAF	01/2006	12/2019	6	23.000	23.000	23.000	23.000	23.000	23.000	23.000	92.000		
Totais do Programa 002:														23.000	23.000	23.000	23.000	23.000	23.000	92.000		
26	003			Ativos Financeiros/Participações de Capital																		
26	003	2015/1		Fundo de Apoio Municipal	02	O	100		EXEC	01/2015	12/2021		199.226	398.433	398.433	398.433	398.433	398.433	398.433	2.191.431		

Município de Viseu

Grandes Opções do Plano do ano 2016

Div. Prog	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Financiamento			Resp.	Data (Mês/Ano)		Fórmula de Exat.	Realizado (00)	Despesas			Total previsto (1) = (2)+(3)+(4) (4) = (1)-(2)-(3)				
				Forma de Financiamento (%)				2016				Anos seguintes							
				AC	AA	FC		Total	Financiam. definido			2017	2018	2019		Diferença (1)			
26	003	261524	02	000001	0	100	EXEC	01/09/15	12/09/15	1	50.000	50.000	50.000	50.000					
			02	000001	0	100	EXEC	01/09/15	12/09/15	1	50.000	50.000	50.000	50.000					
TOTAIS DO PROGRAMA 003											100.226	498.453	498.453	398.453	398.453	398.453	2.291.621		
TOTAIS DO OBJETIVO 26											344.000	691.453	691.453	0	591.453	591.453	3.200.271		
Total Geral:											25.218.989	52.487.763	32.482.942	20.004.821	43.200.610	38.189.494	30.691.908	10.045.373	196.443.383

[Handwritten signatures and initials]

ORGÃO EXECUTIVO
Em 29 de Setembro de 2015
[Signature]

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 09 de Novembro de 2015
[Signature]

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Ord./Proj.	Projeto	Designação	Forma de Realização	Forma de Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (1) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)		
				AC	AA	FC		Início	Fim			2014	2015				2016	
													Total (b) = (c) + (d) + (e)	2017 (f)	2018 (g)			2019 (h)
ADMINISTRAÇÃO GERAL																		
01 001 Edifícios próprios																		
01 001 2009-2		Obras de mobilização em edifícios próprios	E	100		DOM	01/2009	12/2018	4		33.886	360.000	250.000	250.000	250.000	773.685		
01 001 2014-11		Construção do Armazém Municipal	E			DOM	01/2014	12/2018	0		100.000	190.000	500.000	300.000	900.000			
01 001 2016-11		Arquivo de Viseu	E			DOM	01/2016	12/2017	0		1.200.000	1.300.000			1.300.000			
Totais do Programa 001:											23.886	1.650.000	350.000	1.300.000	750.000	550.000	0	2.973.685
01 002 Viaturas e Material de Transporte																		
01 002 2014-11		Aquisição de material de transporte	O	300		EXEC	01/2014	12/2019	0		125.000	50.000	75.000	175.000	150.000	625.000		
Totais do Programa 002:											0	125.000	50.000	75.000	175.000	150.000	0	625.000
01 003 Modernização Administrativa																		
01 003 2006-12		Programa de Modernização	O	100		EXEC	01/2006	12/2018	4		91.844	125.000	50.000	75.000		291.844		
01 003 2006-12 1		Informatização/automatização - Hardware	O	100		EXEC	01/2006	12/2018	4		17.304	200.000	300.000	100.000		917.304		
01 003 2006-12 2		Informatização/automatização - Software	O	100		DAF	01/2008	12/2013	4		31.441	50.000	50.000	50.000		291.441		
01 003 2008-11		Equipamento administrativo e técnico	O	100		EXEC	01/2008	12/2019	3		140.649	375.000	200.000	175.000	50.000	840.649		
Totais do Programa 003:											140.649	375.000	200.000	175.000	225.000	50.000	0	840.649
01 004 Outras Actividades - Administração Geral																		
01 004 2012-18		Fermentação e álcool (Invest. direct)	O	100		DAF	01/2012	12/2019	4		12.764	35.000	35.000	35.000	35.000	152.764		
01 004 2015-10		Equipamento e mobiliário	O	100		EXEC	01/2015	12/2019	4		245.660	100.000	40.000	100.000	100.000	645.660		
Totais do Programa 004:											258.414	135.000	75.000	40.000	135.000	135.000	0	798.444
Totais do Objetivo 01:											422.778	2.285.000	685.000	1,500,000	1,285,000	910,000	200,000	5,297,778
02 PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																		
02 001 Bombeiros Municipais																		
02 001 2008-16		Grandes intervenções (maquinaria e viaturas)	O	100		EXEC	01/2008	12/2019	3		5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	30.000		
02 001 2008-17		Sistema de comunicações	O	100		EXEC	01/2008	12/2019	3		4.212	3.000	1.000	1.000	1.000	10.212		
02 001 2008-18		Equipamentos para ataque a incêndios e outros	O	100		EXEC	01/2008	12/2019	3		37.820	50.000	25.000	25.000	25.000	162.820		
02 001 2008-20		Ferramentas e utensílios	O	100		EXEC	01/2008	12/2019	3		5.375	10.000	10.000	10.000	10.000	45.375		
Totais do Programa 001:											47.407	69,000	36,000	0	41,000	41,000	41,000	239,407
Totais do Objetivo 02:											47,407	69,000	36,000	0	41,000	41,000	41,000	239,407

Handwritten signatures and initials:
 - A large signature in blue ink at the top right.
 - A signature in blue ink in the middle right.
 - A signature in blue ink at the bottom right.
 - Initials "H" and "P" in blue ink.

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Disc. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Descrição	Forma de Realiz.			Fonte Financiamento (%)			Resp.	Data (Mês/Ano)		Fase do Exec.	Realizado (d)	Despesa				Total previsto (j) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)+(h)		
				O	E	F	AC	AA	FC		Inco	Fim			2017 (m)	2018 (n)	2019 (o)	Cursos (p)			
																				Classificação Orçamental	Financiam. Definitivo (e)
03			POLÍCIA MUNICIPAL																		
03 001			Polícia Municipal																		
03 001 200020			Equipamento básico	02	07011002	O	100	EXEC	01/2008	12/2019	3				5.000	5.000	5.000	5.000	20.000		
03 001 200027			Sistema de comunicações	02	07011002	O	100	EXEC	01/2008	12/2019	0				3.000	3.000	1.000	1.000	6.000		
				Total do Programa 001:																	
														0	8.000	8.000	0	6.000	6.000	0	26.000
				Total do Objetivo 03:																	
														0	8.000	8.000	0	6.000	6.000	0	26.000
04			VISEU EDUCAÇÃO																		
04 003			Infra-estruturas Educativas																		
04 003 20007			Centro Escolar da Ribeira (L1 + EB1)	02	07010305	E	15	66	DOM	01/2009	12/2016	1		117.732	165.000	3.000	180.000				223.732
04 003 20112			Centro Escolar Viseu Estreito	02	07010305	E	15	66	DOM	01/2011	12/2016	2		1.248.038	10.000	10.000					1.258.038
04 003 201332			Ampliação da EB1 + JI de Santiago	02	07010305	E	100	DOM	01/2013	12/2016	0		87.232	5.000	5.000						92.232
04 003 20143			Requalificação do Parque Escolar	02	07010305	E	100	DOM	01/2014	12/2016	0										
04 003 20143 1			Investimento direto	02	07010305	E	100	DOM	01/2014	12/2019	0				25.000	25.000					100.000
04 003 201437			Exposições	02	070301	O	100	EXEC	01/2014	12/2018	0				866.000	499.000	480.000				965.000
04 003 20152			Equipamento Informático - Hardware	02	070107	O	100	EXEC	01/2015	12/2018	0			40.732	150.000	150.000					290.732
04 003 20153			Equipamento Informático - Software	02	070104	O	100	EXEC	01/2015	12/2019	0				10.000	10.000					40.000
04 003 201511			Centro Escolar de Aljezur	02	07010305	E	100	DOM	01/2015	12/2016	0				50.000	50.000					50.000
04 003 201516			Escola de Póvoa de Alvarães	02	07010305	E	100	DOM	01/2015	12/2016	0			20.084	80.000	80.000					100.084
04 003 201517			Escola de S. João de Lourosa	02	07010305	F	100	DOM	01/2015	12/2016	0			95.257	20.000	20.000					79.257
04 003 20168			Requalificação da Escola Secundária de Viseu	02	07030205	E	100	DOM	01/2016	12/2017	0				567.049						567.049
04 003 20169			Requalificação da Escola Básica Orto Viseu	02	07030205	E	100	DOM	01/2016	12/2017	0				1.360.917						1.360.917
				Total do Programa 003:																	
														1.567.875	3,245,966	621,000	2,427,966	85,000	35,000	0	5,021,841
04 004			Outras Atividades - Educação																		
04 004 200050			Planos, estudos e projetos	02	070113	O	100	EXEC	01/2008	12/2019	4			1,407	10,000	10,000					41,407
				Total do Programa 004:																	
														1,407	10,000	10,000	0	10,000	10,000	0	41,407
				Total do Objetivo 04:																	
														1,569,282	3,255,966	631,000	2,427,966	95,000	45,000	0	5,063,248

Município de Viseu

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Ord. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realização	Fonte de Financiamento (%)			Resp.	Data (Mês/Ano)		Fazenda de Escac.	Realiz. (A)	Despesas			Total previsto (E) = (A)+(B)+(C)+(D)			
					AG	AA	FC		Início	Fim			2016	Anos seguintes					
	Projeto												2016	2017	2018	2019			
	Ano / NF / Ação												Total (B)+(C)+(D)	(B)	(C)	(D)			
VISEU SOCIAL																			
06	002	Viseu Acessível											1.000	1.000	1.000	1.000	4.000		
06	002	Investimento Direto	02	07003001	E	100	DOM	01/2014	12/2019	0		0	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000		
Totais do Programa 002:													0	1.000	1.000	1.000	1.000	0	4.000
06	003	Habituação											182.543	0	0	0	182.543		
06	003	Requalificação do Bairro Municipal	02	07010201	0	40	DOM	06/2011	12/2019	0	182.543	182.543	15.000	15.000	0	0	197.543		
06	003	Construção de edifícios											182.543	0	0	0	182.543		
Totais do Programa 003:													182.543	16.000	16.000	0	0	0	197.543
VISEU LOCAL - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																			
06	002	Urbanização											29.000	0	0	0	29.000		
06	002	Eexecução do PDM	02	02012101	0	100	DMU	01/2014	12/2019	0		0	29.000	29.000	0	0	29.000		
06	002	Aquisição de Cartografia (aquisição de bens)											29.000	0	0	0	29.000		
Totais do Programa 002:													29.000	29.000	0	0	0	0	29.000
06	003	Reabilitação Urbana e Rural											185.307	0	0	0	185.307		
06	003	Modelação urbano	02	0700206	0	100	DOM	01/2008	12/2019	4	1.744	1.744	25.000	25.000	0	0	107.744		
06	003	Custos arruamentos e praças	02	07003001	E	100	DOM	01/2009	12/2019	4	185.307	200.000	200.000	100.000	100.000	0	715.307		
06	003	Rua Mendonça	02	07003001	E	100	DOM	01/2012	12/2018	4	15.000	15.000	15.000	0	0	0	15.000		
06	003	Obras de Urbanização em Lotamentos	02	07003101	E	100	DMU	01/2012	12/2019	4	14.217	14.217	25.000	25.000	0	0	114.217		
06	003	Largo do Arraial em Alqueves	02	07003001	E	100	DOM	01/2015	12/2016	0	185.000	185.000	0	0	0	0	185.000		
06	003	Rua Alexandre Heróclides à Av. 25 de Abril	02	07003001	E	100	DOM	01/2016	12/2017	0	70.000	70.000	0	0	0	0	140.000		
06	003	Orçamento Participativo 2015											100.000	100.000	0	0	100.000		
06	003	Investimento Direto	02	07003101	E	60.000	EXEC	01/2016	12/2016		60.000	60.000	0	0	0	0	120.000		
06	003	Alargamento da Av. Capitão Homem Ribeiro	02	07003101	E	60.000	DOM	01/2016	12/2017		60.000	60.000	0	0	0	0	120.000		
Totais do Programa 003:													187.308	600.000	600.000	0	0	0	1.507.308
Totais do Objetivo 06:													187.268	702.000	702.000	0	0	0	1.694.268

Henriques Henriques
Francis

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Ord. Prog.	Projeto Ans / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Fonte de Realiz.			Fonte Financiamento (%)			Prop.	Data (Mês/Ano) Início / Fim	Fase de Exec.	Realizados (R)	Despesas				Total previsto (I) = (R)+(I+II)+ (R)+(R)+(R)+(R)		
				AC	AA	RC	AC	AA	RC					2016		Anos seguintes				
														Total (I)+(I+II)	Financiam. definido (II)	Financiam. não definido (II)	2017 (R)		2018 (R)	2019 (R)
13 VISEU CULTURA																				
13 002 Museus e Centros de Cultura																				
13 002 2000/77		Rede museológica municipal - Museu Municipal de Viseu																		
13 002 2000/77 2		Obras de construção/reabilitação	02 07002007	E	100	DOM	01/2008 12/2014	3				3.313	5.000	5.000			8.313			
13 002 2000/77 3		Certificados	02 070012	O	100	DAF	01/2008 12/2014	0				500	5.000	5.000			5.500			
13 002 2000/77 4		Equipamentos	02 070020	O	100	DAF	01/2008 12/2014	3				9.742	10.000	10.000			19.742			
												Totais do Programa 002:	13.555	20.000	20.000	0	0	0	0	33.555
13 003 Teatros e Cine-teatros																				
13 003 2000/80		Viseu - Teatro Municipal - equipamentos																		
13 003 2000/80			02 070025	O	100	DAF	01/2008 12/2014	3				50.000	5.000	45.000			55.000			
												Totais do Programa 003:	0	50.000	5.000	45.000	0	0	0	50.000
13 004 Edifícios e Património de Interesse Público																				
13 004 2000/114		Refeições do Palaneteiro Construído																		
13 004 2014/9		Obras de Reabilitação	02 070005	E	100	DOM	01/2008 12/2014	3				30.000	30.000				30.000			
			03 07000207	E	100	DOM	01/2014 12/2014	0				10.000	10.000				10.000			
												Totais do Programa 004:	0	40.000	40.000	40.000	0	0	0	40.000
												Totais do Orçamento 13:	13.555	110.000	65.000	45.000	0	0	0	128.555
14 DESPORTO, JUVENTUDE, RECREIO E LAZER																				
14 001 Instalações e Equipamentos de Recreio e Lazer																				
14 001 2007/21		Rede Municipal de Percursos Pedestres																		
14 001 2007/21 1		Investimento Direto	02 07000306	E	100	DOM	01/2007 12/2013	4				30.000	30.000	30.000			90.000			
14 001 2012/15		Requalificação do Parque de Santiago	02 07000305	E	100	DOM	01/2012 12/2013	4				100.000	100.000	100.000			300.000			
14 001 2014/24		Investimento Direto	02 07010426	E	100	DOM	01/2014 12/2014	0				4.245	100.000	200.000	200.000		404.245			
14 001 2015/5		Escopista de Vouge	02 07010426	E	100	DOM	01/2015 12/2015	0				20.000	20.000				40.000			
												Totais do Programa 001:	4.245	350.000	250.000	100.000	330.000	330.000	330.000	1.344.245
14 002 Instalações e Equipamentos de Desporto																				
14 002 2006/131		Requalificação do Pavilhão Desport. do Fomento																		
14 002 2006/131		Estruturas Desportivas de Ar Livre	02 07010416	E	100	DOM	01/2006 12/2016	1				797.367	5.000	5.000			802.367			
14 002 2006/134		Equipamento Desportivo	02 070115	O	100	DOM	01/2006 12/2016	3				2.310	350.000	200.000	200.000	200.000	852.310			
			02 070115	O	100	DOM	01/2006 12/2016	3				5.000	5.000	5.000	5.000		20.000			

Handwritten signature and notes:
 António Henrique
 Homic

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Div/Proj	Projeto	Designação	Codigo Classificacão Orçamental	Forma de Realiz			Fundo de Reserva	Fundo de Reserva (%)	Prop.	Data (Mo/Ao)		Fase de Exec.	Realizado (m)	2016		Anos seguintes		Total previsto (l) = (m)+(n)+(o)			
				AC	AA	FC				2016 (n)	2017 (o)			2016 (p)	2017 (q)						
14		DESPORTO, JUVENTUDE, RECREIO E LAZER																			
14 002		Instalações e Equipamentos de Desporto	02	E	100	DCM	01/2016	12/2019	4				163.000	100.000	100.000	100.000	100.000	553.000			
14 002	2016/87	Realização de estruturas desportivas											354.000	240.000	240.000	305.000	305.000	0	2.329.000		
													558.325	510.000	510.000	635.000	635.000	0	3.672.325		
17		DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ENERGIA																			
17 001		Parques de Empresas e Individuais	02	O	100	EXEC	01/2014	12/2019	6					15.000	15.000	15.000	15.000	60.000			
17 001	2014/20	Sinética																			
17 001	2015/9	Estações de acolhimento empresarial																			
17 001	2015/9	Investimento direto	02	E	100	DCM	01/2015	12/2019	0					150.000	150.000	2.000.000	2.000.000	4.150.000			
													0	165.000	165.000	0	2.015.000	2.015.000	15.000	0	4.210.000
17 002		Centro Histórico	02	O	100	EXEC	01/2006	12/2018	8				425.000	1	1			425.001			
17 002	2006/69	Áreas de Realização Urbana - Aquisição de terrenos																			
17 002	2016/16	Adaptação do Campo de Urzate	02	E	100	DCM	01/2016	12/2016	0					380.000	15.000	285.000		300.000			
													425.000	380.001	15.001	285.000	0	0	0	0	725.001
17 003		Iluminação Pública e Energia	02	O	100	DCM	01/2005	12/2019	4				15.004	164.376	164.376	150.000	150.000	629.380			
17 003	2005/147	Obras de Electrificação																			
17 003	2006/147	Investimento directo	02	O	100	DCM	01/2006	12/2019	4				15.004	164.376	164.376	0	150.000	150.000	0	629.380	
17 004		Outras Actividades - Desenv. Económico e Energia	02	O	100	EXEC	01/2015	12/2016	0					2.000	2.000			38.720			
17 004	2015/22	Incubadoras																			
17 004	2015/22	Apoio ao desenvolvimento de incubadoras																			
17 004	2015/22	Equipamento informático para a incubadora	02	O	100	EXEC	01/2015	12/2016	0					6.150	6.150			6.150			
													34.720	8.150	8.150	0	0	0	0	42.870	
													474.727	637.527	382.527	285.000	2.165.000	2.165.000	165.000	0	5.607.254
18		MOBILIDADE																			
18 001		Rede Viária	02	E	100	DCM	01/2003	12/2019	4				72.754	54.540	54.540			127.294			
18 001	2003/124	Construção e reabilitação de vias municipais																			

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Pagamento	Forma de Financiamento			Risco	Duração (Mês/Ano)	Fases de Exec.	Despesas					Total previstos (0 = 1a+0b+ (a)-(c)-(d)-(e)-(f))			
					AC	AA	FC				Realizados (a)	2016		Anos seguintes					
												2016	Financiam. definido (c)	2017 (e)	2018 (f)		2019 (g)	Curtos (h)	
ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação	ANO / Nº / Ação		
MOBILIDADE																			
18 001 Rede Viária																			
18 001 2006/164		Reabilitação de Obras de Arte	02 0703301	O	100			EXEC 01/2006 12/2016	4			35.670	10.000	10.000				45.670	
18 001 2006/164 1		Planos, estudos e projetos	02 0703301	E	100			DOM 01/2006 12/2016	4			4.645	350.000	350.000				1.254.045	
18 001 2006/164 3		Reabilitação e conservação	02 0703301	E	100			DOM 01/2013 12/2016	0			5.000	5.000				5.000		
18 001 2013/14		Requalificação do Acesso a Sangradouro de Nações	02 0703301	E	100			DOM 01/2013 12/2016	0			5.000	5.000				5.000		
18 001 2013/15		Ligação de Valzeas de Cadele até Cúta	02 0703301	E	100			DOM 01/2013 12/2016	0			5.000	5.000				5.000		
18 001 2013/16		Requalificação do Acesso de Repeses a Colina Verde	02 0703301	E	100			DOM 01/2013 12/2016	0			5.000	5.000				5.000		
18 001 2016/2		Reforma do Malabuco	02 0703301	E				DOM 01/2016 12/2017	0			100.000	90.000				220.000		
18 001 2016/8		Aterramento de EM 18	02 0703301	E				DOM 01/2016 12/2016	0			125.000	125.000				425.000		
18 001 2016/12		EN 229 e requalificação de ex-IP5	02 0703301	E				DOM 01/2016 12/2016	0			4.650.000	4.650.000				4.650.000		
Totais do Programa 001:											112.489	5.304.540	654.540	4.650.000	770.000	350.000	0	0	8.537.009
18 002 Sinalização																			
18 002 2006/167		Modernização da sinalização	02 0703309	O	100			EXEC 01/2006 12/2016	3			5.000	5.000					5.000	
18 002 2006/168		Semantização luminosa	02 0703309	O	100			DOM 01/2006 12/2016	3			5.000	5.000					5.000	
Totais do Programa 002:											0	10.000	10.000	0	0	0	0	0	10.000
18 003 Estacionamento																			
18 003 2006/160		Criar divórcio	02 0703301	E	100			DOM 01/2006 12/2016	3			5.000	5.000					5.000	
18 003 2006/169 1		Investimento directo	02 0703301	E	100			DOM 01/2006 12/2016	3			5.000	5.000					5.000	
Totais do Programa 003:											0	5.000	5.000	0	0	0	0	0	5.000
18 004 Mobilidade Urbana																			
18 004 2006/170		Abriços para transportes públicos	02 0703303	E	100			DOM 01/2006 12/2016	4			30.000	30.000					30.000	
18 004 2006/170 1		Investimento directo	02 0703303	E	100			DOM 01/2015 12/2016	0			735.000	35.000					770.000	
18 004 2015/03		Interfície e C.O.M. de Viseu	02 0703301	E	100			DOM 01/2015 12/2016	0			300.000	300.000					600.000	
18 004 2015/15		Mobilidade suave	02 0703301	E	100			DOM 01/2015 12/2016	0			300.000	300.000					600.000	
Totais do Programa 004:											2.809	1.085.000	65.000	1.000.000	1.030.000	730.000	30.000	0	2.857.000
Totais do Objetivo 18:											115.278	6.394.540	754.540	5.650.000	1.600.000	1.080.000	30.000	0	9.409.818

Totais do Objetivo 18:

Handwritten signatures and stamps, including a large signature in blue ink and a stamp with the name 'Henrique Henrique'.

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2016

Ord. Hosp.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Pagamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)			Favos de Exec.	Realizado (A)	Despesas				Total previsto (D) = (E)+(B)+(C)+(F)+(G)+(H)								
					Forma de Pagamento				2016		Anos seguintes			Total (I) = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)+(H)												
					AC	AA	FC		Total (B)+(C)+(D)	2016 (E)	2017 (F)				2018 (G)	2019 (H)										
TRANSPORTES AEREOS																										
Aeródromo Municipal																										
19 001	2013/27		Requalificação do Aeródromo Municipal	02 07030313	E	100	DOM	01/2013	12/2018	0		150.000	150.000	0	0	0	150.000									
19 001	2015/18		Centro de Operações de Segurança	02 07030201	E	100	DOM	01/2015	12/2018	0		62.000	62.000	150.000	0	0	212.000									
19 001	2015/19		Quartil do Bombeiro Municipal no Aeródromo Municipal	02 07030201	E	100	DOM	01/2015	12/2018	0		36.000	36.000	190.000	0	0	136.000									
															Total do Programa 001:		0		248.000	248.000	0	0	0	496.000		
MERCADOS E FERIAS																										
Instalações Municipais																										
21 001	2008/27		Obras de reabilitação/construção	02 07010303	E	100	DOM	01/2008	12/2018	0		83.000	83.000	0	0	0	83.000									
															Total do Objetivo 18:		0		248.000	248.000	0	0	0	496.000		
TURISMO																										
Instalações e Equipamentos																										
22 001	2008/107		Sinalética turística - Inv. Directo	02 07030308	D	100	DCM	01/2008	12/2018	0		10.000	10.000	0	0	0	10.000									
22 001	2010/27		PROVERE - Requalificação ambiental das margens do Rio Dão e sua valorização - Temas de Moatim	02 07010413	E	35	70 DCM	01/2010	12/2016	4	167,911	5.000	5.000	0	0	0	172,911									
															Total do Programa 001:		167,911		15.000	15.000	0	0	0	182,911		
															Total do Objetivo 22:		167,911		15.000	15.000	0	0	0	182,911		
															Total Geral:		4.225.866		15.122.034	4.774.068	13.347.866	7.178.000	5.513.000	1.638.000	0	33.676.960

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO EXECUTIVO

Em 09 de Novembro de 2015

Francisco

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]
Henros Henrique
Henric

**Atividades mais
relevantes**

Município de Viseu

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Cód. Prog	Projeto	Eneigação	Código Classificação Orçamental	Forma de Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fase de Exec.	Realizado (A)	Despesas				Total previsto (Y) = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)+(H)		
				Fornecimento (%)				2015				2016		2017			Outros (H)	
				AC	AA	FC		Total (B)+(C)+(D)	Financiam. definido (C)			Financiam. não definido (D)	2017 (E)	2018 (F)	2019 (G)			
ADMINISTRAÇÃO GERAL																		
01 001 Edifícios próprios																		
01 021	2008.4	Case do Município	02 060.0102	0	100		EXEC	01/2008	12/2016	3	0	6.519	6.519	0	0	0	6.519	
Totais do Programa 001:																		
											0	0	6.519	6.519	0	0	0	6.519
01 002 Viagens e Material de Transporte																		
01 032	2008.8	Reparações cometas (depois de serviços)	02 02020101	0	100		DAF	01/2008	12/2016	3	156.387	260.000	175.000	75.000	250.000	250.000	250.000	1.156.387
01 032	2008.116	Reparações cometas (conjugação de peças)	02 020112	0	100		DAF	01/2008	12/2019	3	46.714	150.000	75.000	75.000	150.000	150.000	150.000	546.714
01 032	2014.1	Locação de material de transporte	02 020225	0	100		EXEC	01/2014	12/2019	0		10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000	
											296.101	410.000	260.000	150.000	410.000	410.000	410.000	1.865.101
Totais do Programa 002:																		
											0	0	6.519	6.519	0	0	0	6.519
01 003 Modernização Administrativa																		
01 003	2006.12	Programa de Modernização	02 602019	0	100		DAF	01/2009	12/2019	4	175.688	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	1.575.688
01 003	2006.12	Contrato de manutenção informática técnica	02 602019	0	100		DAF	01/2009	12/2019	4	175.688	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	1.575.688
											175.688	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	1.575.688
Totais do Programa 003:																		
											175.688	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	1.575.688
01 004 Outras Atividades - Administração Geral																		
Combustíveis e Lubrificantes																		
01 004	2008.120	Gasolina	02 00012001	0	100		DAF	01/2008	12/2019	4	21.367	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	161.367
01 004	2008.120	Gasóleo	02 00012002	0	100		DAF	01/2008	12/2019	4	390.518	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	450.000	2.100.518
01 004	2008.120	Outros	02 00012009	0	100		DAF	01/2008	12/2019	4	12.179	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	192.179
01 004	2008.120	Material de escritório	02 000158	0	100		DAF	01/2008	12/2019	3	35.243	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	285.243
01 004	2008.123	Material de limpeza e higiene	02 000154	0	100		DAF	01/2008	12/2019	4	10.466	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	110.466
01 004	2008.124	Inspeção de elevadores	02 0002507	0	100		DAF	01/2008	12/2019	3	15.774	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	135.774
01 004	2008.125	Serviços de limpeza	02 000218	0	100		DAF	01/2008	12/2019	4	216.217	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000	1.816.217
01 004	2008.126	Serviços de limpeza	02 000252	0	100		DAF	01/2008	12/2019	4	375.059	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000	1.575.059
01 004	2010.30	Vestuário e artigos pessoais	02 000157	0	100		DAF	01/2010	12/2019	0	6.510	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	146.510
01 004	2012.24	Escudos de sinalização (energia, gás, água, etc)	02 0002102	0	100		DAF	01/2012	12/2019	4	731.240	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	6.201.240
01 004	2014.12	Comunicações	02 000259	0	100		DAF	01/2014	12/2019	3	135.793	210.000	210.000	210.000	210.000	210.000	210.000	975.793
01 004	2014.26	Estudos, pareceres e projetos	02 00021403	0	100		DAF	01/2014	12/2019	0	183.556	347.000	347.000	347.000	347.000	347.000	347.000	1.396.556
01 004	2014.37	Serviços de saúde	02 000222	0	100		DAF	01/2014	12/2019	0	20.038	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	140.038

Handwritten signature and initials:
 António Henrique
 Maria
 B.

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Cl. / Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Forma de Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)			Fases de Exec.	Realizado (a)	2016			Anos seguintes		Total previsto (b) = (a)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)+(h)								
					AC	AA	FC		Financ. não definido (c)	Financ. não definido (d)	2017 (e)			2018 (f)	2019 (g)	Outros (h)											
ADMINISTRAÇÃO GERAL																											
01	004	2014/20		Outras Atividades - Administração Geral			DAF	01/2014	12/2019	0			55.182	100.000	100.000	100.000	100.000	455.182									
01	004	2014/20		Contratação de serviços									1.825.662	3.637.000	2.527.000	1.100.000	3.350.000	3.350.000	15.072.662								
Totais do Programa 004:															2.204.351	4.463.519	2.273.519	1.250.000	4.110.000	4.110.000	0	19.099.870					
PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																											
02	002			Energética e Luta Contra Incêndios									5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000									
02	002	2014/10		Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil			EXEC	01/2014	12/2019	0			5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000									
02	002	2014/17		Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios			EXEC	01/2014	12/2019	0			4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000									
Totais do Programa 002:															0	9.000	9.000	0	0	0	0	9.000					
Outras Atividades - Promoção Civil																											
02	003	2009/23		Assentos de colaboração									15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	75.000									
02	003	2009/23	1	Ações de investimento			EXEC	01/2009	12/2019	3			15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	75.000									
02	003	2009/23	2	Ações à actividade			EXEC	01/2009	12/2019	3			35.000	35.000	35.000	35.000	35.000	175.000									
Totais do Programa 003:															30.000	50.000	50.000	0	50.000	50.000	0	250.000					
Totais do Objetivo 02:																				50.000	60.000	60.000	0	50.000	50.000	0	250.000
POLÍCIA MUNICIPAL																											
03	001	2014/10		Ações de Sensibilização/Informação			EXEC	01/2014	12/2019	0			2.500	2.500	2.500	2.500	2.500	10.000									
Totais do Programa 001:															0	2.500	2.500	0	2,500	2,500	0	10,000					
Totais do Objetivo 03:																				0	2,500	2,500	0	2,500	2,500	0	10,000
VISEU EDUCA																											
04	003	2014/3		Infra-estruturas Educativas									126.000	126.000	126.000	126.000	126.000	143.000									
04	003	2014/3		Requalificação do Parque Escolar			EXEC	01/2014	12/2018	0			15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	143.000									
04	003	2014/3	2	Vizos Local - Tronçal, Capitel									0	0	0	0	0	0									
Totais do Programa 003:															0	15.000	15.000	0	126.000	126.000	0	143.000					

Município de Viseu

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Cód. Prog	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Formas de Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (b) = (d1-d2)+ (e)			
				Fonte de Financiamento (%)				2016				2017		Anos seguintes					
				AC	AA	FC		Total (d1-d2+d3)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)		Outros (h)		
VBSEU EDUCA																			
Outras Atividades - Educação																			
04 004 2007/0		Transportes escolares	02 000210	0	100	EXEC	01/2007	12/2016	3	546.267	1.100.000	600.000	500.000	1.100.000	1.100.000	1.100.000	5.068.357		
04 004 2007/11		Acções de colaboração	02 0407010102	0	100	EXEC	01/2007	12/2016	3	298.261	300.000	300.000	200.000	300.000	300.000	300.000	1.438.361		
04 004 2007/11	1	Associação de Pais/Instituições	02 04030102	0	100	EXEC	01/2007	12/2016	3	63.457	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	463.457		
04 004 2007/11	2	Agrupamentos																	
04 004 2007/13		Assistentes Operacionais	02 0101000100	0	100	EXEC	01/2007	12/2016	3	868.018	1.339.260	1.339.260	1.339.260	1.339.260	1.339.260	1.339.260	6.205.058		
04 004 2008/03		Assistentes Operacionais	02 03020481	0	100	DAF	01/2008	12/2016	3	51.453	75.000	75.000	75.000	75.000	75.000	75.000	351.450		
04 004 2008/07		Arrendamento de instalações	02 0202250201	0	100	EXEC	01/2008	12/2016	3	839.348	1.700.000	1.000.000	700.000	1.700.000	1.700.000	1.700.000	7.439.348		
04 004 2008/09		Profissões Excecionais	02 020200	0	100	DAF	01/2008	12/2016	3	10.782	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	70.782		
04 004 2013/05		Plataforma de Educação	02 04070102	0	100	EXEC	08/2013	12/2016	3	3.088	171.000	100.000	100.000	450.000	450.000	450.000	824.880		
04 004 2014/08		Edifício Municipal na Rua Direita 160	02 04050102	0	100	EXEC	01/2014	12/2016	3	93.143	340.000	140.000	100.000	340.000	340.000	340.000	5.053.143		
04 004 2014/08		Viseu Local - Transp. Comente																	
04 004 2015/4		Materiais e equipamento pedagógico	02 020120	0	100	EXEC	01/2015	12/2016	3	40.332	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	50.332		
Totais do Programa 004:											2.835.268	5.650.260	3.651.260	1.400.000	5.329.260	4.879.260	4.879.260	0	22.973.308

Totais do Objetivo 04: 2.835.268 5.650.260 3.651.260 1.400.000 5.457.260 4.879.260 4.879.260 0 23.116.308

Totais do Objetivo 05: 0 1.800.000 0 1.800.000 0 1.800.000 0 1.800.000 0 1.800.000 0 1.800.000 0 1.800.000 0 1.800.000 0 1.800.000

Cód. Prog	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Formas de Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (b) = (d1-d2)+ (e)	
				Fonte de Financiamento (%)				2016				2017		Anos seguintes			
				AC	AA	FC		Total (d1-d2+d3)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)		Outros (h)
SAÚDE																	
Edifícios de Saúde																	
05 001 2016/10		Unidade de Saúde (Casa das Bocas)	02 04070102	0	100	EXEC	01/2016	12/2017			1.800.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	
VBSEU SOCIAL																	
Inclusão Social e Combate à Pobreza																	
Viseu Inclusivo																	
06 001 2014/5		Apelo a Instituições - Investimento	02 040701	0	100	EXEC	01/2014	12/2016	0	44.150	150.000	150.000	50.000	150.000	150.000	150.000	684.150
06 001 2014/5	1	Apelo a Famílias e Particulares - Habitação	02 040202	0	100	EXEC	01/2014	12/2016	0	132.257	300.000	150.000	150.000	300.000	300.000	300.000	1.302.257
06 001 2014/5	3	Apelo a Instituições - apoio financeiro	02 04070103	0	100	EXEC	01/2014	12/2016	0	85.858	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	463.658
06 001 2014/5	4	Apelo a Famílias e Particulares - apoio financeiro	02 040202	0	100	EXEC	01/2014	12/2016	0	21.140	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000	341.140
06 001 2014/5	5	Viseu Local para Todos	02 020115	0	100	EXEC	01/2014	12/2016	0	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	80.000

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Ord. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Realizado (a)	2016				Total previsto (l) = (b)+(c)+(d)+(e)
				Fonte de Recurso				Fases do Exec.	Total (b)+(c)+(d)		Despesas			Outros (f)	
				AC	AA	FG					2016	2017 (g)	2018 (h)		
VISEU SOCIAL															
06 001		Inclusão Social e Combate à Pobreza													
06 001 251422 1		Atividade Sénior	02 04870193	0	100	EXEC	01/2014 12/2019	0	60.403	76.000	76.000	76.000	76.000	76.000	364.403
06 001 251422 2		Projeto Interações	02 026210	0	100	EXEC	01/2014 12/2019	0	41.769	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	241.769
06 001 251422 2/1		Dinamização Social	02 4282254	0	100	EXEC	01/2014 12/2019	0	50.133	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	250.133
06 001 251422 2/2		Atividades Lúdicas							405.695	825.000	250.000	825.000	825.000	825.000	3.709.695
Totais do Programa 001:															
06 002		Visão Acessível													
06 002 251420		Planos, Estudos e Projetos	02 02621452	0	100	EXEC	01/2014 12/2019	0	1.000	1.000	1,000	1,000	1,000	1,000	4,000
Totais do Programa 002:															
06 003		Habituação													
06 003 251521		Recuperação de habitações no Bairro Municipal	02 08010102	E	100	DOM	01/2015 12/2019	0	44.000	44.000	44.000	44.000	44.000	44.000	1.796.000
06 003 251619		VEISU14681A	02 08010102	O		EXEC	01/2016 12/2019		200.000	150.000	50.000	250.000	250.000	250.000	950.000
Totais do Programa 003:															
Totais de Objeto 06:															
06 005		VEISU LOCAL - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO													
06 001 251115		Planeamento do Território	02 05010102	O	100	EXEC	01/2011 12/2016	0							1
Totais do Programa 001:															
06 002		Urbanização													
06 002 201415		Execução do PDM													
06 002 251415 2		Aquisição de Cartografia (produção de serviços)	02 420220	O	100	DHU	01/2014 12/2018	0	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000
06 002 251415 3		PACOTIL Unidos de Escrita Cadastro e Avaliação	02 420220	O	100	DHU	01/2014 12/2018	0	23.985	50.000	50.000	152.000	200.000	423.985	68.000
06 002 251415 4		Aquisição de Cartografia (CMR/DL)	02 4400014034	O		EXEC	01/2014 12/2016		68.000	68.000	68.000	68.000	68.000	68.000	260.000
06 002 251611		Planos de Pormenor	02 420220	O		DPOU	01/2016 12/2018	0	50.000	50.000	300.000	300.000	250.000	600.000	600.000
Totais do Programa 002:															
06 003		Reabilitação Urbana e Rural													
06 003 251413		Visão Local - Transf. Capital	02 4605102	O		EXEC	01/2014 12/2019	0	131.341	3.171.000	1.555.114	744.250	1.615.695	4.085.591	1.230.000
06 003 201520		Requalificação do Bairro Municipal	02 46010102	O	100	DOM	01/2015 12/2018	0	30.000	30.000	30.000	600.000	600.000	600.000	1.230.000

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Ord. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Departamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Data (Mês/Ano)	Fase de Exec.	Realizado (M)	2016			Anos seguintes			Total previsto (7) = (4)+(8) + (6)+(9)+(10)+(11)
					AD	AA	EC				Total (4) = (1)+(2)+(3)	Financiamento devido (5)	Financiamento não devido (6)	2017 (8)	2018 (9)	2019 (10)	
VIU LOCAL - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																	
08	003	Restituição Urbana e Rural															
08	003	Orçamento Participativo 2015															
08	003	Transferência Capital - Fogos Velhos															
									EXEC 01/2016 12/2016		50.000	50.000					50.000
									Totais do Programa 003:	131.341	3.251.000	1.835.114	1.615.866	1.144.250	600.000	0	5.326.531
									Totais do Objetivo 08:	155.326	3.437.001	1.821.315	1.615.866	1.594.250	1.250.000	0	6.436.577
SANEAMENTO																	
09	002	Transferência de Fundos															
09	002	Investimentos dos SMAS de Viseu															
									EXEC 01/2006 12/2019 4		1.662.000	1.662.000					10.662.000
									Totais do Programa 002:	0	1.662.000	1.662.000	0	3.000.000	3.000.000	0	10.662.000
									Totais do Objetivo 09:	0	1.662.000	1.662.000	0	3.000.000	3.000.000	0	10.662.000
ABASTECIMENTO DE ÁGUA																	
10	002	Transferência de Fundos															
10	002	Investimentos dos SMAS de Viseu															
									EXEC 01/2006 12/2019 3		700.000	700.000					2.800.000
									Totais do Programa 002:	0	700.000	700.000	0	700.000	700.000	0	2.800.000
									Totais do Objetivo 10:	0	700.000	700.000	0	700.000	700.000	0	2.800.000
RESÍDUOS SÓLIDOS																	
11	001	Intervenções Supramunicipais															
11	001	Sistema de gestão de R.S.U.															
11	001	Concessão da Rocinha do R.S.U.															
11	001	Estação de Tratamento de R.S.U. de Mucedos (perda)															
									DOM 01/2006 12/2019 4	1.426.356	2.500.000	2.600.000	610.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	11.626.356
									DOM 01/2013 12/2019 0	1	1	1	1	1	1	1	4
									DAF 01/2013 12/2019 0	11.265	23.000	23.000	23.000	23.000	23.000	23.000	103.261
									Totais do Programa 001:	1.437.621	2.523.001	2.623.001	633.000	2.523.001	2.523.001	2.523.001	11.729.621
									Totais do Objetivo 11:	1.437.621	2.523.001	2.623.001	633.000	2.523.001	2.523.001	2.523.001	11.729.621
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA																	
12	002	Comunitários															
12	002	Obras e equipamentos															
12	002	Casas mobilares															
									EXEC 01/2006 12/2019 4	17.369	3.000	2.600					19.369

Handwritten signatures and initials:
 - A large signature in blue ink at the top right.
 - A signature in blue ink in the middle right.
 - A signature in blue ink at the bottom right.
 - Initials "H.M." and "M.H." in blue ink.
 - A signature in blue ink at the bottom right, partially overlapping the page number.

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Ord. Prog.	Projeto Ano / Nº / Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Dotas (Mês/ano)		Fases de Exec.	Realizado (16)	2016				Total previsto (1) = (6)+(8)+(9)+(10)					
				AC	AA	FC		Inici.	Fim.			Total (16)=(17)+(18)	Despesas								
													Financiam. definidos (c)	Financiam. não definidos (d)	2017 (16)		2018 (7)	2019 (8)	Outros (9)		
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERV. DA NAT.																					
12																					
12 002 Cemitérios																					
12 002 2006/99 3		Viseu Local - Transf. Capital	02 08050102 0	100			EEXEC 01/2008 12/2018 4				17.263	733.259	332.259	400.000	360.000	0	0	0	1.620.259		
12 003 Recuperação e Manutenção Paisagética																					
12 003 2006/104		Conservação/beneficiação de áreas/espaços verdes	02 00020102 0	100			EEXEC 01/2008 12/2018 3				19.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	40.000		
12 003 2006/128	2	Manutenção de espaços verdes	02 00020302 0	100			DOM 01/2008 12/2018 4				340.522	599.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000	2.440.522		
12 003 201/09		Programa PRODESI/MDR																			
12 003 201/09 2		Promocão do valor ambiental dos espaços florestais - conservação	02 00020304 0	30	70	DOM 01/2015 12/2018 0					16.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000		
12 003 2010/13		Limpza de prédios ruinosos e urbanos	02 000202 0	100			DOM 01/2015 12/2019 0				35.778	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	235.778		
12 003 2014/7		Viseu Local - Transf. Corrente	02 04050102 0	100			EEXEC 01/2014 12/2019 0				154.390	235.000	230.000	230.000	230.000	230.000	230.000	230.000	1.264.390		
Totais do Programa 003:																					
											440.590	856.000	850.000	0	840.000	840.000	840.000	0	0	3.610.259	
Totais do Objetivo 12:																					
											457.223	1.282.259	1.182.259	400.000	1.800.000	840.000	840.000	840.000	0	0	5.120.618
13 VISEU CULTURA																					
13 001 Bibliotecas e Arquivos																					
Fundo documental																					
13 001 2006/76			02 020120 0	100			EEXEC 01/2006 12/2019 4				3.692	16.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	0	0	33.692	
Totais do Programa 001:																					
											3.692	16.000	10.000	0	10.000	10.000	0	0	0	33.692	
13 003 Teatros e Cinematecas																					
13 003 2010/14		Viseu - Teatro Municipal - Contrato de actividade	02 0407010101 0	100			EEXEC 01/2010 12/2019 3				267.075	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000	1.957.075		
13 003 2010/15		Viseu - Teatro Municipal - Reabilitação de imóvel anexo	02 08010102 0	100			EEXEC 01/2013 12/2018 0				5.814	37.000	37.000	80.000	80.000	140.000	140.000	140.000	262.814		
Totais do Programa 003:																					
											362.889	437.000	400.000	37.000	480.000	540.000	540.000	540.000	0	0	2.219.889
13 005 Outras Atividades - Cultura																					
13 005 2006/78		Acordos de colaboração																			
13 005 2006/78 1		Apoio ao investimento	02 080701 0	100			EEXEC 01/2006 12/2018 3				87.793	100.000	100.000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	187,793	
13 005 2006/78 2		Apoio à actividade	02 0407010103 0	100			EEXEC 01/2006 12/2019 3				418.742	750.000	600,000	100,000	600,000	600,000	600,000	600,000	600,000	2.918,742	
13 005 2014/14		Viseu Cultura																			
13 005 2014/14 1		Eventos	02 05020101 0	100			EEXEC 01/2014 12/2019 8				216.611	460.000	360,000	50,000	400,000	400,000	400,000	400,000	400,000	1.816,611	

Município de Viseu

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Fonte de Financiamento			Fase de Exec.	Outras (Mts/Ano)	Realizado (A)	ZFIS			Total (B)=(A)+(C)+(D)	Débitos			Total emitido (F)=(A)+(B)-(E)-(F)-(G)+(H)
				AC	AA	FC				Financiam. diferido (C)	Financiam. não definido (D)	Anos seguintes					
												2017 (E)		2018 (F)	2019 (G)	Outras (H)	
13 VISEU CULTURA																	
13 805	2014/14 2	Outras Atividades - Cultura		0	100	EXEC 01/2014 12/2019	0	20.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000	140.200
13 805	2014/14 2	Produção Artística						743.349	1.690.000	1.690.000	150.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	3.003.349
Totais do Programa 002:																	
									1.109.939	1.677.000	1.490.000	137.000	1.520.000	1.580.000	1.430.000	0	7.316.930
Totais do Objetivo 13:																	
									25.222	486.284	486.584	0	203.000	146.000	146.000	0	1.010.996
14 DESPORTO, JUVENTUDE, RECREIO E LAZER																	
Instalações e Equipamentos de Recreio e Lazer																	
14 801	2008/122	Viseu Local - Transf. Capital		0	100	EXEC 01/2008 12/2013	4	12.012	335.584	335.584	55.000						402.596
14 801	2007/21	Rio de Municipal de Recursos Protezores		0	100	EXEC 01/2007 12/2018	4	5.706	3.000	3.000							8.706
14 801	2014/25	Escolas do Dia - Cuidado e Manutenção		0	100	EXEC 01/2014 12/2019	0	7.504	48.000	48.000	60.000	46.000	48.000				199.504
14 801	2015/13	Manutenção de Praças Interiores e Exteriores		0	100	DOM 01/2015 12/2019	0	100.000	100.000	100,000	100,000	100,000	100,000				400,000
Totais do Programa 201:																	
									25.222	486.284	486.584	0	203.000	146.000	146.000	0	1.010.996
14 802 Instalações e Equipamentos de Desporto																	
14 802	2008/125	Viseu Local - Transf. Capital		0	100	EXEC 01/2008 12/2018	3	163.369	140,000	25,969							165,969
Totais do Programa 002:																	
									0	163,969	140,000	25,969	0	0	0	0	165,969
14 803 Outras Atividades																	
14 803	2008/83	Acordos de colaboração		0	100	EXEC 01/2008 12/2019	3	35.400	50,000	50,000	50,000	50,000	50,000				235,400
14 803	2008/83 1	Apoio ao investimento		0	100	EXEC 01/2008 12/2019	3	660,862	1.000,000	750,000	300,000	1.000,000	1.000,000				4.093,862
14 803	2008/83 2	Apoio à actividade		0	100	EXEC 01/2018 12/2019	3	38,887	80,000	80,000	80,000	80,000	80,000				388,887
14 803	2010/20	Viseu Alde						784,149	1.170,000	830,000	390,000	1.170,000	1.170,000	1.170,000	1.170,000	0	5.284,149
Totais do Objetivo 14:																	
									780,271	1.782,553	1.455,584	325,969	1.333,000	1.278,000	1.278,000	0	6.400,924
17 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E ENERGIA																	
Parques de Empresas e Industrias																	
17 001	2014/27 1	Associações Empresariais		0	100	EXEC 01/2014 12/2019	0	12,000	24,000	24,000	24,000	24,000	24,000				108,000
17 001	2014/27 2	Viseu Local - Transf. Gernero		0	100	EXEC 01/2014 12/2019	0		1	1	1	1	1				1
17 001	2015/9	Espacos de acolhimento empresarial															

Handwritten signatures and notes:
 - "Kriszta Horvath" (blue ink)
 - "Nave" (black ink)
 - "Pag. 7/11" (top right)

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Ord. Prog.	Projeto	Ano / Nº / Ação	Designação	Codigo Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Prop.	Datas (Mês/Ano)	Fase de Exec.	Realizável (a)	Despesas				Total Anulado (I) - (II) + (III) + (IV)										
						AC	AA	FC					2016		Atos seguintes												
													Total (b) = (c) + (d)	Financiamento definido (c)	Financiamento não definido (d)	2018 (e)		2019 (f)	Outros (g)								
17 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ENERGIA																											
17 001 Parques de Empresas e Industriais																											
17 001 2015/9 2			Viseu Local - Transf. Capital	02 08001032	O				EXEC 01/2015 12/2019			12.000	24.600	24.600	0	54.000	24.600	34.000	0	108.000							
													Total do Programa 001:														
													12.000			24.600		24.600		34.000		0					
17 002 Carreio Histórico																											
17 002 2014/23			Valorização da Praça 2 de Maio	02 0801032	O	100			EXEC 01/2014 12/2018	0		13.600	300.000	300.000		1.600.000	700.000			2.613.600							
17 002 2014/23			"Reabilitar para Arrendar"	02 0801032	O	100			EXEC 01/2014 12/2016	0		120.000	695.360	695.360						635.360							
17 002 2014/42			Orçamento Participativo	02 0801032	O				EXEC 01/2014 12/2019	0		2.038	3.400	3.400						5.938							
17 002 2015/7			Requalificação e valorização	02 0801032	O				EXEC 01/2015 12/2018			16.000	600.000	600.000		1.400.000	2.000.000			4.016.000							
17 002 2015/6			Transf. Corrente - Contratos Programa	02 8401032	O				EXEC 01/2015 12/2018			18.300	26.916	26.916		59.826				104.132							
													Total do Programa 002:														
													190.931			1.624.776		1.700.000		0		6.979.433					
17 003 Iluminação Pública e Energia																											
17 003 2008/129			Iluminação pública	02 92001101	O	100			04F 01/2008 12/2019	3		1.628.940	2.500.000	2.500.000		2.500.000	2.500.000			11.628.940							
													Total do Programa 003:														
													1.628.940			2.500.000		2.500.000		2.500.000		11.628.940					
17 004 Outras Atividades - Desenv. Económico e Energia																											
17 004 2008/121			Material para manutenção e reparação	02 92012101	O	100			04F 01/2008 12/2019	3		505.530	600.000	600.000		600.000	600.000			2.905.530							
17 004 2012/19			Conservação e recuperação do Património Municipal	02 92023204	E	100			02M 01/2012 12/2019	4		165.291	400.000	400.000		400.000	400.000			1.765.291							
17 004 2015/6			Inscrição à requalificação do edifício	02 940032	O				EXEC 01/2015 12/2019			9.851	50.000	59.090						59.851							
17 004 2015/22			Isotérmica																								
17 004 2015/22 3			Obra de Inocuidade	02 94031103	O				01/2015 12/2017				46.000	46.000						46.000							
													Total do Programa 004:														
													681.992			1.096.000		895.090		260.000		1.000.000		4.776.992			
													2.713.983			3.243.778		3.043.778		260.000		3.983.826		8.226.000		23.698.187	
18 MOBILIDADE																											
18 801 Rede Viária																											
18 801 2008/164			Reabilitação de Obras do Ano	02 920250	O	100			DOM 01/2015 12/2016	0			60.000	60.000						60.000							
18 801 2009/164 3			Inscrição de Pontes	02 92025003	O	100			04F 01/2008 12/2019	3		296.233	600.000	600.000		600.000	600.000			2.696.233							
18 801 2008/103			Reabilitação de pavimentos	02 94054102	O				EXEC 01/2014 12/2019			478.488	700.000	690.080		700.000	700.000			3.278.488							

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Ord. Prog	Projeto	Ano / Nº Fecho	Designação	Codigo Classificação Orçamental	Forma/Fonte de Realiz.			Fase de Exec.	Dens. (Módulo)	Resp.	Realizado (a)	2016				Total previsto (I) = (II)+(III)+(IV)		
					Fundo/Fonte Financiamento (%)							2016		Anos seguintes				
					AC	AA	FC					Total (II)=(II)+(III)	Financiam. definido (C)	Financiam. não definido (B)	2019 (F)		2010 (D)	Outros (IV)
TURISMO																		
22 002 Cursos Atividades - Turismo																		
22 002 20166108			Avenidas turísticas	02 02020201	0	100	EXEC 01/2016 12/2016	3			694	20.000	20.000	20.000	20.000	80.694		
22 002 201424			Acordos de Colaboração	02 080701	0	100	EXEC 01/2014 12/2014	0				2.500	2.500	2.500	2.500	10.000		
22 002 201424 1			Apoio ao Investimento	02 04070303	0	100	EXEC 01/2014 12/2014	0				15.000	15.000	15.000	15.000	60.000		
22 002 201424 2			Promoção Turística	02 020202	0	100	EXEC 01/2014 12/2014	0			1.698	15.000	15.000	15.000	15.000	81.698		
22 002 201617			Cooperação Transfronteiriça	02 040901	0		EXEC 01/2016 12/2016	0				50.000	50.000			50.000		
22 002 201617 1			Transfronteiriça Corrente	02 080901	0		EXEC 01/2016 12/2016	0				50.000	50.000			50.000		
22 002 201617 2			Transfronteiriça de Capital															
Totais do Programa 002:											2.362	152.500	62.500	150.000	52.500	52.500	0	312.362
Totais de Objetivo 22:											2.362	152.500	62.500	150.000	52.500	52.500	0	312.362
24 OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA																		
24 001 Empréstimos Bancários																		
24 001 2016179			Ancorizações	02 160603	0	100	DAF 01/2016 12/2016	3			1.818.751	1.720.500	1.720.500	1.437.500	1.438.500	7.901.000		
24 001 2016131			Juros	02 03010302	0	100	DAF 01/2016 12/2016	3			103.556	141.200	141.200	110.800	95.000	360.100		
Totais do Programa 001:											1.822.307	1.861.700	1.861.700	0	1.548.300	1.567.500	1.533.500	8.261.100
24 002 Empréstimos - Administração Central do Estado																		
24 002 201321			Ancorizações	02 160602	A	100	DAF 01/2014 12/2014	6			16.753	97.505	97.505	196.800	168.525	1.653.450		
24 002 201322			Juros	02 03010202	A	100	DAF 01/2013 12/2013	6			33.153	62.550	62.550	57.225	51.730	45.520		
Totais do Programa 002:											51.906	160.055	160.055	0	248.679	248.530	211.040	1.162.600
24 003 Empréstimos - Fundos e Serviços Autónomos do Estado																		
24 003 201323			Ancorizações	02 160606	A	100	DAF 01/2013 12/2013	6			63.131	60.250	60.250	60.250	60.250	160.720		
24 003 201324			Juros	02 030106	A	100	DAF 01/2013 12/2013	6			3.142	7.500	7.500	7.500	7.500	22.500		
Totais do Programa 003:											66.273	67.750	67.750	0	67.750	67.750	67.750	303.220
Totais de Objetivo 24:											2.040.886	2.089.505	2.089.505	0	2.162.880	1.885.780	1.852.250	9.648.920

Município de Viseu

Atividades mais Relevantes do ano 2016

Cód. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Financiamento			Data (Mês/Ano)	Favorecido	Realizado	Despesas					Total previsto (I) + (II) + (III) + (IV)		
				Fonte de Recurso						2015		2016		2017		Outras (VI)	
				AC	AA	FC				Total (I)-(I)-(II)	Financiam. devendo (I)	Financiam. não devendo (II)	2017 (a)	2016 (I)			2017 (II)
26	001	Transferências/Apoios	00	04070103	0	100	EXEC 01/2008 12/2016	0	144.780	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000	824.780		
Quotizações e Apoios à actividade de instruções																	
Totais do Programa 001:																	
26	002	Restituições	02	116001	0	100	DAR 01/2008 12/2013	0	23.000	23.000	23.000	23.000	23.000	23.000	92.000		
Totais do Programa 002:																	
26	003	Ativos Financeiros/Participações de Capital	02	090708	0	100	EXEC 01/2015 12/2021	0	398.453	398.453	398.453	398.453	398.453	398.453	2.191.491		
26	003	Fundo de Apoio Municipal	02	090601	0	100	EXEC 01/2015 12/2019	0	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000		
26	003	Programa FINCA	02	090701	0	100	EXEC 01/2015 12/2017	0	32.000	32.000	32.000	32.000	32.000	32.000	50.000		
Participações de Capital																	
Totais do Programa 003:																	
									160.226	498.453	498.453	498.453	498.453	398.453	2.291.491		
Totais do Objetivo 26:																	
									344.006	691.453	691.453	691.453	691.453	398.453	3.206.271		
Total Geral: 15.992.223 37.365.729 27.708.874 9.659.855 38.732.610 33.607.434 28.963.804 10.040.373 162.766.433																	

[Handwritten signatures and initials]

ORGÃO EXECUTIVO
Em 27 de Outubro de 2015
[Signature]

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 09 de Novembro de 2015
[Signature]

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]
Luis Henry
Manc

Equilíbrio corrente



MUNICÍPIO DE
VISEU

REGRA DO EQUILÍBRIO CORRENTE

ORÇAMENTO 2016

Valor das receitas correntes brutas previstas para o ano 2016	44.173.159,00 €
Valor das despesas correntes previstas para o ano 2016	33.045.831,00 €
Valor das amortizações médias dos empréstimos existentes	2.483.517,48 €
Saldo apurado	8.643.810,52 €

*Luís Henrique
Município*

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and text]
f. p.
A
Luis Henrique
Nave

**Entidades
participadas**



PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Data Referência: 31-12-2014

Participante Nome: CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

N.P.C.: 506697320

C.A.E.: 84113

<u>Data</u>	<u>Denominação Social</u>	<u>N.P.C.</u>	<u>Cap. Social</u>	<u>Participação</u>	<u>% Part.</u>
31-12-2014	MUNICIPIA-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	3.236.678,67	69.860,00	2,16%
31-12-2014	EXPOVIS-Promoções Eventos	503586480	24.940,00	12.719,35	51,00%
31-12-2014	BEIRAGÁS-C* de Gás das Beiras	504355660	11.579.500,00	5.000,00	0,04%
31-12-2014	WISEUFOLIS-Soc.Des.Prog.PolisViseu S.A.	505078015	16.000.000,00	6.400.000,00	40,00%
31-12-2014	Gestin Viseu,Parques Empres.de Viseu S.A.	505296667	1.569.566,00	508.696,91	32,41%
31-12-2014	Habisolvis, E.M.	506804186	75.000,00	75.000,00	100,00%
31-12-2014	WISEUNOVO - SRU - Soc.Reab.Urbana de Viseu S.A.	507406672	1.000.000,00	550.000,00	55,00%
31-12-2014	MATEVISEU	501632646	1.150.000,00	11.550,00	1,00%
31-12-2014	Clube Académico de Futebol **	501239480	1.500.000,00	400.000,00	26,67%
TOTAL				8.032.825,26	

** Não foi ainda concretizada a insolvência, facto pelo qual continua a constar no património da câmara

Handwritten signatures and initials:
Krisna Henrique
Wanic
[Signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Lentes Henrique
Rauic

Mapas Pessoal



MUNICÍPIO DE
VISEU

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

MAPA DE PESSOAL - 2016
(Nota justificativa)

O mapa de pessoal para o ano de 2016 não reflete, ainda, o novo modelo de organização dos serviços municipais cuja estrutura e regulamento foram publicados na II Série do Diário da República, nº 177, de 10 de Setembro de 2015. Conforme resulta da deliberação da Câmara Municipal datada de 3 de junho de 2015, a entrada em vigor da nova Estrutura Orgânica Municipal ocorrerá logo após a conclusão do processo de criação da empresa municipal *Águas de Viseu*, a que se seguirá a necessária alteração ao mapa de pessoal do ano de 2016. O Mapa será adaptado à nova estrutura orgânica e dotado com os lugares "providos" e "propostos" que resultar da integração dos *Serviços Municipalizados de Viseu* na estrutura organizacional do Município.

Neste contexto, a elaboração do Mapa de Pessoal para o ano de 2016 tem como base referencial a missão, as atribuições, os objetivos estratégicos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos humanos e financeiros disponíveis.

A conceção técnica do mapa de pessoal está em consonância com o previsto no artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

O Mapa contém a indicação dos postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades dos serviços e é acompanhado do *Anexo I* que integra uma versão especializada do mapa de pessoal ajustada por unidades orgânicas. Neste mapa os postos de trabalho "providos" e os "propostos" são discriminados por carreira e

distribuídos por unidade orgânica com referência a 13 de outubro de 2015, permitindo desta forma um gestão mais eficiente dos recursos humanos e da respetiva componente financeira.

Os documentos ora apresentados permitirão, ainda, a prática dos atos de gestão que se venham a revelar indispensáveis à prossecução do interesse público, designadamente o recurso ao mecanismo da mobilidade interna de trabalhadores entre os diversos serviços municipais.

No que concerne aos lugares "providos" traduzindo o total de trabalhadores ao serviço do Município nas diversas modalidades de vinculação, regista-se uma redução de 16 efetivos relativamente ao número de trabalhadores que integravam o mapa de pessoal aprovado para o ano de 2015 (- 2,2%).

A efetivação da despesa consignada no orçamento com os lugares "propostos" ficará dependente do processo de transição para a nova estrutura orgânica (integração dos Serviços Municipalizados de Viseu) e, bem assim, da conclusão dos processos de recrutamento e do conseqüente preenchimento desses postos de trabalho no ano de 2016.

Recursos Humanos, 13 de outubro de 2015

MAPA DE PESSOAL - 2016, por carreira

Elaborado nos termos do disposto no art.º 2º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - Lei nº 352/04, de 28 de junho

Atribuições/competências/atividades	Cargo/Categoria	Área de Formação Académica ou Profissional	N.º de Postos ou Trabalho							OBS	
			Formação		Proprietor		Total Previsto	Total geral			
			Uniq. indeterminado	Carb.	Carb.	Carb.			Carb.		
<p>Compete aos titulares de cargo de direção hierárquica de 1.º grau:</p> <p>Suprir o objetivo de atuação do núcleo orgânico que dirige, tendo em conta os elementos gerais institucionais, legais, técnicos e materiais, o desempenho e a evolução dos serviços dependentes, sob vista à evolução dos planos de atividades e à prestação dos resultados individuais e coletivos; garantir a coordenação das atividades e o qualificado técnico do prestador do serviço na sua dependência; desenvolver e executar os planos, programas, projetos e a tecnologia afetos à sua unidade orgânica, quer através de delegação ou através de acordados instituídos que garantem a eficácia e a qualidade dos serviços; promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos recursos humanos; garantir a aplicação e a avaliação da legislação e o cumprimento das obrigações legais e regulamentares.</p>	Sub-Total	3	0	0	0	0	0	3			
	<p>Assumir e executar tarefas de caráter produtivo na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos planos, atividades e da prestação do serviço, tendo em conta a legislação de referência dos Setores; executar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e orientando os funcionários e colaboradores; apoiar o desenvolvimento e a melhoria dos serviços; garantir a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos clientes; assegurar a correta aplicação da legislação e a execução dos planos, programas, projetos e a tecnologia afetos à sua unidade orgânica; desenvolver e executar os planos, programas, projetos e a tecnologia afetos à sua unidade orgânica; garantir a aplicação e a avaliação da legislação e o cumprimento das obrigações legais e regulamentares.</p>	Sub-Total	1						1		
		Engenharia									a) b)
		Economia									a)
<p>Assumir e executar tarefas de caráter produtivo e de apoio aos serviços, tendo em conta a legislação de referência dos Setores; executar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e orientando os funcionários e colaboradores; apoiar o desenvolvimento e a melhoria dos serviços; garantir a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos clientes; assegurar a correta aplicação da legislação e a execução dos planos, programas, projetos e a tecnologia afetos à sua unidade orgânica; desenvolver e executar os planos, programas, projetos e a tecnologia afetos à sua unidade orgânica; garantir a aplicação e a avaliação da legislação e o cumprimento das obrigações legais e regulamentares.</p>	Sub-Total	1						1			
	Chem									a)	
	Medicina									a)	
	Matemática									a)	
<p>Assumir e executar tarefas de caráter produtivo e de apoio aos serviços, tendo em conta a legislação de referência dos Setores; executar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e orientando os funcionários e colaboradores; apoiar o desenvolvimento e a melhoria dos serviços; garantir a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos clientes; assegurar a correta aplicação da legislação e a execução dos planos, programas, projetos e a tecnologia afetos à sua unidade orgânica; desenvolver e executar os planos, programas, projetos e a tecnologia afetos à sua unidade orgânica; garantir a aplicação e a avaliação da legislação e o cumprimento das obrigações legais e regulamentares.</p>	Sub-Total	5	0	0	0	0	0	5			
	Geografia									a) b)	
	Geologia									a)	
	Geologia									a)	

[Handwritten signatures and notes in blue ink]

António Henrique
Almeida

António Henrique
Almeida

Trabalho de pessoal - 2016



MAPA DE PESSOAL - 2016, por carreira

Elaborado nos termos do despacho nº 46.º/2014 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - Lei nº 352/14, de 20 de Junho

Ambuições/competências/actividades	Cargos/Carriras/Categorias	Área de Formação Académica e/ou Profissional	N.º de PESSOAS de Trabalho										DBS			
			Fórmula			Proporção			Total							
			Termos Resumidos			Termos Resumidos			Total		Fórmula			Total		
			Tempo indeterminado	Tempo determinado	Outros	Tempo indeterminado	Tempo determinado	Outros	Tempo indeterminado	Tempo determinado	Outros	Tempo indeterminado		Tempo determinado		
Função de nível técnico e administrativo em áreas relacionadas com a gestão de recursos humanos e a organização do trabalho, incluindo a elaboração de planos de trabalho, a gestão de processos de recrutamento e seleção, a gestão de processos de avaliação de desempenho, a gestão de processos de promoção e progressão, a gestão de processos de formação e desenvolvimento profissional, a gestão de processos de avaliação de competências e a gestão de processos de avaliação de necessidades de formação.	Coordenador Técnico	Administrativa	4												4	
		Financeira														
		Carreiras	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Função de nível superior, de planeamento de actividades e processos que inclui a direcção, a coordenação, a supervisão, a gestão, a planeamento, a organização, a coordenação, a implementação, a avaliação e a melhoria de processos de trabalho, incluindo a elaboração de planos de trabalho, a gestão de processos de recrutamento e seleção, a gestão de processos de avaliação de desempenho, a gestão de processos de promoção e progressão, a gestão de processos de formação e desenvolvimento profissional, a gestão de processos de avaliação de competências e a gestão de processos de avaliação de necessidades de formação.	Sub-Total		63				2								65	65
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
	Função de nível superior, de planeamento de actividades e processos que inclui a direcção, a coordenação, a supervisão, a gestão, a planeamento, a organização, a coordenação, a implementação, a avaliação e a melhoria de processos de trabalho, incluindo a elaboração de planos de trabalho, a gestão de processos de recrutamento e seleção, a gestão de processos de avaliação de desempenho, a gestão de processos de promoção e progressão, a gestão de processos de formação e desenvolvimento profissional, a gestão de processos de avaliação de competências e a gestão de processos de avaliação de necessidades de formação.	Sub-Total		96				10								106
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
Função de nível superior, de planeamento de actividades e processos que inclui a direcção, a coordenação, a supervisão, a gestão, a planeamento, a organização, a coordenação, a implementação, a avaliação e a melhoria de processos de trabalho, incluindo a elaboração de planos de trabalho, a gestão de processos de recrutamento e seleção, a gestão de processos de avaliação de desempenho, a gestão de processos de promoção e progressão, a gestão de processos de formação e desenvolvimento profissional, a gestão de processos de avaliação de competências e a gestão de processos de avaliação de necessidades de formação.		Sub-Total		1												1
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
	Função de nível superior, de planeamento de actividades e processos que inclui a direcção, a coordenação, a supervisão, a gestão, a planeamento, a organização, a coordenação, a implementação, a avaliação e a melhoria de processos de trabalho, incluindo a elaboração de planos de trabalho, a gestão de processos de recrutamento e seleção, a gestão de processos de avaliação de desempenho, a gestão de processos de promoção e progressão, a gestão de processos de formação e desenvolvimento profissional, a gestão de processos de avaliação de competências e a gestão de processos de avaliação de necessidades de formação.	Sub-Total		1												1
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
	Carreiras															
Função de nível superior, de planeamento de actividades e processos que inclui a direcção, a coordenação, a supervisão, a gestão, a planeamento, a organização, a coordenação, a implementação, a avaliação e a melhoria de processos de trabalho, incluindo a elaboração de planos de trabalho, a gestão de processos de recrutamento e seleção, a gestão de processos de avaliação de desempenho, a gestão de processos de promoção e progressão, a gestão de processos de formação e desenvolvimento profissional, a gestão de processos de avaliação de competências e a gestão de processos de avaliação de necessidades de formação.	Sub-Total		16												16	16
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														
		Carreiras														
		Administrativa														
		Financeira														

Handwritten signatures and notes:
 Henrique Henrique
 Maria
 (with a large handwritten mark resembling a triangle or 'A')

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Luisa Henning

[Handwritten signature]
Hainc

Responsabilidade contingentes

Responsabilidades contingentes

Identificação e descrição as responsabilidades contingentes no termos da alínea a) de nº 1, do artigo 48º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

Classificação	Referência Interna	Descrição	Campo 1	Campo 2	Nº Proc. em Tribunal	Tribunal	Julgo	Valor Da Aceite
Réu	0192 - Mª LEOLÍNDIA DE ALMEIDA GUEDES PACHO			Campo 2	30/2012		0	25000
Réu	- Parcerias - Serviços, Gestão e Comércio de Bens Imóveis, SA	Crédito reconhecido €48.767,19			183-A-54 426/04.0BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	3	0
Réu	- Joaquim Guedes, Filho & Cernro, Ld.ª (lic principal)	Sentença absolutória TAF - 18.06.2013 Interposição de Recurso A. 13.01.2014 - subida autos TCNA			752/06.4BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	1200000
Réu	- Luis Alberto de Sá Moniz/garcia48-CM)	Decisão Arbitral: € 654.051,13 Decisão 1ª instância: € 434.752,73 Aguarda devolução identificados as custas: € 186.614,17 Decisão finalização de Coimbra - confirma Decisão 1ª instância		Audição Relação de Coimbra	2738/06.3BEVIS	Tribunal Judicial de Viseu	3	91010460
Réu	1312 - ARTUR MANUEL MARQUES SIMÕES	Aguarda devolução €186.014,17. 28.08.2014 - devolvidos 151.308,09€			1824/06.0BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	20800
Réu	1511 - Vida Construção Civil, S.A.	Aguarda sentença em 1ª instância.		Julgamento agendado 03.10.2014-10h	1315/07.2BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	382502,37
Réu	Tectonix - Acção Administrativa Comum	Concluido julgamento em 08.07.2015.		afecções aguarda decisão.	1674/07.7BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	354116
Réu	1520 - Tecnovia - Empresa (Ramal do Dião) 143/08	Realizado julgamento, concluido em 08.07.2015		Despacho para marcação de julgamento	148/08.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	77400
Réu	1681 - HUGO ALEXANDRE PEREIRA MARTINS DE BARROS E MARCI PAULO PEREIRA MARTINS DE BARROS	02.07.2015-Sentença TAF Viseu acção improcedente (manutenção do acto de demissão)		Aguarda trânsito de decisão	834/08.8BEVIS	TAF Viseu	0	200001
Réu	1883 - ANTÓNIO SANTOS FONSECA	Inapuração acto administrativo interlegimento do pedido de legalização de armarém Sentença favorável. Apresentada reclamação pelo A.		Aguarda decisão da reclamação apresentada pelo A	914/08.0BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	50001
Réu	1772 - STAL- Sindicato dos Trabalhadores Adm.Local 1010	Processo parado. Falta regularização mandato advogado do STAL			1610/08.0BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	500

Handwritten signatures and initials:
 - Top left: Signature
 - Top right: Signature
 - Middle right: Signature
 - Bottom right: Signature
 - Far right: Signature

Responsabilidades contingentes

Identificação e descrição das responsabilidades contingentes no termos da alínea a) de nº 1, do artigo 48º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

Classe/Processo/Reu	Referência Interna	Descrição	Campo 1	Campo 2	Nº Proc. em Tribunal	Tribunal	Julgo	Valor Da Acção
Reu	1829 - STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Adm. local 331	Em recurso pelo STAL		Aguarda decisão	331/09.4BEVIS		0	
Reu	1832 - Tecnova - (Escopista - Ramal do D80)- Julgamento marcado para 28 de Maio 1744/09			Réplica	1744/08.4BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	389877,4
Reu	1833 - Tecnova Agnes - Acesso às Termas de Alcañache (docs. CMV87A)	Aguarda decisão de recurso TCNA		Alegações de recurso	1743/08.4BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	357819
Reu	1854 - SMO - Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais	Aguarda decisão.			739/09.5BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	5001
Reu	1889 - TECNOVIA - Sociedade de Empregadas, S.A	Sentença em 1ª instância parcialmente condenatória. Em recurso. Aguarda Decisão.		Recurso	966/09.6BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	70658,5
Reu	1872 - Marco Paulo Ferreira dos Santos	Julgamento marcado para final de Maio			848/09.0TAVIS		0	1500
Reu	2052 - Tecnova - Sociedade de Empregadas, S.A			Requerimento probatório	156/10.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	248959,91
Reclamante	2138 - Banco Privado Português	Formulada a reclamação de créditos. Pendente	1.274.756,82€		519/10.5TYLSB		0	1224853,24
Reu	2139 - Iberusa - Hotelaria e Restauração, S.A				760/08.3BEVIS		0	236,97
Reu	2309 - STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local	Impugnação indeferimento pedido de trabalho extraordinário-Aguarda sentença		Aguarda sentença	41/11.2BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	31389,76
Reu	2323 - Helena Maria de Oliveira Palma Nunes da Silva	Decisão Arbitral € 1.524.106,92 Recurso CMV€ 535.655,17 Recurso Expropriados€ 1.898.320,52 Relatório unânime € 1.414.652,87		Admissão recurso T. Relação de Coimbra	686/10.8TBVIS	Tribunal Judicial de Viseu	1º Julgo	1274285,4
Reu	2374 - Direcção Geral das Alfândegas e dos impostos especiais sobre o consumo (Alfândega de Aveiro)	Recurso de CMV para Fixação de Coimbra, contra alegações Expropriados. Aguarda Decisão						
Reu	2412 - Sousa Catarina Marques dos Santos	Decisão 1ª instância 1.409.562,87 + 66.131,61(juros) Corre prazo recurso						
Reu	2574 - Direcção Geral das Alfândegas e dos impostos especiais sobre o consumo (Alfândega de Aveiro)	Alegações (art 120ºCPPT) apresentadas em 11.03.2013-aguarda Decisão.	Aguarda Decisão	Alegações	612/11.7BEAVR		0	406,13
Reu	2412 - Sousa Catarina Marques dos Santos	Esecução divida PROHIBIT		Diligência de peritagem frustrada. Requeridas novas diligências de peritagem.	258/11.0BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	189

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Henrique Henrique' and 'Návia']

Responsabilidades contingentes

Identificação e descrição as responsabilidades contingentes no termos da alínea a) de nº 1, do artigo 48º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

Cliente/Processo/Réu	Referência Interna	Descrição	Campo 1	Campo 2	Nº Proc. em Tribunal	Tribunal	Júri	Valor da Acção
Réu	2429 - Auto Beira Alta - Oficina de Reparações de Veículos Automóveis, Lda	Decisão Arbitral €13.301,85 Recurso Expropiada € 168.641,28 Relatório Pericial preliminar: 058.624.60		13.07.2015, Requerimento CMV	1956/11.3TBVIS	Tribunal Judicial 3 de Viseu		150339,43
Reclamante	2470 - Insolvência - Cedusa & Neves, Lda				2266/10.9TBVIS	Tribunal Judicial 4 de Viseu		0
Réu	2474 - Parque Escolar (Escola Secundária de Emídio Nogueira) 2482 - Coma - Ordenação n.º 276143701	Em preparação Aguarda decisão Contra-ordenação impetida: excesso de velocidade Coma: persistir de ascender a 180,00K. Impugnação de liquidação de taxa: 202,04€			276143701		0	0
Réu	2500 - TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.			Aguarda marcação da data para produção da prova	3417/11.0BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	202,04
Oferido	2524 - Fernando Daniel Martins	Inquérito			1623/11.7TAVIS	Tribunal Judicial de Viseu	0	0
Oferido	2547 - Maria de Jesus Ferreira	Inquérito criminal anexo			1706/11.4TAVIS	Serviços do Ministério Público-Trab. Trabalho de Viseu	0	0
Réu	2568 - Manuel de Oliveira Ferreira	Responsabilidade por danos reabramento conduta SMAAS. Aguarda decisão	Origem: 125/12.0TBVIS, 27.02.2015, Julgamento 4º Júri Civil Viseu		238/12.8BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	4	6.388,59
Réu	2571 - EP - Estradas de Portugal, E.P.E	Avaliação inicial CMV-117.679,54€ (89.534,58€-tempos-despedido/28.145,00€-benficiaris-repositos pela CMV) Decisão Arbitral: €138.496,80 Recurso CMV: €59.042,17 Relatório Pericial (peritos Tribunal-Expropiada): €144.531,60 Relatório Pericial (perito CMV): € 71.690,98 Decisão final: 118.811,28€		Apresentação de Nota discriminativa Art.7ºCE	3405/11.4TBVIS	Tribunal Judicial 3º Civil de Viseu		79454,93
Reclamante	2622 - insolvência - António José Martins Fong	Decisão final: 118.811,28€ escaramento.			834/12.3TBVIS	Tribunal Judicial 1º de Viseu		30000,01
Réu	5581 - STAL	Ação Administrativa Especial de Protenção Conesa com Actos Administrativos. Foram feitas as alegações. 04.12.2014/Sentença em 1ª instância abstenção Município Aguarda Decisão TCAN recurso interposto pelas AA.		Requerimento	180/12.7BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		154003,12

(Handwritten signatures and initials)

Henrique Henrique

Henric

Responsabilidades contingentes

Identificação e descrição das responsabilidades contingentes no termos da alínea a) de nº 1, do artigo 46º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

Client/Posição	Referência Interna	Instrução	Descrição	Campo 1	Campo 2	Nº Proc. em Tribunal	Tribunal	Julgo	Valor Da Ação
Chamado	5003 - Agentes da Polícia Municipal contra Jorge Marinho Santana Santos e outros- ARIQUIVAII	Instrução				338/12.40CVMS	Serviços do Ministério Público de Viseu		0
Oferido	5611 - Crime - Maria Isaura Baptista de Amaral	Julgamento já marcado.				781/12.9TAVMS	Tribunal Judicial 2º Criminal de Viseu		0
Réu	5627 - SÓCULICAS, SA	Inocência	Apresentado Reclamação de Custódias						15612,76
Réu	5639 - Repsol Portuguesa, Lda.	Impugnação acto de liquidação taxa:1.159,43€Aguarda sentença				243/12.49EVS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		1158,43
Réu	5669 - Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	Apresentada Contestação e a Autora já respondeu. Aguarda despacho sancionador				317/12.1BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		52775,49
Oferido	3686 - Inquérito (Furto de Paracátas)	Decorre inquérito criminal				486/12.1TAVIS	Serviços do Ministério Público de Viseu		0
	5686 - Inquérito	Decorre inquérito criminal.				569/12.3TAVIS	Tribunal Judicial de Viseu		0
Réu	Avalio - Maria Filomena Carraz Moura					2846/11.1TBVIS	Tribunal Judicial 3 de Viseu		0
Requerente	5726 - Maurício Daniel Rodrigues Pires	Em fase de execução. Valor da dívida executada ascende a 14.877,58€.				18/12.3BEVIS	Baseção Nacional Injunções		0
Oferido	Avalio - Inquérito					44/12.0PEVIS	Tribunal Judicial de Viseu		0
Réu	5802 - CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A	Processo Condenação Pqj - Condenatual. Aguarda sentença.				552/12.2BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		30001
Réu	5804 - SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos	Aguarda sentença				532/12.8BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		30000
Réu	5820 - Adérito Ribeiro Chaves	Impugnação de acto administrativo demissão de barrido Apresentado Contestação. Aguarda desenvolvimento dos autos.				578/12.6BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		0
Réu	5824 - Paula Cristina Mota Correia Bettencourt Dias da Silva	Aguarda Decisão				577/12.8BEVIS	Tribunal Administrativo Fiscal de Viseu		0

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: Large signature in black ink.
 - Middle right: Signature "Hernando" in blue ink.
 - Bottom right: Signature "Hernando" in blue ink.
 - Far right: Initials "PS" in blue ink.

Responsabilidades contingentes

Identificação e descrição as responsabilidades contingentes no termos da alínea a) de nº 1, do artigo 48º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Cliente/então	Referência Interna	Descrição	Campo 1	Campo 2	Nº Proc. em Tribunal	Tribunal	Julgo	Valor da Acção
Réu	Agostinho Leite Pico e Maria Carmina Gama Pico	Ação administrativa comum - forma ordinária Realizado julgamento em 15.05.2015 e em 16.06.2015		Contestação Município de Viseu	453/13.786VMS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		242156,87
	Bar Mata do Fozinho	Recurso do acórdão proferido pelo Tribunal Judicial de Viseu, da acção pendente no Tribunal de Coimbra			MJIPC 847/13, 8ºP/VIS; 133/13.304VZL			0
	Contra-Ordenação nº 200041201370	Danos do Município ascendem a 114.79€.			200041201370			0
	Fiel Seguinte, Lda	Contra-ordenação imputada, transporte escolar sem certificado de idoneidade dos vigilantes. Coima, passível de ascender a 1.500,00€. Processo Especial de Revitalização			300013.4TBVIS / 1865/14.4TBVIS	Tribunal Judicial 2º Juízo Civil de Viseu		0
	Arturo - José Alcides Pereira Rebelo e David Manuel Ribeiro Lopes				78/12.4PEVIS	Departamento de Investigação e Acção Penal de Coimbra		0
Réu	STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local	Lei 40(horas) 18.02.2014 - apresentada Contestação- aguarda decisão		Contestação	7/14.06EVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		0
Réu	Maria José Feres Pais	Pedido de interdição - danos emprestado		Contestação	53/713.78EVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		4500
Réu	Maria do Rosário Neto Marques e outros	Ação de processo comum-pedido de condenação da, pedem que seja declarado o seu direito de propriedade sobre um terreno. Aguarda marcação de julgamento.		06.07.2015 suspenso - instância (obito autor, habilitação sucessores)	463/14.7TBVIS	Tribunal Judicial 1º Civil de Viseu		30001
Réu	Anna Maria Albuquerque Ruas	Impugnação ordem de interdição. Aguarda decisão.		Contestação.	43/14.78EVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		5000,01
Autor	Chupas & Morão - Verificação Utilizador de Créditos			Verificação utentor de créditos pendente. Possível recuperação de € 1.137,08 no processo de insolvência da devedora "Chupas & Morão"	232/12.91BTCS-Z	Tribunal Judicial de Trancoso		0
Autor	Pascual Luz & Som, Lda	18.06.2014-entada da acção de despejo. Aguarda nova marcação julgamento			178/14.9TBVIS	Tribunal Judicial 2º de Viseu		8346,00
	Artório de Araújo de Almeida e Cunha	11.02.2015-interposição do recurso de Decisão Arbitral			1920/14.0TBVIS	Tribunal Judicial de Viseu		18510190,0
	Guarda Nacional Republicana (Célio da Silva Figueiredo)	Aguarda decisão das reclamações apresentadas em relatório pericial						

(Handwritten signatures and notes)

Artório de Araújo de Almeida e Cunha

Manic

Artório de Araújo de Almeida e Cunha

Responsabilidades contigüas

Identificação e descrição as responsabilidades contigüas no termos da alínea a) de nº 1, do artigo 46º, da Lei nº 75/2013, de 3 de setembro

Client/Proceder	Referência Interna	Descrição	Câmara 1	Câmara 2	Nº Proc. em Tribunal	Tribunal Judicial	Julgo	Valor Da Açúcar
	António Carlos Magalhães de Almeida	Furto. Danos do Município ascendem a 211.05€.			33/14.0PEVIS	Tribunal Judicial de Viseu		0
	António Gouveia Barata	Furto de baterias. Danos do Município ascendem a cerca de 1.200,00€.			485/14.8PEVIS	Tribunal Judicial de Viseu		0
	Requinte Elevado - Construções, Lda, e Gomas - Sociedade de Construções, Lda	Requerimento			1470/14.5TBVIS	Tribunal Judicial de Viseu		0
	Contra-Ordenação n.º 285711768	Deixa apresentada atualmente em fase de apreciação pela ANSR Contra-ordenação imposta: demente de óleo na via.			285711768			0
Réu	Serviplus - Medição de Seguros, Lda	Celma, passível de ascender a 600,00€. Despacho 30.01.2015 instância suspensa até que decorra o período de negociações no âmbito do processo de reavaliação da re Maquistas.		Contestaçãoo2.07.2014	1573/14.6TBVIS	Tribunal Judicial de Viseu		12835,87
	Reclamação de Créditos (SMA5)	Reclamação créditos 117.926,17€						0
Oferido	Camimor Queimado	Dano. Inquérito pendente. Danos ainda não computados.		Reclamação créditos 117.926,17€	470/14.0GCVIS	Serviços do Ministério Público de Viseu		0
Oferidor	Ecoporto Queimado	Dano Inquérito pendente. Danos ainda não computados.			465/14.0GCVIS	Serviços do Ministério Público de Viseu		0
Oferido	Ilídio de Comentar	Furto. Inquérito pendente. Danos ainda não computados.			275/14.8GCVIS	Serviços do Ministério Público de Viseu		0
Oferido	Madaleno Rosário	Furto. Inquérito pendente. Danos ainda não computados.			46/14.1PEVIS	Serviços do Ministério Público de Viseu		0
Oferidor	Helger Pereira dos Santos	Furto. Inquérito pendente. Danos ainda não computados.			371/14.2PEVIS	Serviços do Ministério Público de Viseu		0
Réu	Alino Manuel Pinto Rodrigues	Imputação ordem demolição marquês Aguarda decisão		06.07.2015 despacho ordenar not. do condomínio para contestar	440/14.8BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		48977
Réu	STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local	Pedido de condenação da CMV de quantias a título de participações nas taxas de justiça e custas cobradas nos processos de execução fiscal.		Junção processo administrativo	613/14.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		0

[Handwritten signatures and stamps]

[Handwritten signature: António Magalhães]

[Handwritten signature: Helger Pereira dos Santos]

[Handwritten signature: Alino Manuel Pinto Rodrigues]

[Handwritten signature: STAL]

Responsabilidades contingentes

Identificação e descrição as responsabilidades contingentes no termos da alínea a) de nº 1, do artigo 45º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

Client/Posição	Referência interna	Descrição	Campo 1	Campo 2	Nº Proc. em Tribunal	Tribunal Judicial de Visáu	Juro	Valor Da Acção
	António da Silva Guedes				514/13.21P/VS	Tribunal Judicial de Visáu		0
	Finanças - Proc. 272020406000329691, 272021406000329705 e 2720201481097891	Camisas AT			529/15.6BEVIS, 528/15.8BEVIS e 2720201481097891			0
Ofendido	Artur Henrique Oliveira e Bruno Lopes Duarte				121/14.279MS	Tribunal Judicial de Visáu		0
Ofendido	Contentor Quermado - Rua João Dias - Viseu Norte				63/14.1PEVIS	Tribunal Judicial de Visáu		0
Ofendido	Anexo Vandalizada - Av. Regimento de Infante 14				65/14.3PEVIS	Tribunal Judicial de Visáu		0
Réu	DVIA - Engenharia e Construção, Lda	Processo de contencioso pré-contractual. Duas sentenças favoráveis no TAF de Viseu e no TCA Norte. Foi interposto recurso para o STA.			887/14.0BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		0
	Dano e furto de ancores				7/14.3PEVIS	Ministério Público - Procuradoria - VISEU		0
	MEO - Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A	Processo de Impugnação			66/14.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		348,87
	MEO - Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A	Processo de Impugnação			66/2/14.10EVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		348,87
	Papelaria queimada - Inquérito				83/14.6PEVIS			0
	Notificação da PSP para pedido de indemnização Civil	Inquérito			82/14.6PEVIS			0
Réu	Carlos Alberto Coelho de Sousa	Ação de Processo Comum			650/15.078VIS	Instância Local - Secção Civil - VISEU		0
	Danos em espaços verdes - São João da Carreira				8/15.5PEVIS			0
	Vandalismo na Quinta da Saubede				9/15.0PEVIS			0
	Acesso às instalações da CMV em Repeses (Sector de canalizações)				104/15.6PBVIS			0
	contentor queimado em Santiago				5/15.7PEVIS			0
	Contentor e zona edificada - Urbanização do Foziló				7/15.3PEVIS			0
	Contentor Quermado no Bairro da Barroca				4/15.9PEVIS			0
	participação crime				1384/14.9TAVIS			0

António Henrique
Henric

[Handwritten signature]

Responsabilidades contingentes

Identificação e descrição as responsabilidades contingentes no termos da alínea a) de nº 1, do artigo 4º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

Clém/Processo/nº	Referência Interna	Descrição	Campo 1	Campo 2	Nº Proc. em Tribunal	Tribunal	Valor De Acção
Réu	Maria José de Sousa Paiva Albuquerque	Impugnação acto de demolição		Campo 2 Causa preso para contestar	149/15.5BEVIS	Tribunal Tribunal Fiscal de Visão	3000
	FURTO NAS OFICINAS DE REPESES crime de discórdância				166/15.5FBVIS		0
	Papeleiras vandalizadas - Qta de Alagoa e Av. Inf. D. Henrique				1716/13.7TAVIS	DIAP - VISEU	0
	Coaststar queimado - Belo Vista - Abraveses				17115.00PEVIS		0
	NUPEC: 001562014.5PBVME				18/15.20EVIS		0
	Audição - Processo 5403/15.3TRBNT - Processo Especial de Reabilitação				1562/14.5PBVIS		0
	Inquérito				5403/15.3TRBNT		0
Réu	António de Campos Misquita	Aguarda Decisão			1643/14.0PBVIS	DIAP - VISEU	0
	Comentor queimado				716/14.4BEVIS	TAF VISEU	24483,04
	Comentor queimado				158/15.4CCVIS		0
	Comentor danificado				156/15.8CCVIS		0
	Comentor Queimado				156/15.0CCVIS		0
	Comentor Danificado				213/15.0CCVIS		417,2
	STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local			Requerimento	214/15.9CCVIS		0
					482/15.8BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Visão	0
	António Jorge Madureira e Silva				2352/13.2TAVIS	DIAP - VISEU	0
	Fernando Simões Correia Dias				25/15.1PEVIS		0
	Demolição				2068/13.0TAVIS	DIAP - VISEU	0
	Heider Pereira dos Santos				431/15		0
Réu	Jorge Alberto Vieira de Figueiredo e outros	Prazo Contestação			3450/15.4TBVIS	Instituição Central - Secção Civil - VISEU	1977,07
	Artur Jorge Dias Santos				578/15.4BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Visão	0
	António Matias Coelho Ribeiro Amiral	Ação administrativa especial de prolação comens com atos administrativos Prazo Contestação até 23.09.2015		Prazo Contestação até 2009-2015	660/15.1BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Visão	3000,01
	Centro-ordenação NP: 522051/2015	excesso de velocidade em 2015-03-19, AE 25 especialite, km 34-400, Carroeiro, matricula: 91-CR- 79			917881613		0
	José Carlos Rodrigues dos Santos - Auto nº 917881613				200029682570		0
	Centro-Ordenação s.º 200029682570				200029682570		0

*António Henrique
Kovic*

Responsabilidades contingentes

Identificação e descrição as responsabilidades contingentes no termos da alínea a) de nº 1, do artigo 48º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

Classe/posição	Referência interna	Descrição	Campo 1	Campo 2	Nº Proc. em Tribunal	Tribunal	Julgo	Valor Da Acção
	José Carlos Rodrigues dos Santos - Auto n.º 917761910 ITAL - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A	Processo de concurso pré-contratual-impugnação concurso refeições escolares		Comissão Município	917761910 71715.5BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		30000.01
	António Carlos Magalhães Almeida Participação furto - Luis Manuel Amaral Polónia				4215.1PEVIS 83615.879VIS	Ministério Público - Procuradoria - VISEU		0
	Correntes queimadas Correntes queimado				3515.1PEVIS 3015.2PEVIS			0
	Diamantino de Silva Luis EUREST Portugal - Sociedade Europeia de Restauração, Lda	Comissao pré-contratual-impugnação concurso refeições escolares		Prazo contestação	2068103.0TBVIS-PC1 72815.9BEVIS	TAF Viseu		0
	Edgar Conde Paulo Gomes Dias António Delfim da Costa Vaz	Inquirição			18614.779VIS 59714.4TAVIS	DAP - VISEU DAP - VISEU		0
Réu	stal	Processo parado. Falta regulamentação mandato arrolgado do STAL			167008.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	0	5001
	Mythica - Arquitectura, Lda	Ação administrativa comum- pedido reconhecimento da validade de contrato de prestação de serviços subsidiariamente, indemnização danos emergentes e lucros cessantes - €242.280,00		Em prazo de contestação	76415.1BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu		0
	Participação contra incêndio - missas realizadas no parque da cidade vandalizadas com pinturas Maria Soares Pinto e outros				4815.0PEVIS 2213.1PPVIS	Serviços do Ministério Público de Viseu		0

DATA: 19-10-2015

Cliente: Município de Viseu

Handwritten signature and notes:
 António Henrique
 Francisco

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Henros Henrique
Henric

**Orçamentos
Entidades
Participadas**

[Handwritten signatures and scribbles in black ink]

[Handwritten signature]
Henso Henning
Paul

Viseu Novo

[Handwritten signatures]



WISEUNOVO
SRU

[Handwritten signature]

*Henriques Henriques
Henriques*

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

ANO DE 2016



VISEU NOVO
SRU

ÍNDICE

1.	Introdução	3
2.	Breve retrospectiva da atividade desenvolvida em 2015	6
2.1.	Edifícios municipais e espaço público	7
2.2.	Edifícios propriedade da Viseu Novo	20
2.3.	Outras atividades desenvolvidas	22
2.4.	Outros assuntos	24
3.	Estratégia e Ações de Reabilitação para 2016	28
3.1.	Ações a desenvolver na Área de Intervenção	28
4.	Modelo de Gestão da Viseu Novo	44
5.	Projeções Económicas – Financeiras	
5.1.	Pressupostos Gerais	47
5.2.	Plano de investimentos	48
5.3.	Demonstração de Resultados Previsionais	48
6.	Medidas de contenção de custos e de aumento de rendimentos	52

INSTRUMENTOS PREVISIONAIS EM ANEXO

- Demonstração de Resultados Previsionais;
- Orçamento Anual de Tesouraria;
- Balanço Previsional;



VISEU NOVO
SRU

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including 'A. H. P.' and 'Luis Henrique']

1. INTRODUÇÃO

O mercado imobiliário é extremamente exigente na atualidade. Esse facto acaba por se repercutir no investimento da construção, assim como nas transações de imóveis e a retoma económica estará sempre implicada no enquadramento político-económico do país.

Em Viseu, o executivo camarário traçou, para o seu mandato, um conjunto de estratégias a adotar, com vista a atingir uma das suas principais preocupações: a revitalização da Zona Histórica.

Com o alargamento da área de intervenção, em vigor desde o ano de 2014, a atuação da Viseu Novo SRU passou a abranger o número considerável de 1123 imóveis. Trata-se da Área de Reabilitação Urbana de Viseu, que integra também o Bairro Municipal, a Zona da Ribeira e a Cava de Viriato.

Pelo impacto orçamental desencadeado no seguimento da referida ampliação, é notório que para a Viseu Novo esse facto se reflita numa forte disciplina de contenção de custos e na necessidade fundamental de financiamento, subsequente dos Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal de Viseu.

Para a redação do presente documento, foram tidos em consideração os dados históricos relativos aos exercícios anteriores, bem como à evolução previsional das rubricas, apoiada em minuciosos critérios de gestão, a par da consideração dos princípios contabilísticos da consciência e da comparabilidade.

É nesta linha que é feita uma prospeção para o ano de 2016, ainda que possa ser condicionada pela evolução da conjuntura económico-financeira que se vive.

É ainda no contexto de criação de estratégias, que a Viseu Novo SRU tem insistido em despoletar ações de sensibilização, junto de proprietários, através da divulgação dos incentivos financeiros existentes, com o intuito de, neles, motivar o sentido de zelo pela requalificação dos seus imóveis. Ao fazê-lo, os proprietários estarão não só a acautelar possíveis riscos para a segurança pública, como a reabilitar o seu património, que faz parte da "alma" do Centro Histórico e se poderá traduzir na promoção do embelezamento do coração da cidade.

A captação de novos investidores e de jovens residentes para o Centro Histórico é outra das metas a conquistar, gradualmente. Procura-se o combate contra a desertificação da população após deslocação para as periferias da cidade, e alguma "frescura" da faixa etária a residir na ARU, atendendo que a mesma precisa de absorver novas dinâmicas, e regenerar o seu tecido social. Neste contexto, a Viseu Novo irá acentuar esta

vertente da sua ação, que tem já refletido um número expressivo de transações ocorridas, quer no ano de 2014, quer em 2015, em comparação com os anos anteriores.



Gráfico 1: Número de imóveis transacionados e respetivos valores de transação, apurados até setembro de 2015

No gráfico apresentado pode constatar-se que, no ano de 2014 foram transacionados **28 prédios** (num valor global de 2.752.740,00 €) e que até setembro de 2015 foram transacionados **33 edifícios** (num valor global de 2.893.290,00 €).

Fazem ainda parte dos objetivos da empresa:

- Valorizar o espaço público, promovendo variados tipos de acessibilidades, requalificando arruamentos e construindo alguns espaços verdes;
- Requalificar imóveis de importante valor patrimonial com o intuito de sediar diferentes equipamentos que possam dinamizar a zona e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida dos residentes;
- Disponibilizar toda a informação necessária e consequente acompanhamento de intervenções nas fachadas, empenas e coberturas; recuperação de elementos decorativos; de infraestruturas e obras estruturais.

Para a elaboração do presente documento, foram tidos em conta a informação de controlo de execução orçamental trimestral, que permite não só determinar valores médios indicativos, mas também utilizar critérios de cálculo equivalentes e com níveis de detalhe comparativo.

Face ao exposto, e no âmbito das obrigações legais impostas pelo regime do setor empresarial local constante da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto e de acordo com as disposições Estatutárias da Viseu Novo SRU, o Conselho de Administração apresenta aos Senhores Acionistas para aprovação, os *Instrumentos de Gestão Previsional* para o exercício de 2016:

- Plano anual de atividades, de investimentos e financeiro;
- Orçamento anual de investimentos;
- Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de rendimentos e orçamento de gastos;
- Orçamento anual de tesouraria;
- Balanço previsional.

De referir que o Conselho de Administração reuniu, regularmente, uma vez por mês.

O presente Documento é constituído pelos seguintes capítulos:

2. Atividades desenvolvidas em 2015, onde se descreve de forma sucinta, fatos e acontecimentos que marcaram a atividade da Viseu Novo SRU;
3. Estratégia e Ações de Reabilitação, onde se referem sumariamente as estratégias orientadoras e se concretizam as ações a desenvolver em 2016;
4. Conclusões;
5. Pressupostos dos Instrumentos de Gestão Previsional;
6. Mapas Previsionais;
7. Parecer do Fiscal Único.

2. BREVE RETROSPECTIVA DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2015

A atividade da Viseu Novo caracterizou-se pela execução e acompanhamento técnico das obras inseridas no âmbito do programa *“Reabilitar para Arrendar”*.

A Câmara Municipal de Viseu delegou ainda, na Viseu Novo, o lançamento de três Concursos Públicos: o *“Concurso Público de Conceção para a Revitalização da Praça 2 de Maio”*, o *“Concurso Público de Conceção para a Regeneração do Mercado Municipal e sua envolvente”* e o *“Concurso Público de Concessão de Obra Pública para conceção, execução e exploração do futuro Hostel”*. Durante o ano de 2015, foram dados a conhecer os vencedores dos dois primeiros concursos. Relativamente ao terceiro, não foi apresentada qualquer proposta.

A Viseu Novo SRU desenvolveu uma parte do trabalho para cadastrar a ARU à semelhança do levantamento que foi feito na ACRRU. Contudo, esse trabalho requer ainda um esforço contínuo da equipa até se conseguir recolher todos os dados necessários, para posteriormente se proceder à devida informação a constar nas fichas cadastrais individuais.

Foi ainda levado a cabo a entrega, por parte dos proprietários de imóveis arrendados, da cópia do Modelo 3, anexo F, da declaração de IRS de 2014, para efeitos de minoração/majoração do valor da taxa de IMI. Tendo em conta que este foi o primeiro ano em que foram incluídas as declarações de proprietários de imóveis inseridos na Zona da Ribeira e Cava de Viriato, houve a necessidade de se proceder a um conhecimento mais aprofundado da ARU, que fez com que este trabalho despendesse mais tempo. Concluída a análise referida, foi elaborada uma listagem com toda a informação recolhida, com o intuito de ser presente a reunião de Câmara e, posteriormente, à Assembleia Municipal.

Destaque ainda para os diversos trabalhos conduzidos, no âmbito da regeneração do Centro Histórico, que contribuirão, a curto prazo, para a criação de novas dinâmicas:

- Maior conhecimento da Área de Reabilitação Urbana. Elaboração de um Cadastro à semelhança do efetuado para a ACRRU;
- Desenvolvimento do projeto que visa a requalificação do imóvel *“Casa das Bocas”*, adquirido pelo Município para sedear uma Unidade de Saúde Familiar, destinada a residentes da Zona Histórica;
- Desenvolvimento do projeto que visa a reabilitação do edifício localizado na Rua do Comércio/Travessa de S. Domingos/ Rua D. Duarte, para ali afetar os Serviços Municipalizados *“Águas de Viseu”*;
- Desenvolvimento de diversas ações destinadas à melhoria da oferta de estacionamento, com afetação a lugares especificamente destinados a residentes e atores económicos do Centro Histórico, designadamente, a disponibilização do parque de estacionamento do *“Centro Comercial Académico”*, a baixo custo, e o desenvolvimento dos procedimentos inerentes à definição de duas novas áreas de estacionamento numa zona da Rua Silva Gaio.

Henrique Henriques

A

J. B.

- Desenvolvimento dos projetos necessários para a reabilitação das ruas: João Mendes, Soar de Cima, Largo Almeida Moreira e Cônego Martins;
- Acompanhamento de proximidade, junto dos diversos investidores do Centro Histórico, nomeadamente, no apoio à criação dos procedimentos de licenciamento das obras de reabilitação.

Henrique

2.1. EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E ESPAÇO PÚBLICO

As empreitadas mencionadas abaixo, foram objeto de celebração de Contratos-Programa com a Autarquia.

Durante todo o ano, estiveram em desenvolvimento, cinco obras de requalificação de edificado, inseridos no âmbito do Programa “Reabilitar para Arrendar”, tendo ainda sido iniciados diversos projetos, para o espaço público e para edifícios a reabilitar.

EDIFÍCIO NA RUA DIREITA 285 - 287

A empreitada supracitada foi adjudicada à empresa “Irmãos Almeida Cabral, Lda.”, no valor de 280.818,655€, em novembro de 2014. Um mês depois, iniciaram-se os trabalhos com tempo de execução previsto para 14 meses.

A obra insere-se no âmbito do Programa “Reabilitar para Arrendar”. Terá a seguinte composição: no piso 0 dois espaços comerciais e um T1 duplex; no piso 1 uma fração de Tipologia T2; no piso 2 + desvão de cobertura, dois T3 duplex.



Fotografias 1, 2 e 3: Interior do imóvel

Verifica-se a data de elaboração deste orçamento um atraso temporal no desenvolvimento da empreitada de cerca de 193,18 dias e um desvio financeiro negativo de 152.293,278 €.

O atraso verificado na execução da empreitada derivou de alguns fatores tais como:

- Incompatibilidade dos projetos;
- Atraso nas respostas às dúvidas de projeto;
- Carga de pessoal inferior à prevista,
- Atraso no aprovisionamento dos materiais.

Os desvios financeiros consubstanciam-se de acordo com o mapa abaixo:

Mês/Ano	Previsto	Real	Desvio (valores acumulados)
Dez. 2014	2.931,250 €	0,000 €	-2.931,250 €
Jan. 2015	6.579,557 €	2.843,770 €	-3.735,787 €
Fev. 2015	21.221,843 €	3.559,083 €	-17.662,760 €
Mar. 2015	56.210,479 €	4.356,855 €	-51.853,624 €
Abr-15	88.555,000 €	6.183,418 €	-82.371,582 €
Mai-15	103.953,492 €	6.745,607 €	-97.207,885 €
Jun-15	112.734,157 €	7.444,382 €	-105.289,775 €
Jul-15	129.509,875 €	12.641,838 €	-116.868,037 €
Ago-15	169.546,448 €	17.253,170 €	-152.293,278 €
Set-15	194.752,410 €		
Out-15	202.429,444 €		
Nov-15	218.570,540 €		
Dez-15	266.306,602 €		
Jan-16	280.818,655 €		

O mapa de controlo de custos apresenta-se da forma abaixo indicada:

Controlo de Custos:

Nº do Auto	Data	Valor	% Faturada (acumulada)
Auto 1	Dez. 2014	0,00€	0%
Auto 2	Jan. 2015	2.843,77€	1,01%
Auto 3	Fev. 2015	715,313€	1,27%
Auto 4	Mar. 2015	797,77 €	1,54%
Auto 5	Abr-15	1.826,56 €	2,19%
Auto 6	Mai-15	562,19 €	2,39%
Auto 7	Jun-15	698,78 €	2,65%
Auto 8	Jul-15	5.197,46 €	4,50%
Auto 9	Ago-15	4.611,33 €	6,14%

EDIFÍCIOS NA TRAVESSA DAS ESCADINHAS DA SÉ 24/ LARGO DE S. TEOTÓNIO

Adjudicada à empresa "Irmãos Almeida Cabral, Lda." por 255.781,365€, com prazo de término previsto para 12 meses, a obra teve início no mesmo período que a empreitada referida anteriormente.

Depois de requalificado, prevê-se a afetação do imóvel a um espaço comercial (no piso -1) e de serviços no piso 0 e a 4 frações habitacionais nos restantes pisos.

Trata-se de mais uma obra enquadrada no Programa "Reabilitar para Arrendar".



Fotografias 4, 5 e 6: Vista do exterior e interior do imóvel

Verifica-se nesta data um atraso temporal no desenvolvimento da empreitada de 40 dias e um desvio financeiro negativo de 104.280,417 €.

O atraso verificado na execução da empreitada derivou dos fatores a seguir indicados:

- Incompatibilidade de projetos;
- Atraso nas respostas às dúvidas de projeto;
- Carga de pessoal inferior à prevista,
- Atraso no aprovisionamento de materiais.

Os desvios financeiros traduzem-se de acordo com o seguinte quadro:

Mês/Ano	Previsto	Real	Desvio
Dez. 2014	1.859,750 €	0,000 €	-1.859,750 €
Jan. 2015	36.311,660 €	2.216,570 €	-34.095,090 €
Fev. 2015	59.100,471 €	4.445,393 €	-54.655,078 €
Mar. 2015	72.991,650 €	6.557,172 €	-66.434,478 €
Abr-15	85.050,213 €	9.338,424 €	-75.711,789 €
Mai-15	96.928,963 €	18.536,045 €	-78.392,918 €
Jun-15	121.543,630 €	31.571,701 €	-89.971,929 €
Jul-15	134.970,985 €	38.054,239 €	-96.916,746 €
Ago-15	148.495,986 €	44.215,569 €	-104.280,417 €
Set-15	155.472,842 €		
Out-15	213.405,723 €		
Nov-15	255.781,365 €		
Dez-15	1.859,750 €		
Jan-16	36.311,660 €		

O mapa de controlo de custos apresenta-se da forma abaixo indicada:

Controlo de Custos:

Nº do Auto	Data	Valor	% Faturada (acumulada)
Auto 1	Dez. 2014	0,00€	0%
Auto 2	Jan. 2015	2.216,57€	0,87%
Auto 3	Fev. 2015	2.228,823€	1,74%
Auto 4	Mar. 2015	2.111,78 €	2,57%
Auto 5	Abr-15	2.781,25 €	3,66%
Auto 6	Mai-15	9.197,62 €	7,26%
Auto 7	Jun-15	13.035,66 €	12,34%
Auto 8	Jul-15	6.482,54 €	14,88%
Auto 9	Ago-15	6.161,33 €	17,29%

CASA DA CALÇADA

Decorria o 1º Trimestre de 2015 quando, após emissão do Visto Prévio pelo Tribunal de Contas ao Contrato de Empreitada, foi dado início à empreitada.

Destinada a Equipamento Cultural/ Espaço Museológico, a obra de requalificação da Casa da Calçada insere-se no Programa "Reabilitar para Arrendar".

De referir que a empreitada, com prazo de execução de 14 meses, foi adjudicada à empresa "Soares e Carvalho – Construção Civil e Obras Públicas, Lda.", por 446.357,995€.



Fotografias 7, 8 e 9: Processo de Reabilitação da Casa da Calçada

Verifica-se nesta data um atraso temporal no desenvolvimento da empreitada de cerca de 190,4 dias e um desvio financeiro no montante de -179.242,189€.

O atraso na empreitada derivou essencialmente de:

- Incompatibilidade de projetos;
- Atraso nas respostas às dúvidas de projeto;
- Carga de pessoal inferior à prevista;
- Atraso no aprovisionamento de materiais.

Os desvios financeiros traduzem-se de acordo com o mapa abaixo:

Lúcia Henriques

Mês/Ano	Previsto	Real	Desvio
Dez. 2014	9.200,000 €	0,000 €	-9.200,000 €
Jan. 2015	22.431,205 €	0,000 €	-22.431,205 €
Fev. 2015	50.564,737 €	2.285,000 €	-48.279,737 €
Mar. 2015	80.922,709 €	5.385,000 €	-75.537,709 €
Abr-15	97.422,709 €	12.505,000 €	-84.917,709 €
Mai-15	134.108,741 €	16.670,000 €	-117.438,741 €
Jun-15	153.108,741 €	22.552,368 €	-130.556,373 €
Jul-15	183.108,741 €	30.504,982 €	-152.603,759 €
Ago-15	216.108,741 €	36.866,552 €	-179.242,189 €
Set-15	229.727,285 €		
Out-15	269.643,285 €		
Nov-15	330.068,262 €		
Dez-15	399.542,995 €		
Jan-16	446.357,995 €		

O mapa de controlo de custos apresenta-se da forma abaixo indicada:

Controlo de Custos:

Nº do Auto	Data	Valor	% Faturada
Auto 1	Dez. 2014	0,00€	0%
Auto 2	Jan. 2015	0,00€	0%
Auto 3	Fev. 2015	0,00€	0%
Auto 4	Mar. 2015	3.100,00 €	1,20%
Auto 5	Abr-15	7.120,00 €	2,80%
Auto 6	Mai-15	4.165,00 €	3,73%
Auto 7	Jun-15	5.886,77 €	5,05%
Auto 8	Jul-15	7.952,61 €	6,84%
Auto 9	Ago-15	6.362,57 €	8,26%

EDIFÍCIO NA RUA DIREITA 275

A reabilitação do imóvel mencionado em epígrafe, que integra a candidatura ao "Reabilitar para Arrendar", irá capacitá-lo com 5 frações habitacionais, para além do comércio já existente no R/C.

A obra, que foi adjudicada à empresa "Soares e Carvalho – Construção Civil e Obras Públicas, Lda.", em novembro de 2014, no valor de 322.500,000€, tem prazo de execução de 14 meses.



Fotografias 10, 11, 12: Processo de Reabilitação do imóvel

Verifica-se atualmente um atraso temporal no desenvolvimento da empreitada de cerca de 115,8 dias e um desvio financeiro negativo de 165.383,559 €.

O atraso verificado na execução da empreitada derivou dos fatores a seguir indicados:

- Incompatibilidade de projetos;
- Atraso nas respostas às dúvidas de projeto;
- Carga de pessoal inferior à prevista;
- Atraso no aprovisionamento de materiais.

Os desvios financeiros verificados até à data apresentam-se da seguinte forma:

Mês/Ano	Previsto	Real	Desvio
Dez. 2014	4.425,602 €	0,000 €	-4.425,602 €
Jan. 2015	18.620,777 €	1.360,000 €	-17.260,777 €
Fev. 2015	33.588,127 €	3.472,500 €	-30.115,627 €
Mar. 2015	49.781,877 €	5.802,500 €	-43.979,377 €
Abr-15	72.887,869 €	7.924,375 €	-64.963,494 €
Mai-15	96.931,929 €	9.921,725 €	-87.010,204 €
Jun-15	118.421,929 €	14.587,730 €	-103.834,199 €
Jul-15	153.171,929 €	17.255,370 €	-135.916,559 €
Ago-15	183.421,929 €	18.038,370 €	-165.383,559 €
Set-15	207.025,035 €		
Out-15	241.072,635 €		
Nov-15	281.303,061 €		
Dez-15	310.984,001 €		
Jan-16	322.500,001 €		

O mapa de controlo de custos apresenta-se da forma abaixo indicada:

Controlo de Custos:

Autos Henrique

[Handwritten signatures and initials]

Nº do Auto	Data	Valor	% faturada (acumulada)
Auto 1	Dez. 2014	0,00€	0%
Auto 2	Jan. 2015	1.360,00€	0,42%
Auto 3	Fev. 2015	2.112,50 €	1,08%
Auto 4	Mar. 2015	2.330,00 €	1,80%
Auto 5	Abr-15	2.121,88 €	2,46%
Auto 6	Mai-15	1.997,35 €	3,08%
Auto 7	Jun-15	4.666,06 €	4,52%
Auto 8	Jul-15	2.667,64 €	5,35%
Auto 9	Ago-15	783,00 €	5,59%

EDIFÍCIO NA RUA DIREITA Nº 149 (ANTIGO ORFEÃO DE VISEU)

O Município delegou na Viseu Novo, o desenvolvimento do Projeto de requalificação do imóvel, com o intuito de ali sedear a universidade sénior e um espaço destinado a atividades pedagógicas de jovens com dificuldades económicas.

O objetivo é promover a dinamização da Rua Direita e das artérias circundantes ao imóvel.

Durante o ano de 2015 foi dado seguimento ao Estudo Prévio do Projeto.



Fotografias 13 e 14: Exterior e interior do imóvel

EDIFÍCIO NA RUA DR. LUÍS FERREIRA 92-106 (HOSTEL)

Depois de lançado, no Diário da República, a 17 de fevereiro, o "Concurso Público de concessão de obra pública tendo por objeto a conceção, execução e exploração de um estabelecimento de alojamento local (hostel)", resultou a sua extinção por "causa de não adjudicação", conforme previsto na alínea a) do nº1 do artigo 79º do CPP (Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação), devido ao facto de, até à data de término do mesmo (19 de maio), não terem sido apresentadas quaisquer propostas.



Fotografias 15, 16 e 17: Vista do Interior do imóvel

EDIFÍCIO NA RUA DO COMÉRCIO/ TRAVESSA DE S. DOMINGOS/ RUA D. DUARTE

Durante o ano e 2015, o Município adquiriu o imóvel mencionado, que se encontrava devoluto e em ruína, com o intuito de dinamizar a Rua do Comércio, através da instalação dos Serviços Municipalizados “Águas de Viseu”.

No período descrito foi dado seguimento ao Programa Base, ao Estudo Prévio e ao Processo de classificação a “Imóvel de Interesse Municipal”.

Foi também efetuado o levantamento topográfico do imóvel.



Fotografias 18, 19 e 20: Vista do Interior e do exterior do imóvel

CONSTRUÇÃO DO PAVIMENTO DE ACESSO À ESCOLA DE S. MIGUEL

A empreitada, que foi adjudicada à empresa “EDIBEIRAS – Edifícios e Obras Públicas das Beiras Lda”, no valor de 6.627,320 €, em dezembro de 2014, tem prazo previsto de execução de 30 dias.

Henrique Henriques

[Handwritten signatures and initials]

A 22 de setembro de 2015, foi assinado o Auto de Consignação da obra, que prevê a construção de um acesso em cubos de granito à referida Escola Primária, melhorando significativamente as condições de mobilidade.



[Handwritten notes and signature]

Fotografias 21, 22 e 23: Acesso à Escola de S. Miguel

AMPLIAÇÃO DO TEATRO VIRIATO (ANTIGAS INSTALAÇÕES DA "APROGEL")

O Projeto de ampliação do Teatro Viriato foi dado por concluído no 3º Trimestre de 2015, encontrando-se disponível para lançamento do respetivo Concurso Público.

Por definir está ainda a forma de financiamento da referida ampliação.



Fotografias 24 e 25: Fachada do exterior do espaço

EDIFÍCIO DA "CASA DAS BOCAS" NA RUA JOÃO MENDES

Em função do Projeto de Arquitetura para a requalificação do imóvel, situado na Rua João Mendes nº 70, comumente conhecido por "Casa das Bocas", a Viseu Novo SRU previu a necessidade de serem contratados Serviços para a execução do Estudo Geotécnico e Geológico do edifício, assim como de Trabalhos Arqueológicos.

De relembrar que a "Casa das Bocas", que se encontra em ruínas, foi adquirida pelo Município durante o primeiro Trimestre do ano, tendo delegado na Viseu Novo a responsabilidade de proceder à reabilitação do edifício, para ali sedear uma Unidade de Saúde Familiar, como serviço público de apoio aos moradores do centro histórico.

O acordo entre o Ministério da Saúde e o Município de Viseu foi celebrado a 30 de junho.



Fotografias 26 e 27: Fachada do exterior do imóvel

REABILITAÇÃO DA RUA JOÃO MENDES

Durante o ano de 2015, a Viseu Novo, responsável pela futura obra, desenvolveu o Estudo Prévio.

A necessidade de reabilitação do arruamento prende-se com o facto de o mesmo apresentar diversos conflitos, ao nível de circulação automóvel e pedonal.

Desta forma, a Autarquia entendeu proceder à requalificação do troço da Rua João Mendes (conhecida como Rua das Bocas), desde a Rotunda da Santa Cristina até ao cruzamento com a Rua do Gonçalinho, numa extensão de 238.30m e uma largura média entre os 5.00 e os 8.70m.

Para o local, estão previstos os seguintes trabalhos:

- a introdução de um passeio contínuo do lado direito da rua, ao longo de todo o troço a intervir, com uma largura média de 1.60m;
- a repavimentação e conseqüente nivelamento do arruamento em cubo de granito;
- a reformulação de infraestruturas existentes enterradas;
- a reformulação do passeio (com acabamento em calçada à portuguesa) e do estacionamento automóvel na zona mais larga da via (entre o início da mesma e a Casa das Bocas).

Fotografias 28, 29 e 30: Aspectos do arruamento

Alfonso Henrique



Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large 'A' and a signature that appears to be 'W. F. P.'.

REABILITAÇÃO DA RUA CÓNEGO MARTINS, RUA SOAR DE CIMA E LARGO ALMEIDA MOREIRA

A existência de deformações na pavimentação das ruas supracitadas, levou a Autarquia a querer dotar as vias com percursos acessíveis.

O reforço da iluminação pública; a substituição das redes aéreas elétrica e de telecomunicações por subterrâneas; a criação de espaços verdes; a instalação de mobiliário urbano e a repavimentação dos arruamentos são alguns dos trabalhos a executar.

Durante o ano de 2015 foi executado o Programa Preliminar e dado início à elaboração do Estudo Prévio e ao Levantamento Topográfico dos espaços.



Fotografias 31, 32 e 33: Aspectos dos arruamentos

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA 2 DE MAIO

A CMV delegou na Viseu Novo SRU, o desenvolvimento de um processo com vista ao lançamento de um "concurso de ideias", o qual ocorreu no 1º trimestre de 2015.

No decorrer do 2º e 3º Trimestre coube ao Júri nomeado, proceder à análise das propostas a Concurso.

A 29 de Setembro, foi dado por concluído o Relatório Final, para decisão de seleção dos três trabalhos de conceção, pelo Conselho de Administração da empresa.

Posteriormente serão atribuídos os respetivos prémios, designadamente:

- À proposta identificada com o número 15J, de João Pedro Coelho Loureiro, a atribuição do primeiro prémio no valor de 6.000€;

- À proposta identificada com o número **10J**, de Machado + Braga Macedo Arquitetos Lda, a atribuição do primeiro prémio no valor de 2.000€;

- À proposta identificada com o número **25J**, de Domitianus – Arquitectura Lda, a atribuição do primeiro prémio no valor de 2.000€.

Prevê-se a realização de uma exposição pública dos trabalhos selecionados, associada ao debate sobre a “nova vida do Mercado 2 de Maio”.



Fotografias 34 e 35: Praça 2 de Maio

CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO PARA A REGENERAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE VISEU E SUA ENVOLVENTE

A CMV delegou na Viseu Novo SRU, o desenvolvimento do processo com vista ao lançamento de um Concurso Público para a regeneração do Mercado Municipal de Viseu, o qual ocorreu no 1º trimestre de 2015.

A 28 de julho de 2015, o Júri do Concurso deu por concluído o Relatório Final propondo que o mesmo fosse submetido a decisão de seleção do Conselho de Administração da *Viseu Novo SRU*, para selecionar três trabalhos de conceção, de acordo com o teor e as conclusões do Relatório Final.

Posteriormente procedeu-se à atribuição dos prémios previstos, designadamente:

- À proposta identificada com o número **2J**, de MRKC – Market Consulting Lda. (Técnico Coordenador Arquiteto Miguel Mastbaum Aresta Branco), a atribuição do primeiro prémio no valor de 4.000€;

- À proposta identificada com o número **1J**, de Nuno Alexandre Campoto da Silva, a atribuição do segundo prémio no valor de 2.000€.

“REABILITAÇÃO DO BAIRRO MUNICIPAL / 1º ORÇAMENTO PARTICIPATIVO”

A adjudicação da empreitada ocorreu a 18 de agosto, à empresa “JOMANOR UNIPESSOAL Lda”, no valor de 79.747,53 € + IVA, tendo esta sido a única proposta apresentada.

Luís Henrique *J. P.*

O processo de requalificação, que será executado em 60 dias, após o Auto de Consignação assinado em 02/09/2015, abrange 8 casas habitadas. O trabalho engloba a recuperação de telhados, portas e janelas. Serão ainda colocados vidros duplos, substituindo os vidros simples existentes, tal como previa a ideia vencedora do 1º Orçamento Participativo.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À ESTAÇÃO SUPERIOR DO FUNICULAR

De modo a aumentar a oferta de parques de estacionamento, com a afetação de lugares especificamente destinados a residentes e agentes económicos da Zona Histórica, a Câmara Municipal de Viseu, através da Viseu Novo, encontra-se a estudar um conjunto de soluções de modo a melhorar a acessibilidade do núcleo central da cidade.

Junto à Estação Superior do Funicular, na Rua Silva Gaio, existe um espaço destinado a estacionamento, mas que se encontra bastante desaproveitado, acreditando-se que o mesmo terá as condições necessárias para implantação de um parque de estacionamento de superfície, ou seja, duplicando e organizando a oferta de estacionamento atual.

Na sequência da elaboração do Levantamento Topográfico, está a ser desenvolvido o Estudo Prévio do projeto, estando ambos enquadrados no Contrato-Programa existente com o Município.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA AVENIDA CAPITÃO SILVA PEREIRA

Também na Avenida Capitão Silva Pereira, existe um espaço atualmente utilizado para estacionamento, mas que se encontra bastante desaproveitado para o efeito. Acredita-se que o local terá as condições adequadas para criar um parque de estacionamento de superfície, e organizando a oferta de estacionamento.

Foi já estabelecido um Contrato-Programa com o Município, na sequência do qual, será desenvolvido quer o Levantamento Topográfico quer os estudos e projetos necessários à definição desta área de estacionamento.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO NO EDIFÍCIO S. LÁZARO

Em função do objetivo de se disponibilizar estacionamento para residentes e entidades económicas, a Viseu Novo desenvolveu diligências no sentido de disponibilizar este parque de funcionamento, tendo contactado com os proprietários (residentes no Brasil), aguardando-se o envio do contrato de arrendamento para assinatura.

Paralelamente, e tendo em conta o interesse em se dotar este parque de estacionamento, situado no Edifício S. Lázaro, na Rua Senhora do Postigo, de condições mínimas das funcionamento e segurança, foi já efetuada uma previsão de custos associados a obras e à sua conseqüente exploração.

Assim, e após assinatura do contrato de arrendamento em causa, será promovida uma empreitada envolvendo os vários trabalhos identificados, nomeadamente: reparação de tetos, instalação de pontos elétricos junto da entrada e saída para alimentação dos automatismos a aplicar nos portões, a instalação de um sistema de segurança e de um sistema de controlo de acesso, assim como alguns trabalhos de serralharia. Estima-se que estes trabalhos poderão ter um custo de 8. 233 € + IVA. Em consideração está a celebração de um contrato de arrendamento por 5 anos, calculando-se que os custos fixos mensais possam variar entre os 1.446 € ou 1519 €. De referir que a capacidade do parque é para 80 viaturas, o que permite, em princípio, disponibilizar cada um dos lugares, por um valor de cerca de 20 € mensais.

Para que a Viseu Novo SRU possa gerir este parque de estacionamento e tendo em consideração o CAE da sociedade e os respetivos Estatutos deverá, conforme Parecer Jurídico solicitado para o efeito, ser promovida uma Assembleia Geral destinada à alteração dos Estatutos da Empresa, ajustando-os a este objetivo.

2.2. EDIFÍCIOS PROPRIEDADE DA VISEU NOVO

EDIFÍCIOS NA RUA DIREITA 91-97

A quinta obra inserida no âmbito do Programa “Reabilitar para Arrendar”, cuja reconstrução foi adjudicada (prazo de 12 meses) à empresa “Edibeiras – Construção e Obras Públicas das Beiras, Lda.”, no valor de 239.875,513€, resulta do emparcelamento de dois imóveis e irá acolher 2 espaços comerciais no R/C e três frações habitacionais nos restantes pisos.



Fotografias 36 e 37: Processo de reabilitação do imóvel

Verifica-se nesta data um atraso temporal de 25 dias que se traduz num desvio financeiro de -154.074,646 €.

O atraso na empreitada derivou essencialmente de:

- Incompatibilidade de projetos;
- Atraso nas respostas às dúvidas de projeto;

custos Henry

[Handwritten signatures and initials]

- Carga de pessoal inferior à prevista,
- Atraso no aprovisionamento de materiais.

Os desvios financeiros traduzem-se de acordo com o mapa abaixo:

Mês/Ano	Previsto	Real	Desvio
Dez. 2014	990,250 €	0,000 €	-990,250 €
Jan. 2015	9.544,050 €	3.315,000 €	-6.229,050 €
Fev. 2015	22.239,050 €	11.301,220 €	-10.937,830 €
Mar. 2015	36.156,490 €	16.422,213 €	-19.734,277 €
Abr-15	45.049,520 €	22.417,442 €	-22.632,078 €
Mai-15	60.623,760 €	30.669,304 €	-29.954,456 €
Jun-15	105.262,590 €	37.797,124 €	-67.465,466 €
Jul-15	163.906,790 €	42.348,804 €	-121.557,986 €
Ago-15	203.327,310 €	49.252,664 €	-154.074,646 €
Set-15	223.096,740 €		
Out-15	228.403,690 €		
Nov-15	239.875,510 €		

O mapa de controlo de custos apresenta-se da forma abaixo indicada:

Controlo de Custos:



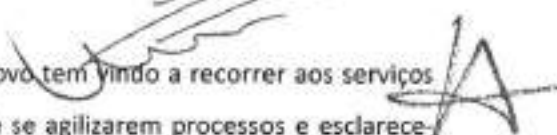

Nº do Auto	Data	Valor	% Faturada (acumulada)
Auto 1	Dez. 2014	0,00€	0%
Auto 2	Jan. 2015	3.315,00€	1,38%
Auto 3	Fev. 2015	7.986,22€	4,72%
Auto 4	Mar. 2015	5.120,99 €	6,84%
Auto 5	Abr-15	5.995,23 €	9,34%
Auto 6	Mai-15	8.251,86 €	12,78%
Auto 7	Jun-15	7.127,82 €	15,76%
Auto 8	Jul-15	4.551,68 €	17,65%
Auto 9	Ago-15	6.903,86 €	20,53%

2.3. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Para além das obras e respetivo acompanhamento, a SRU foi paralelamente desenvolvendo outros processos, que se enunciam:

- Acompanhamento de diversas obras de particulares (edifícios situados na ARU);

- Elaboração de Pareceres diversos (quer no âmbito de Processos de Obras, exercício do Direito de Preferência, esplanadas, ocupações da via pública e publicidade);
- Execução de vistorias, em conjunto com a CMV e outras Entidades: Efetuadas no âmbito do *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana* e do *Regime Jurídico da Urbanização e Edificação*, partindo a solicitação, na maior parte das vezes, dos proprietários ou arrendatários, pretendendo que sejam verificadas as deficientes condições de segurança, higiene e de salubridade.
- Atualização permanente do site da Viseu Novo.
- Produção de Newsletters mensais que dão conhecimento à população, do desenvolvimento dos trabalhos da SRU e documentam atividades tradicionais da Zona Histórica ou curiosidades históricas (com a colaboração do *Núcleo de Imagem e Comunicação/CMV*).
- Reuniões periódicas com Técnicos da *Direção Regional da Cultura do Centro*, com vista a aferir da viabilidade das pretensões de potenciais promotores e investidores na Zona Histórica;
- Apoio à empresa municipal HABISOLVIS EM, no âmbito de candidaturas ao programa municipal "Viseu Habita" em casas situadas na Zona Histórica;
- CONFERÊNCIA: "Portugal 2020 na Região Centro" realizada no dia 20 de fevereiro, na Aula Magna do IPV;
- CONFERÊNCIA: "Práticas de Reabilitação dos Centros Históricos: Recomendam-se?" realizada no dia 17 de abril, no Museu Grão Vasco;
- Colocação de estampagens gráficas, nos diferentes tapumes das obras, inseridas ao abrigo do Programa "Reabilitar para Arrendar";
- Após "renovação" da imagem da Viseu Novo SRU, cujo procedimento esteve a cargo do *Núcleo de Imagem e Comunicação* da Autarquia, foi criada, através da CELEUMA, a paginação de diversos documentos alusivos ao Estacionário da empresa. O serviço descrito foi adjudicado pelo valor de 400,00 € + IVA;
- Substituição de logotipos nos coletes e capacetes de obra da Viseu Novo de modo a divulgar a nova marca da empresa;
- Renovação da Plataforma Eletrónica no valor de 650,00 € + IVA, correspondente a um ano de adesão, através de AJUSTE DIRETO à empresa "ANO – Sistemas de Informática e Serviços, Lda".
- Reorganização do Servidor de modo a garantir a eficiência do trabalho desenvolvido pelos diversos elementos da Viseu Novo, facilidade de acesso a todos os documentos partilhados e melhor aproveitamento do equipamento informático. O serviço foi adjudicado à empresa "Amanet" no valor de 424,00 € + IVA;
- Renovação dos Serviços prestados pela Designer Andrea Couceiro, no âmbito do desenvolvimento das Newsletters digitais, no valor de 2400,00 € + IVA, correspondente a 12 edições mensais;

Luís Henrique  P. T. 



- Aquisição de Serviços para o desenvolvimento de um novo website da Viseu Novo. A despesa, no valor de 1.700,00 € + IVA foi adjudicada à empresa "2 Play More", através de AJUSTE DIRETO;
- Importa referir que desde o início de Abril, a Viseu Novo tem vindo a recorrer aos serviços de consultadoria um Gabinete Jurídico, no sentido de se agilizarem processos e esclarecerem dúvidas do foro jurídico.

2.4. OUTROS ASSUNTOS

CONDOMÍNIO DO PRÉDIO NA RUA ESCURA 11-17 e CONDOMÍNIO DO PRÉDIO NA CALÇADA DA VIGIA 7-17

Relativamente ao condomínio dos imóveis propriedade da Viseu Novo SRU, prevê-se um gasto com o condomínio para efeitos do reforço do fundo de reserva constituído em 2015, ainda a definir de acordo com o orçamento a aprovar em Assembleia Geral de condóminos.

De referir ainda que, para a realização dos Serviços de limpeza das partes comuns dos edifícios e após análise dos três orçamentos apresentados, os Condóminos presentes na reunião concordaram, em conformidade, contratar a empresa "Limparoma" a efetuar o trabalho mencionado, com a regularidade de uma vez por semana, no valor de 20€/mês + IVA.

CONDOMÍNIO DO PRÉDIO NA CALÇADA DA VIGIA 7-17

Da reunião de Condomínio do imóvel supramencionado, realizada a 29 de janeiro de 2015, informa-se da aprovação, por unanimidade, da abertura de uma Conta à Ordem e de uma Conta Poupança Condomínio (*Fundo Comum de Reserva*) no Banco Montepio. A movimentação das contas, apenas poderá ser executada pelo Administrador do Condomínio, estando atualmente em funções o representante da fração B, Fernando Neves Marques.

De referir ainda que, para a realização dos Serviços de limpeza das partes comuns do edifício e após análise dos três orçamentos apresentados, os Condóminos presentes na reunião concordaram, em conformidade, contratar a empresa "Limparoma" a efetuar o trabalho mencionado, com a regularidade de uma vez por semana, no valor de 20€/mês + IVA.

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015

No âmbito do Orçamento de Estado para 2015, foram alterados os seguintes pontos, referentes ao "Estatutos das Benefícios Fiscais":

- Com a introdução da Lei n.º 82-B/2014 de 31/12, o conceito de reabilitação urbana, passou a incluir um requisito adicional relativo à classificação energética do prédio.

- Foi alargado o prazo de isenção de IMI concedido aos prédios urbanos objeto de reabilitação urbanística, de 2 para 3 anos.
- Relativamente ao prazo de isenção de IMT para a aquisição destes prédios, o mesmo foi alargado de 2 para 3 anos.

PROGRAMA DE INCENTIVOS À RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIOS NA ARU

Atendendo que não existe, em Regulamento Municipal, um regime de isenção de taxas específico para a **Área de Reabilitação Urbana**, o executivo camarário desenvolveu, durante o ano de 2015, após solicitação da Viseu Novo, a criação de um *Programa de Incentivos à Recuperação de Edifícios*, direcionado para essa zona de intervenção, tendo sido aprovado, através de deliberação Camarária de 18/06/2015.

O objetivo passa por estimular a revitalização da ARU, designadamente, ao nível de operações urbanísticas que visem desencadear a requalificação do edificado.

De caráter transitório e excecional, o regime permite isentar e reduzir as taxas municipais, relacionadas com obras de reabilitação:

- **as obras que não impliquem um aumento da área ficaram isentas de taxas municipais;**
- **caso a área seja alargada, o Município propõe conceder a redução de taxas municipais até 50 %.**

Assim, qualquer interessado que pretenda realizar operações urbanísticas de reabilitação do seu imóvel, poderá beneficiar deste programa, desde que o mesmo esteja localizado na **Área de Reabilitação Urbana**.

As taxas referidas englobam: taxas referentes ao licenciamento, comunicação prévia e autorização das operações urbanísticas; taxas referentes à emissão de alvarás que titulam as operações referidas; taxas devidas por ocupação de domínio público, motivada por aquelas intervenções e/ou pela execução de obras de recuperação de fachadas; taxas pela realização de vistorias.

A concessão de isenção ou redução de taxas municipais apenas é atribuída, se a operação urbanística cumprir todas as formalidades legais e regulamentares.

REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VISEU

O Município de Viseu não poderia deixar de ter em atenção a proteção da qualidade de vida dos cidadãos, assim como a sua segurança, pelo que se justifica a definição, por parte da Autarquia, dos horários de funcionamento dos estabelecimentos onde se desenvolvem atividades que poderão colocar em risco tais direitos. Todavia, é objetivo procurar criar o equilíbrio entre o descanso de moradores e os legítimos interesses empresariais.

| Destinatários

Estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços, incluindo os que se localizam nos centros comerciais e as grandes superfícies comerciais situadas no concelho de Viseu.

| Condições

Para efeitos de fixação dos respetivos períodos de funcionamento e abertura, os estabelecimentos classificam-se em cinco grupos.

Ao segundo grupo pertencem:

- Cafés pastelarias; casas de chá; leitarias; cervejarias que se designam por estabelecimentos de bebidas.
- Restaurantes; Snack- bares; self services e casas de pasto que se designam por estabelecimentos de restauração.
- Bares e similares e restaurantes com auto-serviço.
- Galerias de arte e exposições.

Os estabelecimentos pertencentes ao segundo grupo podem adotar o horário de funcionamento entre as 6h00 e as 2h00. Para os estabelecimentos referidos na alínea c) é fixado o seguinte horário de funcionamento:

- de **domingo a quarta-feira**: das 08h00-02h00
- de **quinta-feira a sábado e véspera de feriado**: das 08h00-04h00

| Programa de Correção Acústica

O apoio financeiro, definido através deste Programa, em parte desenvolvido pela Viseu Novo e aprovado por deliberação Camarária de 10/09/2015, engloba diversas tipologias de operações, por forma a garantir a melhoria da qualidade de vida dos residentes em zonas de maior incidência de ruído noturno.

Aplicável a proprietários ou inquilinos de imóveis situados em áreas onde se verifique maior ocorrência de ruído noturno, o programa de correção acústica, em vigor desde setembro, apresenta, como critérios de seleção, a localização do edifício e dos vãos a intervir, a tipologia a realizar e o posicionamento da fonte de ruído que afeta o imóvel.

São exemplo da comparticipação da Câmara a substituição de caixilharia simples por caixilharia com vidro duplo, no valor máximo de 100 € por janela; a introdução de portadas pelo interior, que vai até os 100 € ou ainda a introdução de uma segunda caixilharia interior classificada, mantendo a exterior, cujo valor máximo é de 200 €.

| Requisitos Técnicos dos limitadores acústicos

Paralelamente à criação do programa de correção acústica, a Autarquia deliberou, em 10/09/2015, aprovar os requisitos técnicos dos limitadores de potência sonora, obrigatoriamente a serem instalados em todos os estabelecimentos emissores de ruído.

"Um limitador de potência sonora é um dispositivo que pode ser programado e calibrado para atuar sobre sistemas de reprodução/amplificação sonora e/ou audiovisual de modo a garantir que os níveis sonoros na emissão, receção ou no exterior da atividade, não ultrapassem os limites estabelecidas na legislação aplicável", é neste contexto que é apresentada uma das medidas a adotar pela autarquia, com vista a zelar pela "saúde humana e para o bem-estar das populações", pode ler-se em regulamento.

Os equipamentos a adquirir e a instalar nos bares ou estabelecimentos emissores de ruído deverão cumprir, obrigatoriamente, uma série de requisitos técnicos que visem controlar a reprodução sonora, assim como limitar a manipulação fraudulenta dos mesmos.

APOIO À FISCALIZAÇÃO

Durante o ano de 2015, e depois de terminados os estágios decorrentes do ano de 2014, a Viseu Novo viu a necessidade de recorrer à Contratação de Prestação de Serviços de uma Técnica de Engenharia Civil, para dar apoio à Fiscalização de Obra, das diversas empreitadas inseridas ao abrigo do Programa "Reabilitar para Arrendar".

O prazo de Contratação é equivalente à duração das cinco empreitadas a decorrer.

VISITAS A ESTALEIROS DE OBRA DA VISEU NOVO SRU

A presente iniciativa dirigia-se, inicialmente, a estudantes dos cursos de Arquitetura e de Engenharia Civil. Todavia, a partir do final 2013 a mesma passou a estar disponível a toda a comunidade. O objetivo da atividade é proporcionar a todos, a oportunidade de ficarem a conhecer, de perto, alguns dos trabalhos que têm sido desenvolvidos pela empresa, através de um acompanhamento técnico, que pretende contribuir para a assimilação de conhecimentos.

Durante o ano de 2015, a Viseu Novo divulgou a iniciativa de forma mais alargada, através de flyers, do site da empresa e do Município, do Facebook da Autarquia e de *mupis*. A adesão contudo, ficou aquém das expectativas. Em contrapartida, no que refere à realização das visitas de foro académico, a adesão foi e tem sido bastante satisfatória.

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

À semelhança do efetuado em anos anteriores, a Viseu Novo solicitou aos proprietários dos edifícios situados na ARU, a apresentação de cópia do Anexo 3 Modelo F da Declaração de IRS, no sentido de comprovarem que os seus edifícios ou frações se encontram arrendados, a fim de beneficiarem da minoração cumulativa da taxa de aplicação do IMI.

No ano de 2015, foi considerado um universo total de 850 edifícios, 107 Prédios foram majorados em 30% (por se encontrarem degradados); 67 Prédios e 411 Frações foram minorados em 20% e os restantes prédios foram minorados em 5%.

Quadro comparativo:

	Código do Imposto Municipal sobre Imóveis			
	DL 287/2003 de 12/11, Capt X, art. 112			
	nº 6 Factor Minorativo Redução de 5% da taxa	nº 7 Factor Minorativo Redução de 15% da taxa		nº 8 Factor Majorativo Aumento de 30% da taxa
ANO DE 2006	448	306		152
ANO DE 2007	453	255		147
ANO DE 2008	488	255		112
ANO DE 2009	490	244		110
ANO DE 2010	491	334		109
ANO DE 2013	499	Prédios 67	Frações 312	107
ANO DE 2014	488	Prédios 51	Frações 424	107
ANO DE 2015*	723	67	411	107

Tabela 1. Quadro Comparativo do número de imóveis, alvo de redução/aumento do valor da Taxa de IMI, ao longo da atividade da Viseu Novo

* a área de abrangência passou a ser a correspondente à ARU

DELIMITAÇÃO DA ARU DE VISEU

A delimitação da ARU de Viseu foi publicada no Aviso nº 12644/2014 de 11 de novembro.

Após aprovação da delimitação da *Área de Reabilitação Urbana* do Centro Histórico, Ribeira, Cava de Viriato e Bairro Municipal em Outubro de 2014, cumpre efetuar, no prazo de 3 anos, de acordo com o previsto no artigo 15º do *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*, alterado pela Lei nº 32/2012 de 14 de Agosto, a aprovação da correspondente *Operação de Reabilitação Urbana* (ORU).

Aquando da referida delimitação, foi mencionado que a mesma poderia ser objeto de alteração posterior, após assimilação dos conhecimentos resultantes do desenvolvimento da estratégia de reabilitação urbana, da caracterização do existente, da compatibilização e integração com as opções de desenvolvimento do concelho e com os instrumentos de gestão e planeamento e, ainda, com o conhecimento mais concreto das sinergias presentes nos territórios. Desta forma, acabou por ser proposto um reajustamento dos limites da ARU, que foi aprovado pela Autarquia, em 27/08/2015 e pela Assembleia Municipal, em 25/09/2015, e que será presente em próxima Assembleia Geral da Viseu Novo SRU forma a correspondente alteração dos estatutos das sociedades.

A Viseu Novo tem vindo a cadastrar, à semelhança do trabalho efetuado na ACRRU, os imóveis que passaram a integrar a área de intervenção: Zona da Ribeira, Cava de Viriato e Bairro Municipal.

3. ESTRATÉGIA E AÇÕES DE REABILITAÇÃO PARA 2016

Para 2016, é objetivo da Viseu Novo contribuir para o aumento de operações de reabilitação urbana de imóveis públicos e acompanhar a requalificação do edificado privado, de modo a contribuir para a revitalização do coração da cidade. Promover a dinamização do tecido social, atrair população jovem a frequentar e viver na zona histórica, além da fixação de equipamentos que prestem serviços de apoio à população, são algumas das estratégias a desenvolver pela empresa. Fazem ainda parte do horizonte da Viseu Novo para o próximo ano, intentar a qualidade ambiental e a eficiência energética assim como valorizar o edificado, recuperando o seu património, conservando a sua traça original.

O Conselho de Administração da empresa pretende manter os seus objetivos delineados em conjunto com a Autarquia e decorrentes do Plano de Ação "Viseu Viva", designadamente:

- Desenvolvimento de operações de reabilitação de imóveis e espaços envolventes;
- Preservar, conservar e requalificar o património edificado e reabilitar o espaço público da A.R.U.;
- Sensibilizar os utilizadores atuais e futuros utentes do Centro Histórico (residentes, trabalhadores, visitantes, estudantes e investidores) para a importância da conservação e promoção do seu valor patrimonial, alertando-os para a preservação.

3.1. AÇÕES A DESENVOLVER NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Principais Ações a desenvolver em 2016

- Definição da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) para a ARU delimitada;
- Elaboração de projetos de requalificação do espaço público;
- Elaboração de projetos de reabilitação ou reconversão do edificado;
- Acompanhamento de obras e assistência técnica aos projetos;
- Elaboração de estudos e projetos de enquadramento e inserção integrada, de elementos de mobiliário e equipamento urbano, publicidade e sinalética.
- Diligenciar procedimentos com vista a concursar e adjudicar todo o tipo de obras públicas e de construção civil promovidas no âmbito da reabilitação urbana.

António Henrique *João* *António* *PP.* *H. P.*

3.1.1. EDIFÍCIO NA CALÇADA DA VIGIA 7-17 (PROPRIEDADE DA VISEU NOVO)

Depois de concluída a intervenção ao imóvel, em meados de 2013 foram vendidos 3 fogos, resultantes do processo de requalificação tendo sido, posteriormente, colocada no mercado de arrendamento, no início de 2014, uma fração habitacional, entretanto já arrendada, esperando que o mesmo suceda à fração comercial.

Para 2016 são calculados custos com a amortização do investimento efetuado, assim como algumas despesas pós-obra, nomeadamente, custos com o Condomínio e o necessário acompanhamento periódico do edifício (detecção de anomalias, acionamento de garantias, acompanhamento de pequenas reparações, etc), suscetível de serem suportadas com a receita proveniente do arrendamento das frações em causa.

De referir ainda que, para a realização dos Serviços de limpeza das partes comuns do edifício prevê-se uma despesa anual de 240 € + IVA.



Fotografias 38 e 39: Interior do imóvel depois do processo de requalificação

3.1.2. EDIFÍCIO NA RUA ESCURA 11-17 (PROPRIEDADE DA VISEU NOVO)

À semelhança do edifício anterior, assumem-se igualmente algumas despesas durante o ano de 2016, nomeadamente, custos com o Condomínio e o necessário acompanhamento periódico do edifício, suscetíveis de também serem suportadas pela receita proveniente do arrendamento celebrado.

A fração habitacional encontra-se arrendada, prevendo-se um rendimento anual de 3.000€ (fracionado em 12 rendas mensais no valor 250€).



Fotos 40 e 41: imóvel de propriedade da Viseu Novo

3.1.3. EDIFÍCIOS NA RUA DIREITA 91-97 (PROPRIEDADE DA VISEU NOVO)

Inserida na candidatura ao programa “Reabilitar para Arrendar” prevê-se que a obra termine no final do primeiro trimestre de 2016.

O financiamento consiste num empréstimo a 30 anos, com dez anos de carência de capital e com uma taxa de juro a rondar os 3%, sendo os custos do investimento total financiados em cerca de 85%.

Para 2016, prevê-se um investimento da parte da SRU, no valor de 38.699,61 €, sem prejuízo de eventual reajustamento, face ao desenvolvimento dos trabalhos.

De referir, que a Viseu Novo assume até à data, o custo de um realojamento temporário de um inquilino proveniente desse edifício.



Fotografias 42 e 43: Interior do imóvel depois do processo de requalificação

EDIFÍCIOS MUNICIPAIS E ESPAÇO PÚBLICO

Nos termos do nº 1 do artigo 50º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, “as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional onde se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas”.

Nesse sentido, ao abrigo dos respetivos Contratos-Programa aprovados entre o Município e a Viseu Novo, a SRU assume a responsabilidade pelos seguintes processos de reabilitação:

Luís Henrique *João* *João* *A* *PD* *JP* *Am*

3.1.4. ARRANJOS EXTERIORES ÁREAS VERDES

Este projeto de arranjos exteriores e integração paisagística para o Centro Histórico da Cidade de Viseu, nomeadamente a Praça D. Duarte, Largo Pintor Gata, Largo da Misericórdia, Largo António José Pereira e envolvente ao Museu Grão Vasco e o Largo das Associações de Freguesias, tem por objetivo devolver o espaço público aos cidadãos retirando o trânsito automóvel destes locais, tornando o centro histórico da cidade de Viseu num espaço em que se concilia o caráter histórico, com um espaço que se utiliza, se vive e se habita.

Pretende-se reforçar a estrutura verde do local através da criação de jardins de proximidade, pocket gardens na Praça D. Duarte, Largo Pintor Gata, Largo da Misericórdia e o Largo António José Pereira e zonas verdes de enquadramento na envolvente ao Museu Grão Vasco e o Largo das Associações de Freguesias, através da implementação de áreas verdes com elementos arbóreos e revestimento arbustivo e herbáceo.



Fotografias 44 e 45: Praça D. Duarte e Largo Pintor Gata

3.1.5. EDIFÍCIO NA RUA DIREITA 285-287

Prevendo-se o término da obra em abril de 2016, estima-se que a Viseu Novo terá a despesa associada no valor de 91.333,45 €.

A empreitada insere-se no "Programa Reabilitar para Arrendar".



Fotografias 46 e 47: Interior do Imóvel

5. TEOTÓNIO 22

Após a requalificação do imóvel prevê-se a deslocalização da sede da empresa municipal "Habisolvis" para o piso térreo deste edifício, assim como a disponibilização de mais quatro frações habitacionais. Estando igualmente prevista a conclusão da empreitada para o 1º trimestre de 2016, calcula-se que o investimento restante seja no valor de 104.892,12 €.



Fotografias 48 e 49: Imóvel em processo de requalificação

3.1.7. EDIFÍCIO NA RUA DIREITA 275

Presume-se que as obras de reabilitação deste edifício fiquem concluídas em abril de 2016.

Inserido na candidatura ao "Reabilitar para Arrendar", o imóvel em processo de reabilitação, irá disponibilizar 4 frações habitacionais, para além do comércio já existente no R/C.

O investimento esperado ronda os 120.569,97 € em 2016.



Fotografias 50 e 51: Imóvel em processo de requalificação

3.1.8. CASA DA CALÇADA

Para 2016 e tendo em conta que a obra tem previsão de terminar no mês de abril, prevê-se um investimento no valor de 219.381,53 €.

De referir que o imóvel se destina a Equipamento Cultural.

A intervenção em epígrafe insere-se no Programa "Reabilitar para Arrendar".



Fotografias 52 e 53: Imóvel em processo de requalificação

3.1.9. REDE WI-FI (MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO NO EDIFÍCIO DA INCUBADORA)

Sendo a Viseu Novo responsável pelo acompanhamento do estado de utilização da rede Wi-Fi ("Viseu Smart Wi-Fi"), deverá a mesma notificar a empresa adjudicatária, sempre que necessário, para a execução das devidas manutenções, reparações e atualizações. Para tal, durante o ano de 2016 está previsto o investimento de 1.351,00 €.

3.1.10. SINALÉTICA, PUBLICIDADE E MOBILIÁRIO URBANO NA ZONA HISTÓRICA

Sendo um dos objetivos da Viseu Novo estudar a instalação de mobiliário urbano, nas diferentes artérias do Centro Histórico, de modo a proporcionar momentos de descanso a transeuntes e visitantes, prevê-se a disponibilização de uma verba de 4.305,00 € para o efeito.

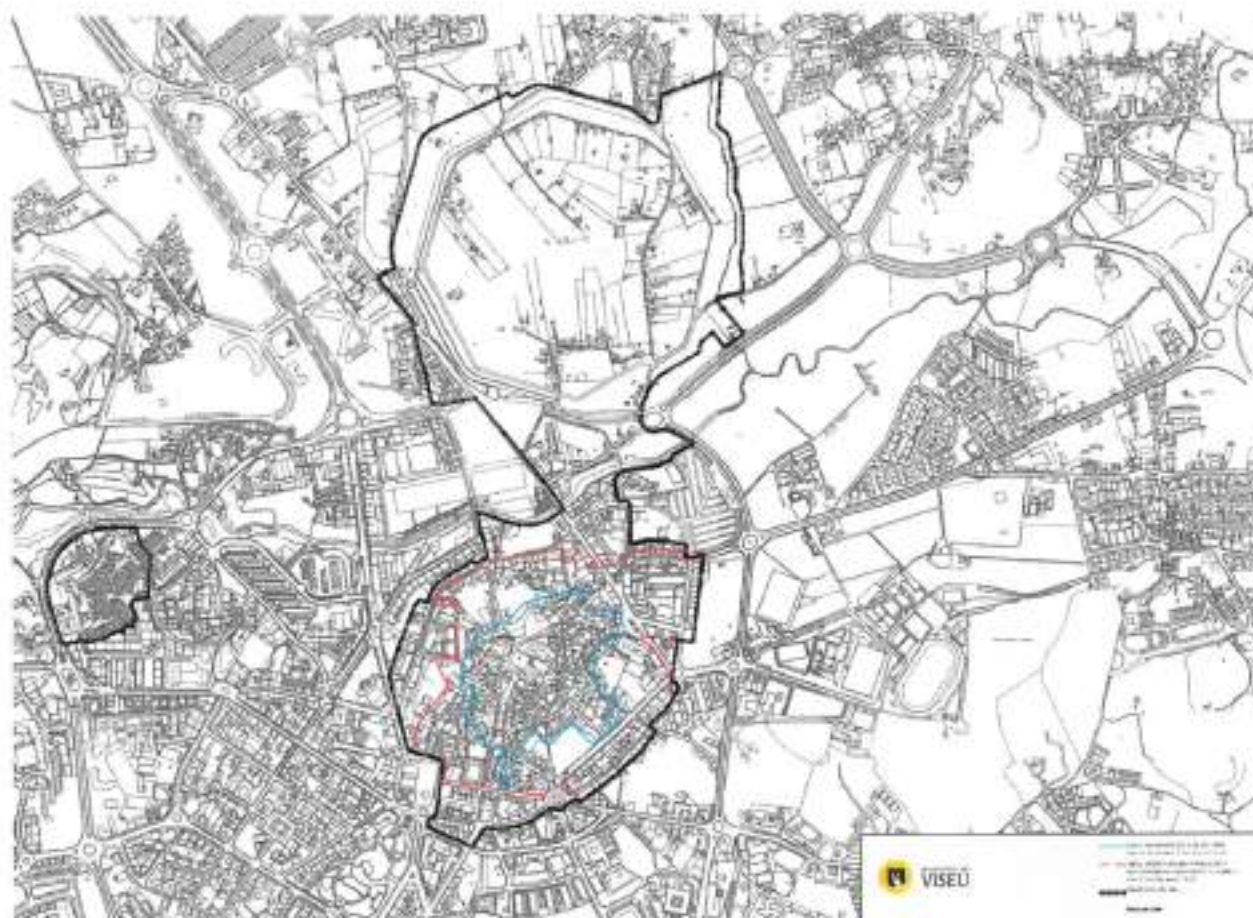


Fotografias 54 e 55: Sinalética na Rua do Carmo e mobiliário urbano na Rua Direita

3.1.11. DELIMITAÇÃO DA ARU

No seguimento da aprovação da nova delimitação da *Área de Reabilitação Urbana* do Centro Histórico, Ribeira, Cava de Viriato e Bairro Municipal em Outubro de 2015, cumpre efetuar no prazo de 3 anos, de acordo com o previsto no artigo 15º do *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*, alterado pela Lei nº 32/2012 de 14 de Agosto, a aprovação da correspondente *Operação de Reabilitação Urbana* (ORU).

Nesse sentido, planeia-se a execução desse trabalho, durante o período de 2016, afetando parte da equipa à sua elaboração.



Mapa 1: Delimitação da ARU

3.1.12. ANTIGAS INSTALAÇÕES DA APROGEL NO LARGO MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

Este espaço contíguo ao Teatro Viriato e ao edifício da Escola de Dança foi adquirido pelo Município de Viseu, com o objetivo de permitir uma maior área de apoio ao Teatro.

A sua futura valência constituir-se-á como uma importante mais-valia para o Teatro Viriato, assim como ajudará à criação de novas dinâmicas nessa zona.

Com um prazo de execução de 18 meses, esta obra representa um investimento no valor de 161.900,00 €.



Luís Henrique

PS. 1

PS. 2

Wagner

Fotos 56 e 57: Fachadas exterior do espaço das antigas instalações da Apropel

3.1.13. REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO MUNICIPAL NA RUA DIREITA 149 (ANTIGO "ORFEÃO")

O edifício, localizado no nº 149 da Rua Direita, encontra-se dividido em propriedade horizontal, e possui 3 frações, uma delas de propriedade municipal (A e B destinadas a comércio e C, cujo proprietário é a Câmara Municipal de Viseu, em que o R/C e 1º andar se destinam a fins não habitacionais (possui ainda um logradouro)). O imóvel tem acesso pela Rua Direita (acesso principal) e pela Rua Sra. da Boa Morte. Pretende-se com o este Projeto, proceder à reabilitação do imóvel e ampliar a tardoz com vista a criar salas de aula e de estudo e instalações sanitárias.

A fração C será reabilitada na totalidade, assim como os espaços comuns, cobertura e fachadas.

Estima-se que o investimento total para a obra seja de 585.000,00 €, dos quais 450.000,00 € envolvem apenas as obras no espaço municipal. Neste momento, o Projeto base encontra-se elaborado e a aguardar parecer da DRCC.



Fotografias 58 e 59: Interior da fração municipal

3.1.14. EDIFÍCIOS ADJACENTES À PRAÇA 2 DE MAIO

Composta por dois volumes de edifícios, dispostos paralelamente entre si, e que estão afetos a comércio, restauração e bebidas, a Praça 2 de Maio está a ter uma particular atenção por parte do Município, que pretende requalificar esses espaços, por apresentarem diversas patologias.

A intervenção, que envolverá uma área total de construção de 3.300,00 m², recairá a nível exterior, na reabilitação total das coberturas, na limpeza e tratamento das alvenarias de granito e na reparação e pintura das paredes e caixilharias. Interiormente, serão recuperadas e pintadas as paredes, assim como reparadas as instalações sanitárias, os pavimentos e os tetos. O investimento total da obra será de cerca de 280.000,00 € (160.000,00 € para obras no exterior e 120.000,00 € para obras no interior).

3.1.15. INSTALAÇÃO DA COBERTURA NA PRAÇA 2 DE MAIO

No que refere à construção da cobertura do espaço, calcula-se que a mesma tenha uma área total de espaços abertos de 2.350,00 m² na plataforma inferior e 1.750,00 m² na plataforma superior e que o investimento total poderá ascender a cerca de 1.640.000,00 €.



Fotografia 60: Praça 2 de Maio

3.1.16. RUA JOÃO MENDES

A intervenção que prevê solucionar as patologias existentes ao nível do pavimento existente e que será delimitada, desde a rotunda do Largo de S. Cristina até ao cruzamento com a Rua do Gonçalinho, engloba ainda um conjunto de trabalhos com vista a criar percursos acessíveis e distintos para transeuntes e automóveis. Serão ainda reabilitados, na generalidade, as infraestruturas públicas.

Luís Henrique
[Handwritten signatures and initials]

Depois de concluídos e aprovados o Programa Preliminar e o Estudo Prévio, prevê-se que o Projeto de execução fique concluído até janeiro de 2016.

A empreitada em causa terá um investimento estimado de 586.250,00 €.



Fotografias 61 e 62: Rua João Mendes

3.1.17. RUA SOAR DE CIMA, RUA CÓNEGO MARTINS E RUA E LARGO ALMEIDA MOREIRA

Com uma área total a intervir de 2.550,00 m², a empreitada de requalificação do troço que envolverá a reabilitação total dos arruamentos, incluindo a execução das infraestruturas públicas, terá um custo estimado de cerca de 854.250,00 €. Neste momento, encontram-se em fase de conclusão o Programa Preliminar e o Estudo Prévio, para posterior aprovação. O Projeto de Execução deverá ficar concluído até janeiro de 2016.

3.1.18. IMI 2016

Em conformidade com o trabalho desenvolvido em anos transatos, espera-se que a Viseu Novo volte a assumir a responsabilidade da elaboração das listas de imóveis a serem objeto de minoração e majoração, relativamente ao valor da taxa de IMI.

Tendo em conta que a área de intervenção da Viseu Novo (ARU) foi alargada, o número de imóveis a taxar, aumentará de 628 para 1.123 edifícios. Este trabalho pressupõe o cadastrar dos imóveis inseridos na zona da Ribeira, Cava de Viriato e Bairro Municipal (novas zonas inseridas na ARU).

3.1.19. REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA SANTA MARIA E S. JOSÉ (FUTURA CASA DAS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS)

O espaço, constituído por duas frações interligadas com uma área global de construção de 297,00 m², serviu de sede das juntas de freguesia de S. José e de Santa Maria. Para o local, pretende-se instalar a "Casa das Associações Culturais".

Com a intervenção, que terá um custo estimado de 150.000,00 €, pretende-se adaptar as frações ao normal funcionamento das Associações, procedendo à execução de um conjunto de divisórias interiores, com afetação a cada uma das associações culturais, além de espaços comuns de atendimento e apoio administrativo e à adequação das instalações sanitárias para uso interno e dos utentes.

3.1.20. ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA E ENVOLVENTE

Concluídos os projetos em 2013, e sem prejuízo da sua eventual reavaliação, admite-se o lançamento do Concurso Público em 2016, para a reabilitação deste espaço público, que se encontra desaproveitado. Com um prazo de empreitada calculado para 5 meses, prevê-se uma despesa a rondar os 102.750€.



Fotos 63 e 64: Vistas do espaço a intervir

3.1.21. REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO MUNICIPAL NA TRAVESSA DE S. DOMINGOS PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DA EMPRESA MUNICIPAL “ÁGUAS DE VISEU”

Prevê-se que, durante o 1º Trimestre de 2016, o Projeto de execução da empreitada esteja concluído. A obra, com uma estimativa de investimento total de 1.190.000,00 €, envolverá uma área total de construção de 1.400,00 m², prevendo-se que os custos associados à reabilitação das fachadas e da cobertura sejam de 310.000,00€.

3.1.22. EDIFÍCIO DA “CASA DAS BOCAS” NA RUA JOÃO MENDES

A “Casa das Bocas”, datada do século XVII para o XVIII, foi adquirida pela Autarquia com o intuito de requalificar o imóvel que tem um precioso valor arquitetónico para a cidade, para ali ser instalada uma Unidade de Saúde Familiar, nos termos do Protocolo celebrado com o Ministério da Saúde.

Para tal, estima-se um investimento no valor de 368.300,00 €, prevendo-se que o projeto de execução fique concluído durante o 1º Trimestre de 2016.



Handwritten notes and diagrams in blue ink at the top of the page. The text includes 'Linha 100m' and '100'. There are also several geometric diagrams, including a large triangle with a star-like shape inside, and other smaller sketches with arrows and lines.

Fotos 65 e 66 – Alçado principal da “Casa das Bocas”

PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Conforme referido no “Plano de Ação para a Revitalização do Centro Histórico de Viseu – Viseu Viva”, a acessibilidade ao núcleo central, a melhoria do ambiente urbano, a despoluição visual da presença praticamente indiscriminada de automóveis nas diversas ruas e largos, o défice de canais pedonais e a leitura turística do conjunto monumental definido pela Sé Catedral, Museu Grão Vasco e Igreja da Misericórdia reclamam, de forma prioritária e urgente, respostas na alteração de acessibilidade, nomeadamente de reorganização e disciplina do tráfego automóvel, na adoção de soluções de transporte mais amigas do ambiente e na majoração da oferta de estacionamento, com afetação de lugares especificamente destinados a residentes e atores económicos, em condições vantajosas:

3.1.23. PARQUE DE ESTACIONAMENTO (RUA SILVA GAIO/ TRASEIRAS DA MISERICÓRDIA)

Num terreno de considerável dimensão, situado no interior do quarteirão constituído pela Rua Silva Gaio, Calçada de Viriato, Rua Serpa Pinto e Rua Maximiano de Aragão, com acesso direto pela primeira destas ruas, poderá vir a constituir-se um parque de estacionamento à superfície, com previsão para aproximadamente 125 lugares de estacionamento.

A Viseu Novo SRU promoverá os necessários procedimentos com vista à concretização deste objetivo, decorrendo, neste momento, as negociações com o proprietário.

3.1.24. PARQUE DE ESTACIONAMENTO (JUNTO À ESTAÇÃO SUPERIOR DO FUNICULAR)

Em resultado das obras de construção da Estação Superior do Funicular, no topo da Calçada de Viriato, encontra-se atualmente um espaço livre, utilizado como estacionamento dos diversos utilizadores da Zona Histórica.

Contudo, julga-se viável a construção neste local de um parque de estacionamento em altura, duplicando o atual número de lugares de estacionamento, que se admite poder vir a integrar cerca de 80 a 100 lugares.

A responsabilidade pelo desenvolvimento do Projeto do Parque será atribuída à Viseu Novo SRU, prevendo-se que o projeto de execução seja dado como concluído durante o 1º Trimestre de 2016.

Estima-se que o valor da obra ascenda a cerca de 517.500 €.

3.1.25. PARQUE DE ESTACIONAMENTO (AV. CAPITÃO SILVA PEREIRA)

Existindo atualmente um Parque de Estacionamento à superfície num terreno livre de grande dimensão voltado para a Av. Capitão Silva Pereira, prevê-se efetuar durante o ano de 2016, os necessários estudos para a otimização das condições de estacionamento e acesso, com a devida delimitação dos lugares e faixas de rodagem, com eventual ligação pedonal à Rua Direita, através da Travessa da Carqueja.

3.1.26. PARQUE DE ESTACIONAMENTO EXISTENTE (CENTRO COMERCIAL ACADÉMICO)

A fração localiza-se no “Edifício S. Lázaro” e possui uma área bruta de aproximadamente 2.045,9m², sendo de propriedade privada.

Apesar de devoluta, permite o estacionamento de cerca de 65 viaturas, possuindo uma entrada e saída distintas (entrada pela Rua de S. Lázaro e saída pela Rua Nº Sra. do Postigo).

Prevê-se durante o ano de 2016, o investimento de 19.200 €, sendo desenvolvidos os procedimentos necessários para que o parque volte a estar disponível, em condições especiais para residentes e agentes económicos.



Foto 67- Saída do estacionamento (vista exterior)



Foto 68- Equipamento de controlo das saídas

3.1.27. INTERVENÇÃO AMBIENTAL/ FLOREIRAS NAS VARANDAS

Em paralelo à intervenção nos passeios da Rua Dr. Luís Ferreira, na qual se equaciona a substituição dos atuais dissuasores por floreiras, irá ser incentivada pela Viseu Novo, durante 2016 e seguintes, a introdução de floreiras nas varandas dos edifícios do Centro Histórico (públicos e privados) e também no espaço público, tendo em vista aumentar a atratividade ambiental da zona e despertar a população para esta preocupação no centro histórico da cidade.

Em curso, encontra-se o procedimento referente à contratação de um Arquiteto Paisagista para o efeito.

Luís Henrique

[Handwritten signatures and marks]

3.1.28. BAIRRO MUNICIPAL (REQUALIFICAÇÃO DE 87 HABITAÇÕES E DO ESPAÇO PÚBLICO)

Datado de 1948, o Bairro Municipal, de propriedade camararia, foi recentemente classificado como "Património de Interesse Municipal".

Originalmente constituído por 105 imóveis, dispostos em banda, de carácter unifamiliar e dirigidos a habitação social, o Bairro Municipal possui espaços de logradouros públicos e privados e artérias devidamente arborizadas.

Alguns anos mais tarde, dos 105 edifícios existentes foram demolidos 18 para darem origem a um novo bloco de fogos para habitação social. Atualmente, permanecem no local **87 imóveis**, 37 dos quais devolutos e 50 ocupados, mas que se encontram em mau estado de conservação. Os edifícios serão alvo de reabilitação, assim que os investimentos financeiros estiverem assegurados, envolvendo os seguintes trabalhos:

- exteriores: substituição total da cobertura; pintura geral das fachadas; substituição de portas, janelas e portadas; recuperação das vedações dos logradouros e jardins afetos a cada imóvel;
- interiores: reparação e pintura de paredes; ampliação de algumas áreas habitáveis; reparação de pavimentos; reparação e reorganização de instalações sanitárias, de redes internas de abastecimento de águas, de drenagem das águas residuais e pluviais e de redes e instalações de eletricidade e de telecomunicações.

Para a requalificação das 50 habitações, prevê-se que a reabilitação destes edifícios envolva uma área total de 2.358,00 m² e uma área total de espaços abertos de 4.640,00 m², estimando-se que o investimento global ascenda a cerca de 1.235.800€.

Dos 37 edifícios, atualmente devolutos:

- 1 será destinado a "Casa da Memória": Com uma estimativa de investimento total de 24.716,00€, a área total será de 41,00 m² enquanto a área total de espaços abertos será de 92,80 m².
- 1 será dirigido a "Viseu Aproxima e Viseu Apoiar": Prevê-se a área total de 41,00 m² e 92,80 m² de espaços abertos. O custo geral estimado da obra é de 24.716,00 €.
- 1 será destinado a "Viseu Estaleiro- Escola": Prevê-se um investimento total aproximado de 24.716,00 €. As áreas de construção e de espaços abertos são iguais às mencionadas anteriormente.
- 5 habitações destinadas a "Residência de Artistas": O Investimento total será de cerca de 123.580,00 € para a requalificação de 5 casas, envolvendo uma área total de construção de 205,00 m² e uma área total de espaços abertos de 464,00 m².
- 29 habitações serão destinadas a "Habitação Jovem": Com um investimento geral previsto de 790.912,00 €, as empreitadas destinam-se para a habitação de jovens casais.

Relativamente ao espaço público do Bairro Municipal, é intenção da Autarquia proceder à reabilitação integral do mesmo, envolvendo uma área total de 12.952,40 m², estando previstos os seguintes trabalhos (assim que os instrumentos financeiros estiverem disponíveis):

- criação de percursos acessíveis, separadamente, para transeuntes e para circulação automóvel;
- organização do estacionamento;
- reabilitação e criação de espaços verdes e zonas de lazer direccionadas para crianças e seniores;

- colocação de espécies arbóreas;
- instalação de mobiliário urbano;
- execução de novas infraestruturas (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e águas pluviais, rede de incêndios, rede de distribuição eléctrica, iluminação pública, telecomunicações, gás natural, etc).



Fotografias 69 e 70: Bairro Municipal de Viseu

3.1.29. LICENCIAMENTOS

Pretende o Município de Viseu vir a delegar na Viseu Novo, a partir de 2016, a responsabilidade pela gestão dos processos referentes aos edifícios situados na ARU, nomeadamente licenciamentos, comunicações prévias e fiscalização, numa lógica de proximidade e de otimização dos serviços prestados ao Município e, essencialmente com ganhos na coerência e agilização dos procedimentos.

Para tal, a SRU poderá vir a integrar na sua Equipa, alguns Técnicos Municipais, com experiência no acompanhamento de obras particulares.

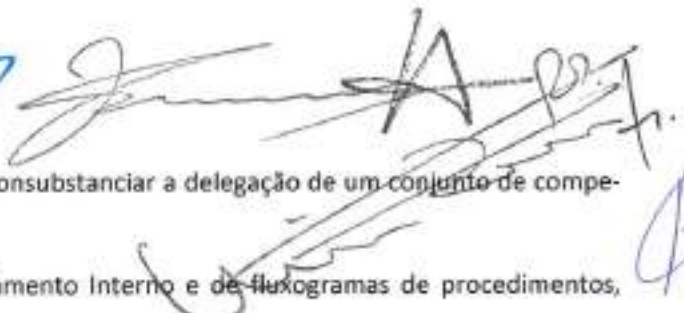
3.1.30. INICIATIVAS CULTURAIS NA ZONA HISTÓRICA

Em 2014, foi decidido pela Autarquia, que os Serviços responsáveis pelas iniciativas culturais na Zona Histórica seriam centralizados na Divisão de Cultura da CMV e no Núcleo de Imagem e Comunicação da Autarquia, ficando a Viseu Novo “liberta” para outros trabalhos. Contudo, a Viseu Novo presta a sua colaboração sempre que necessário e agirá da mesma forma durante o ano de 2016.

3.1.31. REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA

No seguimento do Relatório de Avaliação elaborado pela “Ambithus” no âmbito do Projeto “OPM3 * Portugal”, considera-se indispensável que durante 2016, se proceda à reestruturação orgânica da empresa, com o objetivo de garantir uma melhor eficiência nos trabalhos desenvolvidos, a par de uma melhor intera-

Alfredo Henriques



ção com o Município de Viseu, que inclusive, poderá consubstanciar a delegação de um conjunto de competências na Viseu Novo SRU.

Para tal, prevê-se a aprovação de um Regulamento Interno e de fluxogramas de procedimentos, permitindo a compreensão e posterior otimização dos processos desenvolvidos e prazos despendidos por cada Técnico, potenciando a eficácia e o nível qualitativo na prestação de serviços da empresa perante os seus destinatários.



4. MODELO DE GESTÃO DA VISEU NOVO, SRU

Considerando a missão e a estratégia da Viseu Novo SRU e para o cumprimento dos seus objetivos, foi definido um modelo com as seguintes linhas gerais:

- Estrutura organizacional simples, leve e flexível;
- Relação de proximidade entre a Administração e a Estrutura;
- Acentuada orientação para projetos e resultados concretos;
- Custos fixos reduzidos;
- Quadro de pessoal reduzido (estrutura atualmente composta por 8 colaboradores).
- Recursos humanos qualificados e motivados;
- Processo de decisão rápido e de elevada qualidade;
- Recursos próprios centrados e especializados na gestão e coordenação do processo de reabilitação urbana da zona de intervenção;
- Nas áreas que não constituam o "core business" da Empresa, recurso a contratação externa, como forma de dispor, a custo variável, da colaboração de profissionais qualificados;
- Gestão financeira e administrativa rigorosa e transparente, sujeita a eficazes processos de controlo interno e externo.

Nesse sentido, uma das principais preocupações da empresa para o ano de 2016 será gerir de forma equilibrada os recursos humanos da empresa, bem como as relações laborais existentes e assegurar a salvaguarda dos postos de trabalho de modo a proporcionar a necessária estabilidade social e profissional aos trabalhadores da empresa, condições essenciais para um bom desempenho no trabalho.

Procurando preservar os postos de trabalho, o que se pretende é estabilizar o quadro de pessoal da empresa, de modo a assegurar uma oscilação muito reduzida, correspondendo ao que é espetável nas atuais condicionantes financeiras.

Este modelo de gestão permitirá ainda:

- Prestar apoio às iniciativas dos particulares, nomeadamente através da promoção de um atendimento de proximidade que permitirá em permanência o esclarecimento de dúvidas e a prestação de informação sobre as condicionantes e normas aplicáveis aos projetos de arquitetura e engenharia;
- Melhorar a gestão dos apoios e incentivos às ações de reabilitação executadas pelos proprietários e demais titulares de direitos sobre os imóveis;
- Potenciar a eficiência do estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, bem como a gestão do património afeto.

Desta forma, a Viseu Novo adequou a sua estrutura orgânica e os recursos humanos e técnicos disponíveis, de forma a criar uma capacidade técnica adaptada à natureza e complexidade das operações de

reabilitação urbana que se propõe desenvolver, dotada de um quadro de recursos humanos que satisfaça, total ou parcialmente, as diferentes especialidades disciplinares a envolver, assim como os instrumentos técnicos fundamentais para a eficácia do modelo de gestão adotado pela SRU.

A esse respeito considera-se que a Viseu Novo deverá vir a adotar uma estrutura técnica e administrativa que a partir de um tronco comum, irá ser responsável pela coordenação das operações e pela articulação com os serviços municipais, garantindo à SRU a necessária capacidade de resposta no domínio da gestão urbanística e das opções estratégicas previstas para a ARU.

Este corpo, cuja consolidação poderá ser gradual e cuja constituição poderá ser variável em função da programação prevista para as ações a desenvolver, poderá ter como referência as áreas dos atuais técnicos que compõem a equipa:

- Coordenador Técnico (Arquiteto)
- Três Arquitetos (ligados ao urbanismo, desenho urbano, gestão urbanística, património, reabilitação do edificado, projeto e obra)
- Um Engenheiro Civil (infraestruturas, reabilitação do edificado, património, projeto, fiscalização e obra)
- Um Técnico de Comunicação e um Técnico de Marketing
- Um Economista (coordenador administrativo e financeiro, com responsabilidades na gestão financeira e programas de apoio)
- Um Administrativo (apoio administrativo).

Esta estrutura base, constituída por um total variável de 8 a 9 elementos, significará um custo anual de cerca de 250.000€, considerando-se igualmente que a equipa poderá ter apoio de serviços técnicos externos contratados por outsourcing, assim como o apoio dos Serviços Técnicos do Município para dar resposta em algumas valências para as quais não se justifique a constituição de um corpo técnico próprio e permanente.

A estrutura orgânica atual da Viseu Novo é constituída por 2 departamentos:

• Administrativo e Financeiro – assegura todo o esforço de gestão da SRU, sendo responsável pelas funções de gestão administrativa, economato, arquivo comum e aquisição de serviços. Desenvolve todas as tarefas administrativas no que concerne à boa gestão de pessoal (vencimentos, planos de formação, assiduidade e férias), gestão de tesouraria, receção de documentos e preparação dos meios de pagamento. Execução de recebimentos, controlo dos movimentos bancários, gestão de aplicações de tesouraria, gestão financeira, organização dos documentos de Prestação de Contas e dos Instrumentos de Gestão Previsional. É também o elo de ligação às assessorias contabilísticas, assim como aos serviços externos de medicina, higiene e segurança no trabalho e de limpeza.

Faz parte deste Departamento, um Economista, um Técnico Superior de Marketing, um Técnico Superior de Comunicação e um Assistente Técnico.

- Técnico e de Planeamento e Gestão Urbana – desenvolvimento interno e acompanhamento externo de projetos, coordenação e orientação técnica, preparação e lançamento de Concursos, apreciação das propostas, consignação e fiscalização das obras, gestão técnica e acompanhamento das obras.

Deste Departamento, fazem parte três Arquitetos e um Engenheiro Civil.

5. PROJEÇÕES ECONÓMICO – FINANCEIRAS

5.1. PRESSUPOSTOS GERAIS

Na redação do presente orçamento, a Viseu Novo teve em atenção a recuperação da economia portuguesa, nos setores autárquico, empresarial e familiar, desenvolvendo assim, um esforço por forma a adequar os custos da empresa.

A projeção da atividade da empresa para 2016, resulta de um ajustamento do histórico disponível no terceiro trimestre de 2015, nomeadamente ao nível dos custos de exploração, tendo sido delineada uma previsão, o mais minuciosa e realista possível, em relação aos custos que a Viseu Novo SRU poderá assumir durante o próximo ano.

A previsão da situação económica – financeira para 2016, resume-se nos quadros anexos. Todavia será importante mencionar que:

- A informação mais atualizada de base aos cálculos previsionais reporta-se ao mês de Setembro de 2015, e refere-se na sua maioria ao balancete contabilístico da empresa no mesmo mês;

- Todos os gastos e rendimentos de exploração previsionais que se projetaram foram calculados a preços correntes;

- A evolução projetada dos gastos e rendimentos para o período em apreço assentou numa cuidadosa análise das contas da empresa nestes seus 9 anos de atividade, e teve em atenção, a comparação com o período homólogo dos anos anteriores;

- Os prazos médios de recebimentos e pagamentos foram fixados com base na observação dos meses em períodos anteriores, constituindo um dos objetivos da Empresa não ultrapassar os 30 dias relativamente ao prazo médio de pagamentos, sendo este um objetivo central na elaboração da estratégia de financiamento;

- Para efeitos de cálculo do montante dos gastos com pessoal e estimativa de férias e encargos sociais, os valores apurados refletem (quando aplicável a partir de determinados patamares) as medidas preconizadas no Orçamento de Estado para o ano de 2016;

- Os documentos relevantes para efeitos de análise previsional (orçamental e económica) foram os instrumentos de gestão previsional de exercícios transatos e Relatórios trimestrais de execução orçamental;

- Análise dos Contratos-Programa existentes e aprovados;

- Os concursos públicos existentes à data do presente relatório;

- Princípios contabilísticos, com especial atenção ao princípio da especialização dos exercícios, prudência e consistência;

- Análise dos principais gastos e rendimentos/ despesas e receitas incorridas e a incorrer no 4º trimestre de 2015, a qual implicou os seguintes procedimentos substantivos e de controlo interno:

- Levantamento junto dos serviços administrativos de documentos já recebidos e aprovados pela administração (documentação proveniente do exterior) para pagamento;

- Verificação da documentação interna, materializada através do programa de faturação/liquidação relativa a rendas emitidas e recebimentos efetivos;
- Controlo dos ficheiros informáticos e verificação da integração automática com a contabilidade.

O orçamento para 2016 traduz os principais objetivos descritos no Plano de Atividades, constando nos quadros anexos todos os documentos de gestão previsional exigidos na atual legislação.

Nos quadros anexos são mencionados os planos para o próximo ano: orçamentos de exploração, balanços, fluxos monetários e de investimento.

5.2. PLANO DE INVESTIMENTOS

No plano dos Investimentos e com base no conhecimento que se detém do mercado, foram adotados critérios de prudência e efetuadas estimativas para os montantes dos investimentos a realizar, tendo por base a caracterização possível nesta fase.

No presente plano salientam-se os gastos com equipamento administrativo. Para além deste gasto prevê-se ainda uma verba para realizar custos de investimento que incidirão sobre a aquisição de software para apoio na elaboração de algum procedimento mais específico de acordo com o desenrolar dos projetos.

5.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

Na Demonstração de Resultados Previsional analisa-se as rubricas que constituem o orçamento de para 2016.

- **Gastos da Estrutura administrativa:**

Os gastos de estrutura aqui apresentados referem-se aos gastos estritamente necessários à prossecução da atividade da Viseu Novo e são diretamente imputáveis à estrutura administrativa, às amortizações anuais do imobilizado e aos impostos diretos.

Fornecimentos e Serviços Externos:

Apresenta-se uma análise das rubricas mais relevantes:

1. **Subcontratos:** todos os gastos inerentes às obras e projetos de edifícios de propriedade municipal abrangidos pelos Contratos-Programa estabelecidos entre a Viseu Novo e o Município de Viseu, elaborados de acordo com a Lei 50/2012. O valor calculado é de 2.638 731.61 €.
2. **Seguros:** seguros de imóveis da Viseu Novo SRU e equipamentos afetos à atividade da empresa.

Luís Henrique *J. A. P.* *N. A.*

3. **Trabalhos especializados:** Custos com trabalhos especializados para o ano de 2016, prevendo-se canalizar uma verba para despesas com a manutenção da plataforma eletrónica de contratação pública, pagamento de serviços de contabilidade, prestação de serviços do técnico oficial de contas, contrato anual de assistência técnica ao programa de faturação, assistência técnica informática e avença da assessoria jurídica.

4. **Gastos com Material de Escritório:** os necessários ao normal decurso da atividade.

5. **Gastos com Publicidade:** Prevê-se neste tópico, a produção de documentos de carácter informativo com vista a promover a atividade desenvolvida pela Viseu Novo quer de âmbito cultural, quer da evolução da sua atividade ao longo do ano de 2016 (designadamente Newsletters);

6. **Gastos com contencioso e Notariado:** Para o ano de 2016, prevê-se gastar uma verba com a Conservatória do Registo Comercial e Notários e Conservatória de Registo Predial, decorrente da necessidade de alteração dos Estatutos, bem como da realização de novas escrituras.

7. **Encargos Bancários:** prevê-se aquisição de livros de cheques, bem como o custo com a manutenção e gestão de Contas.

8. **Imposto Indiretos (IMI)** Para o ano de 2016, prevê se uma verba para contemplar despesas com impostos, nomeadamente pagamento de IMI, referente ao ano de 2015.

9. Depreciações

Depreciação do ativo fixo tangível e do ativo intangível, de acordo com as taxas legais em vigor.

Gastos com pessoal:

1. Remuneração do pessoal: remuneração de 8 funcionários e 1 Administrador;
2. Encargos sociais: encargos calculados de acordo com os descontos legais e aplicáveis;
3. Outros Gastos com pessoal: seguro de acidentes de trabalho, medicina no trabalho e formação.

Os gastos de estrutura serão repartidos pelos projetos a desenvolver pela Viseu Novo, tendo como critério a imputação dos gastos diretos dos Técnicos da SRU afetos a cada um dos projetos.

Em 2016, os projetos com maior impacto ao nível de gastos serão as obras de revitalização da Praça 2 de Maio – cobertura; a requalificação dos arruamentos: Rua Cónego Martins e Rua Soar de Cima; a reabilitação da "Casa das Bocas", do edifício "Águas de Viseu" e a obra de regeneração do Mercado Municipal.

Todos os projetos serão considerados na repartição de gastos de estrutura, uma vez que em todos os processos se verifica uma grande intervenção da mão-de-obra da Viseu Novo, na elaboração, desenvolvimento e controlo dos mesmos.

Rendimentos para 2016

Estima-se que para o ano de 2016, a empresa obtenha um valor de rendimentos na ordem dos 2.779 490.09€. Deste montante, 95 % refere-se a Prestações de Serviços pela empresa.

Estas prestações de serviços são objeto de diferentes Contratos-Programa, pelo que os gastos serão comparticipados pela CMV. Existem cinco obras que serão financiadas pelo Programa Reabilitar para Arren-

dar, ainda durante o 1º Trimestre do ano de 2016, atendendo que a conclusão dos trabalhos só acontecerá no final desse período.

Prestação de Serviços:

De acordo com o *Regime Jurídico do Sector Empresarial Local*, a Viseu Novo executa atividades de renovação e reabilitação urbana, podendo o financiamento de algumas das suas atividades de gestão e fiscalização urbanística ser efetuada através da celebração de Contratos-Programa. Assim, e cumprindo o disposto nos Estatutos da empresa, todos os Contratos-Programa referentes a edifícios municipais estão aprovados e assinados, e são elaborados com a finalidade de conceder à Viseu Novo SRU os meios financeiros necessários ao desenvolvimento das suas atividades de gestão e fiscalização em imóveis de propriedade municipal e espaço público.

Prestações de serviços - Reabilitação de Edifícios Municipais: Os valores previstos para a reabilitação dos edifícios municipais e espaços públicos localizados na área de intervenção da SRU rondam os 2.599.490,09€. Estes trabalhos são objeto de diferentes Contratos-Programa, pelo que os gastos serão obviamente comparticipados pela CMV.

Variações nos inventários da produção: refletem os produtos e trabalhos em curso no que concerne às obras nos imóveis da Viseu Novo (Rua Direita 91-97).

Juros e rendimentos similares obtidos

Juros obtidos com aplicações de tesouraria, tendo em conta que será encontrada uma forma de rentabilizar a quantidade de disponibilidade possível no ano de 2016, sempre na ótica de aplicação sem riscos.

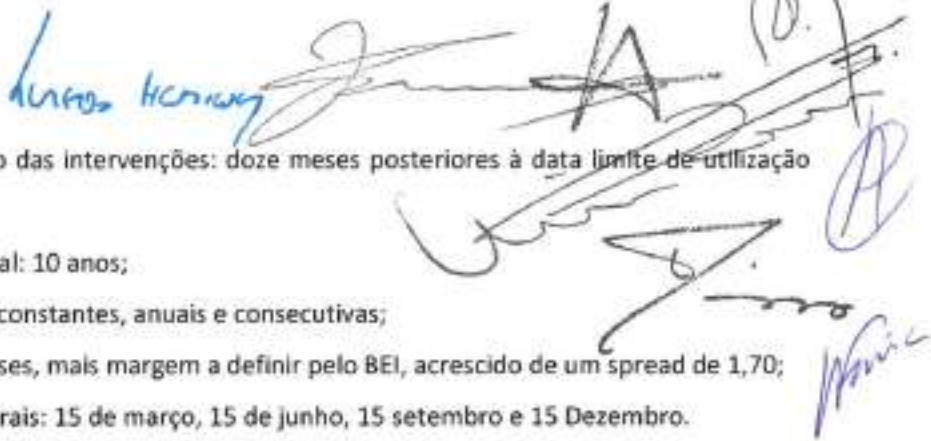
Rendas: o valor desta rubrica reflete o valor das rendas recebidas pelo arrendamento dos imóveis da Viseu Novo, ao nível do comércio, habitação e outros.

Empréstimos

A Viseu Novo solicitou em 2012 ao IHRU IP a concessão de um empréstimo para financiamento da empreitada de reabilitação dos edifícios situados na Calçada da Vigia, propriedade da SRU. No final do ano de 2014, o empréstimo mencionado foi prorrogado pelo IHRU até 30 de novembro de 2024, sendo o *spread* no valor de 2.5%.

No ano de 2014, com a aprovação da candidatura ao programa "Reabilitar para Arrendar", formalizou-se um novo empréstimo junto do IHRU, com vista a financiar a reabilitação do imóvel sito à Rua Direita nº 91-97. Este financiamento é de 202.716,00€, nas seguintes condições:

- Prazo total de 30 anos
- Data Limite de Utilização do empréstimo: 15-12-2015



- Data limite da concretização das intervenções: doze meses posteriores à data limite de utilização do empréstimo;

- Período de carência do capital: 10 anos;
- Amortização: 20 prestações constantes, anuais e consecutivas;
- Taxa de Juro: Euribor a 3 meses, mais margem a definir pelo BEI, acrescido de um spread de 1,70;
- Vencimento de juros trimestrais: 15 de março, 15 de junho, 15 setembro e 15 Dezembro.

De acordo com o Contrato de Financiamento, presumia-se que os desembolsos ocorressem em dois momentos distintos (Março e Dezembro), o que não se veio a verificar, atendendo que a empreitada não se desenrolou como o previsto. Desta forma, aguarda-se que o IHRU indique novos desembolsos para o ano de 2016, cuja reprogramação contratual já foi solicitada.

Imparidades

Não se encontram registadas quaisquer imparidades para o imóvel da Calçada da vigia, uma vez que o mercado imobiliário se encontra estável e se prevê uma variação da inflação nula. Desta forma, considerou-se que o valor do imóvel permanece inalterado, sendo o mesmo reavaliado de dois em dois anos.

Em relação ao imóvel da Rua Direita 91-97, o mesmo será reabilitado até ao início de 2016, pelo que somente no próximo ano será objeto de avaliação patrimonial (após a conclusão das obras) e só nessa altura será colocado no mercado de arrendamento.

Orçamento de Tesouraria

Ver mapa em anexo.

A elaboração dos documentos previsionais teve por base os dados históricos relativos aos exercícios anteriores e a perspetiva de evolução ao longo dos exercícios com base na análise de tendências.

- Na elaboração dos quadros previsionais, considerou-se um horizonte de um ano.
- Fornecimentos e serviços externos; atualização dos saldos com base em Setembro de 2015.
- Com a assinatura de Contratos-Programa com o Município, considerou-se que os gastos gerais de funcionamento que a Viseu Novo terá durante o desenvolvimento das diversas obras municipais, serão imputados proporcionalmente às diversas fases das obras ao Município.
- Considerou-se o quadro de pessoal estabilizado a partir de Novembro 2012;
- Considerou-se que o prazo médio de pagamentos aos fornecedores da empresa é de 30 dias. No caso dos projetos citados, considerou-se que o prazo de pagamentos aos diversos fornecedores das obras é também de 30 dias. Considerou-se também que o prazo médio de recebimentos dos financiadores da empresa é de 30 dias, do que resulta um esforço de tesouraria da empresa.

6. MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE CUSTOS E DE AUMENTO DE RENDIMENTOS

Relativamente aos gastos em bens e serviços, a proposta de orçamento para o próximo ano, abrange um ajustamento ambicioso, já que se pretende dar seguimento aos esforços exigidos nos setores público-privado.

A Viseu Novo propõe para 2016 os pressupostos que considera essenciais e estruturantes para o seu desenvolvimento, no que refere à melhoria de procedimentos de aquisição de bens e serviços, numa perspetiva de otimização de recursos, quer físicos, quer humanos. Nesse âmbito, destacam-se as seguintes atividades:

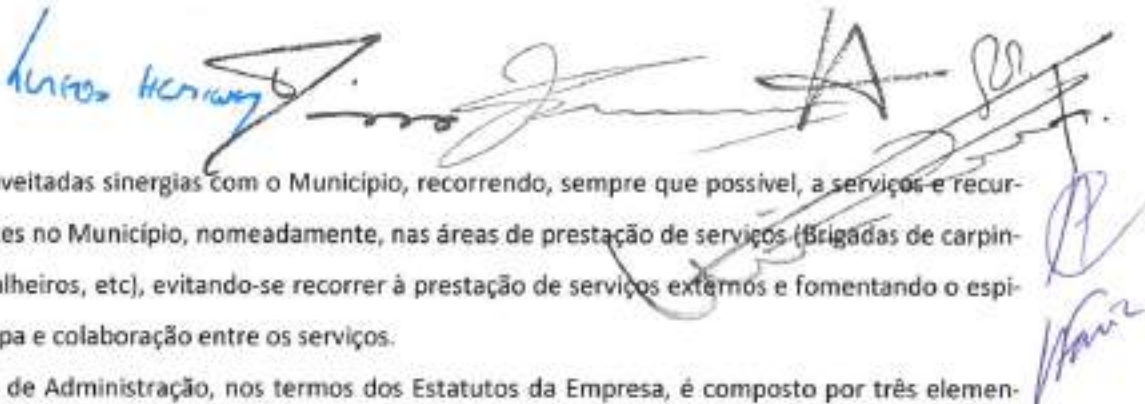
- Desenvolver, gerir e executar os procedimentos de aquisição de bens e serviços, consultando regularmente o mercado por forma a baixar os custos dos fornecimentos e serviços externos;
- Definir a estratégia e políticas de contenção a adotar em matéria de compra, armazenamento, existências, inventariação e execução das mesmas.
- Promover a formalização de contratos referentes às aquisições de bens e de serviços, acompanhar e fiscalizar a sua execução.
- Promover e assegurar a avaliação de fornecedores, mantendo a qualificação inerente na base de dados de fornecedores.

Apesar da Viseu Novo ter de orientar a sua atividade, ao longo dos últimos anos, com uma política de contenção de custos, o plano que se apresenta procura ser ambicioso e manter o investimento na formação profissional e na qualificação curricular dos seus quadros, com o objetivo de manter a motivação dos trabalhadores no desenvolvimento das suas tarefas, dando-lhes novas ferramentas direcionadas para o seu desempenho e os seus interesses pessoais.

Em 2016, a SRU pretende onerar o menos possível o orçamento da empresa com a aposta na formação, de modo a manter os custos suportados em 2015, tentando recorrer, preferencialmente, a recursos internos. A equipa de colaboradores da Viseu Novo sente-se estimulada a reunir todos os esforços possíveis na prestação de um serviço de excelência, com os meios disponíveis.

Durante o ano de 2016, a empresa continuará a necessitar de concentrar esforços, reorganizando os seus recursos humanos com base em metodologias de trabalho mais adequadas e procurando instrumentos de trabalho mais atuais e modernos, que viabilizem uma resposta mais célere aos pedidos apresentados à empresa, procurando reduzir custos com equipamentos que cada vez mais são partilhados. Nesse contexto salienta-se o seguinte:

- Não foram consideradas despesas com “representação”, segurança e senhas de presença para os órgãos sociais;
- Foi implementada uma política de recrutamento muito restritiva;
- Toda a atividade da empresa foi desenvolvida por uma pequena equipa (atualmente com 8 colaboradores);

- 
- Foram aproveitadas sinergias com o Município, recorrendo, sempre que possível, a serviços e recursos existentes no Município, nomeadamente, nas áreas de prestação de serviços (Brigadas de carpinteiros, serralheiros, etc), evitando-se recorrer à prestação de serviços externos e fomentando o espírito de equipa e colaboração entre os serviços.
 - O Conselho de Administração, nos termos dos Estatutos da Empresa, é composto por três elementos, sendo apenas um remunerado.

A concretização das orientações estratégicas referenciadas para o próximo ano, só serão de viável execução, dado que os recursos humanos da Viseu Novo se comprometem a desenvolver competências e alcançar metas, com união e espírito de entreatajuda entre todos os níveis hierárquicos da empresa.

A Viseu Novo continuará a delinear estratégias com vista a aumentar o seu nível de eficiência, ao mesmo tempo que deverá estudar o melhor enquadramento de redução de custos, sem comprometer a qualidade dos seus serviços.

Ao estimularmos o processo de requalificação do edificado estamos a regenerar o tecido económico da ARU e, conseqüentemente, a fomentar a criação de mecanismos que contribuem para o aumento de empregabilidade, dinamização e de empreendedorismo.

Tal como representado no orçamento apresentado para 2016, a requalificação da ARU de Viseu é um dos principais objetivos do Município, assumindo a Viseu Novo um papel determinante de ação privilegiada.

Dizemos "privilegiada" porque, apesar de termos consciência de que é sobre os proprietários que recai a obrigação de proceder à requalificação dos seus imóveis, a reabilitação do "casco antigo" da cidade é um objetivo público que está, obviamente, dependente da necessária coadunação de ações entre entidades público-privadas que estimulem e desencadeiem esse sentido de zelo e preocupação, mas que nos "enriquece" ao estarmos a ter uma posição decisiva no contributo para esse efeito.

Viseu, Outubro de 2015

O Conselho de Administração

António Joaquim Almeida Henriques

Jorge Amável da Silva Quintela

Fernando Neves Marques



VISEU NOVO
SRU

MAPAS PREVISIONAIS



VISEU NOVO, SRU
Associação de Reabilitação Urbana de Viseu

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS
		2016
Vendas e serviços prestados		2.779.490,09 €
Subsídios à exploração		15.000,00 €
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. Conjuntos		0,00 €
Variação nos inventários da produção		38.699,61 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00 €
Fornecimento e serviços externos		-2.683.731,61 €
Gastos com o pessoal		-234.062,35 €
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €
Imparidades de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00 €
Outros rendimentos e ganhos		34.765,56 €
Outros gastos e perdas		-3.250,00 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-53.088,71 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-6.022,48 €
Imparidade de Activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-59.111,19 €
Juros e rendimentos similares obtidos		11.799,97 €
Juros e gastos similares suportados		-2.588,66 €
Resultado Antes de Impostos		-49.899,88 €
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado Líquido do Período		-49.899,88 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas



Orçamento de Tesouraria - Exercício 2016

	Janero	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1. Recebimentos													
1.1. Recebimentos de Exercício Anterior	1.252,31												1.252,31
1.2. Proleitos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3. Superávit (Contra Programa)	317.418,30	317.517,30	317.429,57	318.289,27	318.289,27	317.084,27	317.084,27	318.155,94	318.155,94	317.119,34	317.119,34	318.884,34	2.693.217,42
1.4. Rendimentos Suplementares	3.272,11	3.272,11	3.272,11	3.272,11	3.272,11	3.272,11	3.272,11	3.272,11	3.272,11	3.272,11	3.272,11	3.272,11	34.782,56
1.5. Adiantamento por conta de Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6. Subsidios	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.6.1. QREN / QARU													0,00
1.7. Recebimentos de IRC													0,00
1.8. Cobrança de Proprietor													0,00
1.8. Emprestimos de Tesouraria				2027116									202.711,60
Sub Total	18.524,46	319.699,41	321.539,41	421.417,18	312.782,63	365.718,63	369.246,48	369.428,67	369.886,89	384.466,47	393.291,47	396.966,47	3.094.576,26
Sub Total	0,00	0,00	1.685,71	1.685,71	0,00	1.685,71	1.685,71	0,00	1.685,71	1.685,71	0,00	1.685,71	11.799,97
Total dos Recebimentos	18.524,46	319.699,41	323.225,12	423.102,89	312.782,63	367.404,34	370.932,19	369.428,67	371.572,60	386.152,18	393.291,47	398.652,18	3.106.376,23
2. Pagamentos													
2.1. Pagamentos de Exercício Anterior	164.348,82												164.348,82
2.2. Pensões e Serv. Encargos	141.012,57	330.377,57	305.012,50	336.221,87	336.221,87	336.221,87	336.221,87	336.221,87	336.221,87	336.221,87	336.221,87	336.221,87	2.466.995,34
2.3. Pagamentos ao Estado	10.972,36	7.683,36	8.000,00	7.683,36	20.212,57	7.683,36	7.683,36	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	131.000,00
2.4. Pagamentos ao Pessoal	12.454,67	11.534,42	11.534,42	11.534,42	11.534,42	11.534,42	11.534,42	11.534,42	11.534,42	11.534,42	11.534,42	11.534,42	141.861,72
2.5. Outros Custos	300,00	0,00	250,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	250,00	1.100,00	0,00	0,00	250,00	3.250,00
2.6. O. Custos e Prolis de Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033,33	0,00	0,00	221,59	0,00	0,00	1.033,33	2.256,66
Sub Total	188.011,85	362.341,35	341.001,35	225.730,89	321.988,66	211.578,89	211.578,89	221.806,54	208.419,29	202.006,13	215.791,94	282.888,99	2.928.843,31
2.6.1. Aquisição de Invenios													0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invenios													0,00
2.7. Plano de Investimentos	0,00	0,00	1.200,00	1.000,00	0,00	500,00	1.000,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	5.200,00
2.8. Emprestimos													0,00
Aquisição de Respostas													0,00
Sub Total	0,00	0,00	1.200,00	1.000,00	0,00	500,00	1.000,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	8.200,00
Total dos Pagamentos	188.011,85	362.341,35	342.201,35	226.730,89	321.988,66	212.078,89	212.578,89	221.806,54	208.919,29	202.006,13	215.791,94	283.388,99	2.937.043,31
4. Saldo Inicial de Tesouraria	487.397,49												487.397,49
8. Saldo de Tesouraria	-199.487,29	-22.598,94	-17.479,21	199.275,32	-17.217,56	143.349,43	-1.232,96	-11.262,99	-1.317,47	-1.833,66	-16.207,21	-1.988,42	896.183,38
6. Acreditamentos	217.820,30	218.289,25	197.795,11	397.166,43	379.848,88	423.289,11	421.763,33	506.000,64	506.153,36	584.339,41	685.892,20	686.183,38	6.011.417,60

Lucas Henrique

[Handwritten signatures and initials]



VISEU NOVO, SRU
Associação de Promotoras Urbanas de Viseu

BALANÇO PREVISIONAL EM 31-12-2016

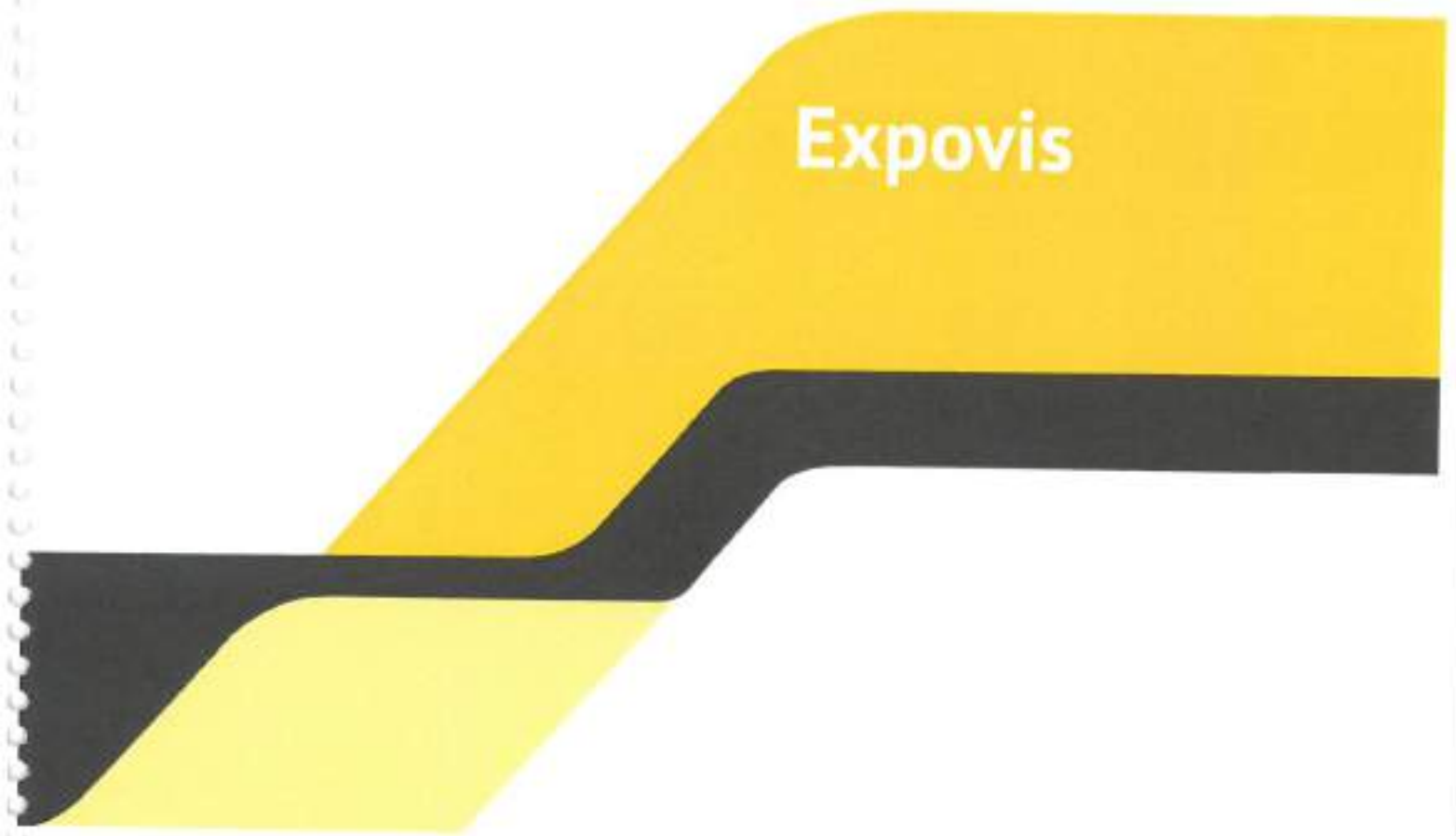
RUBRICAS	NOTAS	2016
ACTIVO		
Activo Não Corrente)		
Activo Fixo Tangível		3.509,13 €
Propriedades de investimento		478.096,51 €
Goodwill		0,00 €
Activos Intangíveis		0,00 €
Activos Biológicos		0,00 €
Participações Financeiras - Método Equiv. Patrimonial		0,00 €
Participações Financeiras - Outros Métodos		0,00 €
Accionistas/Sócios		0,00 €
Outros Activos Financeiros		0,00 €
Activos por impostos diferidos		0,00 €
		483.605,64 €
Activo Corrente:		
Inventários		- €
Activos Biológicos		0,00 €
Clientes		211.652,67 €
Adiantamento a fornecedores		0,00 €
Estado e Outros Entes Públicos		15.416,00 €
Accionistas/Sócios		0,00 €
Outras Contas a Receber		103.685,66 €
Diferimentos		291,80 €
Activos financeiros detidos para negociação		0,00 €
Outros Activos financeiros		0,00 €
Activos não correntes detidos para venda		0,00 €
Caixa e Depósitos bancários		486.183,38 €
		817.229,51 €
Total do activo		1.300.835,15 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital Realizado		1.000.000,00 €
Ações (quotas) próprias		0,00 €
Outros aumentos de capital próprio		0,00 €
Prémios de emissão		0,00 €
Reserva Legal		0,00 €
Outras Reservas		0,00 €
Resultados Transacções		125.302,36 €
Ajustamentos em activos financeiros		0,00 €
Excedente de reavaliação		0,00 €
Outras variações no capital próprio		576,22 €
		875.278,66 €
Resultado Líquido do Período		-49.994,10 €
Interesses minoritários		0,00 €
Total do Capital Próprio		825.284,56 €
PASSIVO		
Passivo não Corrente		
Provisões		0,00 €
Financiamentos obtidos		108.665,09 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €
Outras contas a pagar		0,00 €
		108.665,09 €
Passivo Corrente		
Fornecedores		195.518,19 €
Adiantamento de clientes		0,00 €
Estado e outros entes públicos		18.039,69 €
Accionistas/Sócios		0,00 €
Financiamentos Obtidos		33.517,82 €
Outras Contas a Pagar		28.717,38 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €
Outros Passivos financeiros		0,00 €
Diferimentos		0,00 €
Passivos não correntes detidos para venda		0,00 €
		276.793,08 €
Total do Passivo		475.488,17 €
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.300.835,15 €

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas

Handwritten signatures and scribbles in blue ink, including the name "Klaus Henning" and a large stylized signature.

Expovis



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

Camara Municipal de Viseu
Praça do Municipio
Viseu

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

2015-10-19

Exm.ºs Senhores,

Para dar cumprimento ao solicitado, junto se envia orçamento previsual da empresa, Expovis, promoção e eventos, Lda, referente ao ano de 2016.

Com os mais respeitosos cumprimentos,

A Gerência

[Handwritten signature]
Expovis - Promoção e Eventos, Lda
Cont. N.º 503 568 480
Rua Padre Costa
3510-063 Viseu
[Handwritten signature]

Luís Henrique

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Orçamento Previsional

Instrumento de gestão previsional para 2016

Handwritten signatures and notes at the top of the page, including the name "Antonio Henrique" in blue ink.

Conteúdo

1. Introdução	3
2. Plano de Atividades	3
3. Orçamento.....	3
3.1. Instrumento de Gestão Previsional.....	3
3.2. Mapas	5
Orçamento Anual de Exploração.....	5
Orçamento Anual de Tesouraria	7
Balanço Previsional.....	8

Handwritten initials and a signature in blue ink on the right margin.

1. Introdução

Handwritten signatures and stamps at the top of the page. On the left, there is a signature in blue ink that reads "António Henriques". To the right, there are several other signatures in black ink, some of which are partially obscured by a large, stylized signature that appears to be "M. J. ...". There are also some stamps or markings, including a large star-like symbol and some illegible text.

A Expovis, Lda, é uma empresa Municipal que integra o setor empresarial local e que tem como objeto organizar a Feira de São Mateus e outros eventos de interesse para a região.

Aguarda uma decisão do TC para a extinção desta sociedade e a consequente criação de outra instituição de organização de eventos. Pelo facto de não ter chegado até ao momento informação neste sentido, vai a gerência desta empresa apresentar o orçamento previsional de 2016, por forma a cumprir com os requisitos legais.

Este documento espelha um orçamento previsional para o ano de 2016, tendo por base a organização da Feira de São Mateus, evento com maior relevância e que sustenta financeiramente a empresa.

Os seus sócios, camara municipal de Viseu e associação empresarial da região de Viseu, traçam a estratégia de desenvolvimento da empresa e dos eventos numa base concertada e de acordo com as linhas de orientação do Município de Viseu.

2. Plano de Atividades

No ano de 2016, a Expovis irá dar continuidade á organização da Feira de São Mateus. O evento que marcará a atividade da empresa será levado a efeito em 2016, nos meses de agosto e setembro. Outros eventos temáticos serão considerados ao longo do ano, principalmente os que estiverem ligados aos produtos endógenos da região. No entanto, estes eventos temáticos não irão alterar o orçamento da empresa.

Serão introduzidos melhoramentos em diferentes setores da feira de são Mateus, por forma a criar condições de segurança e melhoria sustentada da exposição de produtos e circulação das pessoas. Para isso irá recorrer-se a alguns investimentos infraestruturais que marcarão a disposição do layout do certame.

3. Orçamento

3.1. Instrumento de Gestão Previsional

A gerência da expovis elaborou os seguintes documentos previsionais que viabilizam a atividade da empresa, de uma forma geral e a feira de são Mateus, em particular:

- a) Orçamento anual de exploração

- b) Balanço Previsional
- c) Mapa de Tesouraria

Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name "Luis Henrique" and other illegible signatures.

Orçamento anual de exploração, desdobrado em rendimentos, e de gastos

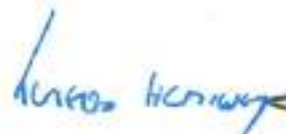
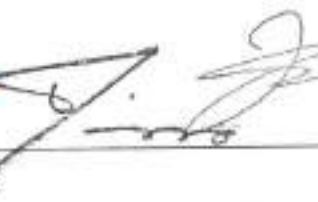


A elaboração do orçamento assenta nos dados reais da empresa à data de 31.12.2015. Seguindo-se-lhe as previsões de rendimentos e gastos no período de 2016, considerando as alterações propostas.

- ❖ **Vendas e Prestações de Serviços.** Nestas rubricas regista-se uma previsão de receitas de bilheteira no valor de 595.000€ e 845.000€ de aluguer de espaços.

Reditos	Valor em €
Venda de bilhetes	595 000
Aluguer de espaços	845 000
Total das Vendas e Prestação de Serviços	1 440 000

- ❖ **Fornecimentos e Serviços Externos.** Nesta rubrica são registados todos os gastos previsionais para a realização do evento - Feira de S. Mateus 2016, bem como todos os gastos de manutenção da atividade, que se discriminam;

Gastos	Valor em €
Custos com Artistas	420 000
Trabalhos especializados	75 000
Publicidade	150 000
Vigilância	150 000
Conservação e reparação	2 500
Outros trabalhos especializados	139 000
Ferramentas de desgaste rápido	25 000
Materiais de escritório	800
Eletricidade	17 200
Combustíveis	10 000
Deslocações e estadas	1 200
Rendas e alugueres	100 000
Seguros	8 500
Contencioso e notariado	330
Limpeza	30 000
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	3 200
Total de FSE	

1132 730

- ❖ **Gastos com o Pessoal.** Nesta rubrica de gastos estão provisionados todos os gastos anuais com o quadro de pessoal composto por 9 colaboradores e 2 gerentes, um gerente executivo em representação da Camara Municipal de Viseu e um gerente, em representação da Associação Empresarial da Região de Viseu, remunerado através de senhas de presença.

Gastos	Valor em €
Remunerações com o Pessoal	164 972
Encargos com remunerações	38 429
Seguro de Acid. Trab. e doenças profissionais	2 965
Total dos Gastos com Pessoal	206 366

3.2. Mapas

Orçamento Anual de Exploração

Rendimento e Gastos	Valor em €
Vendas e Prestação de Serviços	1440 000
Venda de bilhetes	595 000
Aluguer de espaços	845 000
Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas	0.0
Fornecimento e serviços externos	1132 730
Custo com artistas	420 000
Trabalhos especializados	75 000
Publicidade	150 000
Vigilância	150 000
Conservação e reparação	2 500
Outros trabalhos especializados	139 000
Ferramentas de desgaste rápido	25 000
Materiais de escritório	800
Eletricidade	17 200
Combustíveis	10 000
Deslocações e estadas	1 200
Rendas e alugueres	100 000

Lucas Henrique
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Seguros	8 500
Contencioso e notariado	330
Limpeza	30 000
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	3 200
Gastos com o Pessoal	206 366
Remunerações do Pessoal	164 972
Encargos sobre Remunerações	38 429
Seguro Acidentes e Doenças Profissionais	2 965
Outros Gastos e Perdas	9 200
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	91 704
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	49 029
Resultado Operacional /resultado antes de impostos	42 675
Imposto sobre o rendimento	- 8 361
Resultado Líquido	34 314

Luís Henrique *[Signature]*

Orçamento Anual de Tesouraria

Expovis Promoção e Eventos Lda

Orçamento Anual de Tesouraria
Período Findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31-dez-16
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes		1 392 842,00 €
Pagamentos a fornecedores		1 132 502,00 €
Pagamentos ao pessoal		256 231,61 €
Caixa gerada pelas operações		4 108,39 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		10 813,21 €
Outros recebimentos/pagamentos	-	3 702,54 €
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		11 219,06 €
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		- €
Investimentos financeiros		- €
		- €
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		- €
Juros e rendimentos similares		- €
Investimentos financeiros		- €
		- €
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		- €
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
		- €
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		- €
Juros e gastos similares		- €
Outras operações de financiamento		- €
		- €
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		- €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		11 219,06 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		200 028,43 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		211 247,49 €

[Handwritten signature]

Handwritten signatures and scribbles in black and blue ink.

Habisolvis

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including names like 'A. B. F.', 'A.', 'C. A.', and 'H. A.'.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO
PREVISIONAL

2016

Handwritten signature and date: "Jan 4"

Índice

1. Introdução	2/20
2. Princípios	3-5/20
2.1 – Dados históricos	3/20
2.2 – Documentos relevantes	3/20
2.3 – Princípios contabilísticos	3/20
2.4 – Evolução dos gastos e rendimentos em 2015	4/20
2.5 – Estimativas contabilísticas	4-5/20
3. Análise dos documentos previsionais:	
3.1. Balanço previsional (2015)	6-10/20
3.2. Planos plurianuais e anuais de atividades, de investimento e financeiros	11/20
3.3. Orçamento anual de exploração	12-14/20
3.4. Orçamento anual de tesouraria	15-16/20
3.5. Balanço previsional (2016)	17-19/20
4. Conclusões.....	19-20/20



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the number '2' and '7'.]

1. Introdução

Nos termos do artigo 42º, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, as Empresas Municipais, devem apresentar os Instrumentos de Gestão Previsional, os quais devem conter elementos necessários e orientadores da gestão económica e financeira da Empresa para o ano de 2016.

Nos termos das alíneas b) e c), do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos, compete à Assembleia Geral apreciar e deliberar os planos de atividade anuais e plurianuais e respetivos orçamentos previsionais anuais, a elaborar pelo Conselho de Administração, conforme estipulado nas alíneas g) e h), do n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos, após apreciação e emissão de parecer pelo Fiscal Único, nos termos da alínea j), do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos e da alínea j), do n.º 6 do artigo 25.º da Lei supracitada.





2. Princípios

1. Foram analisados os dados históricos relativos aos exercícios anteriores os quais foram refletidos nas previsões efetuadas com base nas expectativas e previsões da Administração ao nível da estabilização (ou não) da atividade da Empresa Municipal, com particular importância ao nível de gastos, rendimentos (resultados de exploração) e dos principais investimentos (balanço inicial e final).

Importa também referir a análise dos prazos médios de recebimento e pagamento (clientes, fornecedores, outras contas a receber e a pagar) para elaboração e previsão dos fluxos de tesouraria e eventuais oscilações em relação à informação histórica.

2. Documentos relevantes para efeitos de análise previsional (orçamental e económica):

- 2.1. Instrumentos de Gestão Previsional de exercícios transatos e Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.

- 2.2. Análise dos Contratos de Programa existentes e elaborados de acordo com o art.º 50.º da Lei 50-2012, de 31 de Agosto. Na presente data estão em vigor os seguintes Contratos-Programa:

- Obras de recuperação e reparação nos Bairros Sociais – fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra.
- Equipamentos de Escritório – fornecimento de material de escritório corrente e serviços de manutenção das instalações elétricas e equipamentos informáticos.
- Programas Habitacionais – concretização dos programas habitacionais, em especial o programa municipal de apoio à reabilitação “VISEU HABITA”.
- Plataforma eletrónica de contratação pública – procedimentos a observar no âmbito da contratação pública.

- 2.3. Normativos da contratação pública.



3. Princípios contabilísticos, com especial atenção ao princípio da especialização dos exercícios, prudência e consistência.

4. Análise dos principais gastos e rendimentos/despesas e receitas incorridas e a incorrer no **4º trimestre de 2015**, a qual implicou os seguintes procedimentos substantivos e de controlo interno:

- Levantamento, junto dos serviços administrativo-financeiros, de documentos já recebidos, e aprovados pela Administração (documentação proveniente do exterior) para pagamento;
- Verificação da documentação interna, materializada através do programa de faturação/liquidação relativa a rendas emitidas e recebimentos efetivos; Controlo dos ficheiros informáticos e verificação da integração automática com a contabilidade.

5. Estimativas Contabilísticas:

No documento em análise assumem particular importância as estimativas contabilísticas, das quais destacamos:

Gastos:

- Gastos com pessoal e estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais: Os valores apurados refletem (quando aplicável, a partir de determinados patamares) a previsível manutenção das medidas de austeridade, no âmbito dos ajustamentos remuneratórios da Administração Pública, nomeadamente do constante do Orçamento de Estado para 2015 e da Lei 75/2014, de 12 de Setembro.
- Gastos de caráter corrente: Pesquisa de notícias publicadas pelos meios de comunicação social e nas previsões do Banco de Portugal, no que respeita à provável taxa de inflação, a qual implica ajustamentos percentuais na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's).
- Depreciações: Contabilizadas com base nos períodos de vida útil estimados pela Administração.

Rendimentos:

- **Rendas:** Tendo presente a Lei 81/2014, de 19 de Dezembro (regime do arrendamento apoiado para habitação), bem assim as declarações de rendimentos



recebidas até ao momento, prevemos que no ano de 2016 as rendas possam atingir uma variação positiva anual de cerca de 11%;

Porém, é de prever que os arrendatários apresentem alguns pedidos de revisão logo que informados dos montantes atualizados das rendas;

Perante tal cenário, optou-se por estimar um crescimento nas rendas de apenas 10% sobre uma base que resultou da média da faturação dos recentes 5 anos efetivos e da estimativa para 2015, acrescentando o montante anual previsto das rendas do novo complexo habitacional – Bloco B do Bairro Municipal.

- **Agravamentos:** Estimado o valor previsível para as rendas do exercício de 2016, esta componente dos rendimentos resultou da aplicação do coeficiente médio entre as rendas e os agravamentos faturados (e a faturar) no período mencionado no parágrafo anterior.
- **Subsídios ao investimento:** Previsão com base no histórico e no exercício em apreciação (Contratos de Programa supra referidos); Não foi previsto qualquer investimento para 2016.

6. Normas Contabilísticas e de Relato financeiro que assumem particular importância no presente Relatório:

- NCRF 01 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras.
- NCRF 04 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.
- NCRF 07 – Ativos Fixos Tangíveis.
- NCRF 20 - Rêdito
- NCRF 22 – Contabilização de subsídios do governo e divulgação de apoios do governo.
- NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento.



3. Análise dos Documentos Previsionais

Relativamente aos documentos previsionais que constam do presente relatório, importa tecer as seguintes considerações:

3.1. Balanço Estimado (2015)

O balanço estimado para 2015 (Demonstrações Financeiras com valores previsionais relativos ao encerramento de contas para 2015) reflete, para efeitos comparativos, os valores efetivos relativos ao encerramento de contas de 2014.

Relativamente ao Ativo importa referir:

Ativo Não Corrente:

- A rubrica de **Ativos Fixos Tangíveis** atinge um valor de 91.472,86 € (valor bruto deduzido das respetivas **depreciações acumuladas** e eventuais perdas por imparidade). Os investimentos efetuados englobam fundamentalmente (**valores brutos**):

Exercícios transatos:

Edifícios e Outras Construções:

- A capitalização das despesas com as obras de reabilitação dos Bairros Sociais (*"Obras em Edifícios Alheios"*, em virtude de pertencerem ao Município, para as quais foi definido pela Administração um período de vida útil esperado de 4 anos) de 908.172,98 €.
- O valor associado à **"Revisão de Preços de Obras de Reabilitação Social"** suportado em 2008, de 6.604,80 €.
- A capitalização das **"Obras de Reabilitação Exteriores e Envolventes do Bairro Municipal"**, as quais têm vindo a ser imputadas aos exercícios por um período de 5 anos (pinturas e pavimentação de arruamentos) num valor global de 80.980,81 €.



- **“Substituição das coberturas do Bairro da Balsa”**, suportado em 2010, de 101.281,94 €, que tem vindo a ser imputado aos exercícios por um período de 20 anos.
- **“Impermeabilização das Caixas da Escada do Bairro da Balsa”**, suportado em 2011, de 2.042,94 €, que tem vindo a ser imputado aos exercícios por um período de 20 anos.
- **“Substituição das Calceiras da Quinta da Pomba”** – 21.917,62 €. O investimento, suportado em 2011, terá um período de vida útil esperado de 20 anos, atendendo à natureza das obras e aos materiais utilizados,
- **“Planos de Segurança, Saúde G. Residuais do B. Qta. da Pomba”** – 399,75 €, suportado em 2011. Dado estar relacionado com o anterior, terá, igualmente, um período de vida útil esperado de 20 anos.
- **Equipamento Básico:** 6.325,27 € (já totalmente depreciado).
- **Equipamento de Transporte:** 11.467,21 € (já totalmente depreciado).
- **Equipamento Administrativo:** 1.495,73 €.
- **Ativos Intangíveis:** 4.541,46 €. Valores que respeitam a programas de computador autónomos (já totalmente amortizados).
- **Ativos por Impostos Diferidos:** 2.376,96 €. Valores associados às imparidades de clientes (arrendatários).

Ativo Corrente: (Ciclo Operacional)

- **Clientes (dívidas de arrendatários):** 29.722,28 €. O valor resultou do acompanhamento dos saldos entre o início do ano e final de setembro de 2015, com o consequente agravamento mensal e a redução relativa à previsível constituição de perdas por imparidade líquidas de 2.418,11 €, o qual foi calculado com base na análise de contas correntes de arrendatários, em especial daqueles que celebraram acordos de pagamento de dívidas em atraso.
- **Acionistas – Sócios:** Manteve-se o valor em dívida no final de 2015, o qual respeita à comparticipação, em 50%, pela CMV (2.656,79 €), relativamente ao último pagamento de 10% do projeto do Edifício do Bairro Municipal (a concretizar no momento da execução final da obra).
- **Outras Contas a Receber:** 57,50 €. Valor a recuperar do fornecedor, relativo ao pagamento da retenção de IRS em serviços por ele anteriormente prestados.



- 8
- **Diferimentos:** 834,84 €. Reflete apenas as estimativas dos diferimentos com gastos de condomínio e de seguros, na medida em que os gastos de conservação anteriormente diferidos já terem sido integralmente reconhecidos.
 - **Disponibilidades:** 180.477,11 €. O valor foi apurado com base no saldo relativo a Setembro/2015, tendo sido efetuada uma análise previsional de Tesouraria em função dos fluxos de saídas e de entradas mensais, até final do exercício.

Capital Próprio:

Foi refletida a aplicação do resultado positivo relativo ao exercício anterior, de 838,00€, o qual foi incorporado, integralmente, na rubrica de Reservas Livres. As Reservas Legais já se encontram integralmente constituídas em conformidade com o estipulado no artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Importa também referir a regularização de Passivos por impostos diferidos, por realização parcial dos subsídios ao investimento.

Em virtude da aplicação da NCRF 22 "Contabilização de subsídios do governo", os subsídios existentes que antes integravam o Passivo, passaram a estar refletidos em Capitais Próprios na rubrica de "Outras Variações no Capital Próprio – Subsídios" num valor global de 65.104,27 €, os quais têm vindo a ser imputados aos exercícios na proporção das depreciações praticadas relativas aos investimentos. A redução verificada prende-se com a transferência para rendimentos do subsídio a reconhecer no final de 2015 (2.532,05 €). A imputação já considera a diferença das taxas de IRC para 2015, de 24,5% para 22,5% em consequência da reforma aprovada pelo Governo do Código do IRC. A redução do Passivo por Impostos Diferidos para este exercício foi de 569,71 €.

Relativamente ao Passivo importa referir:

Passivo Não Corrente:

- **Passivos por Impostos Diferidos:** 7.975,96 €, valor relacionado com o efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento os quais veem sendo tributados na medida do reconhecimento dos rendimentos na proporção das depreciações praticadas. A regularização de 2015 ascenderá, como referido no parágrafo anterior, a 569,71 €.
- **Outras Contas a Pagar:** Esta rubrica não relevará quaisquer valores a 31-12-2015, porquanto se estima restituir em 2016 os montantes restantes retidos (1.356,00€), os quais se encontram contemplados na rubrica Passivo Corrente – Outras Contas a Pagar).



Passivo Corrente:

- **Fornecedores:** 22.588,10 €. A rubrica regista uma redução de cerca de 3.500,00 €, uma vez que no presente exercício (com mais expressão no mês de Dezembro) se espera um menor grau na execução de obras de conservação e reparação solicitadas pelos arrendatários, pese embora o pagamento só ocorrer em 2016.
- **Estado e Outros Entes Públicos:** 4.597,15 €. Valor relacionado com os encargos com pessoal a liquidar em Janeiro de 2015, de acordo com o processamento mensal de remunerações, bem assim da estimativa do IRC líquido a pagar em Maio de 2016.
- **Outras Contas a Pagar:** 31.094,74 €, resultante:
 - Estimativa de Férias, subsídio de férias e encargos sociais, relativos a 2015 a liquidar em 2016, de 12.999,42 €; Importa referir que a estimativa foi calculada no pressuposto da manutenção das linhas gerais constantes do orçamento para 2015.
 - Garantias a Devolver: 1.356,00 €, valor previsível da despesa em 2016, conforme informação já refletida no Passivo não Corrente.
 - Gastos com projetos de arquitetura: 5.313,58 €, valor que não foi considerado nos pagamentos até final do exercício.
 - Pagamentos de condomínios da efetiva responsabilidade da Empresa Municipal.
 - Montantes residuais de balanceamento dos valores ativos.
- **Diferimentos:** 21.385,13 €: Montante calculado na base da média dos 4 trimestres mais recentes de diferimento de rendas (pagamento antecipado das rendas relativas ao Bairro Social Quinta da Pomba, bem assim de toda a faturação que, por razões logísticas, e de morosidade na emissão informática (documental), é processada ainda em Dezembro, embora respeite a rendas de 2016).

(Ver apresentação, na página seguinte, do Balanço Estimado para 2015)



10

PB.

AT

JUL

A

H

M

N

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		31.12.2015 (Estimativa)	31.12.2014 (Realizado)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		91.472,86	97.885,40
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - MEP			
Participações financeiras - Outros métodos			
Acionistas/Sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos		2.376,96	2.376,96
		93.849,82	100.262,36
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes		29.722,28	18.840,03
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			564,47
Acionistas/Sócios		2.656,79	2.656,79
Outras contas a receber		57,50	57,50
Diferimentos		834,84	2.375,90
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		180.477,11	168.741,34
		213.748,52	193.236,03
Total do ATIVO		307.598,33	293.498,39
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		75.000,00	75.000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas legais		15.000,00	15.000,00
Outras reservas		128.257,92	127.419,92
Resultados transitados		-33.902,45	-33.332,74
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		27.472,73	29.435,08
Resultado líquido do período		8.129,06	838,09
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		219.957,26	214.360,26
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades p/benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos		7.975,96	8.545,66
Outras contas a pagar			
		7.975,96	8.545,66
Passivo corrente			
Fornecedores		22.588,10	26.004,84
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		4.597,15	3.055,89
Acionistas/Sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar		31.094,74	19.112,85
Diferimentos		21.385,13	22.418,89
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		79.665,12	70.592,47
Total do Passivo		87.641,08	79.138,13
Total do Capital Próprio e do Passivo		307.598,33	293.498,39





3.2. Planos Plurianuais e Anuais de Atividades, de Investimento e Financeiros

Investimentos relativos a 2015:

- Não foram previstos nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2015.

Investimentos relativos a 2016:

- Não estão previstos novos investimentos em 2016. A exemplo de 2015, deverão ser efetuadas obras de conservação e reparação com alguma materialidade em termos globais que já têm vindo a ser solicitadas pelos arrendatários nos diversos exercícios mas que individualmente não preenchem as condições de reconhecimento de Ativos nos termos da NCRF 7.



3.3. Orçamento Anual de Exploração (2016)

Relativamente aos Gastos importa referir:

- **Fornecimentos e Serviços Externos:** Atinge um valor previsível de 106.246,80 €; Integra os gastos correntes (fixos) decorrentes da atividade de exploração os quais, quando diretamente relacionados com a inflação foram atualizados em aproximadamente 1,3% (manutenção do índice divulgado pelo Banco de Portugal para 2015); Refira-se o peso da rubrica de conservação e reparação, de 70.576,82 € (cerca de 66%), no âmbito de diversas obras de reparação e conservação solicitadas pelos arrendatários; trabalhos especializados (no âmbito do apoio contabilístico, de consultoria e jurídico), de 15.345,41 €, e outros Fornecimentos e Serviços (associados fundamentalmente a Condomínios) de 10.290.61 €.
- **Os Gastos com Pessoal,** de 97.551,82 € refletem:
 - A reposição do pagamento dos subsídios de férias e de Natal ou equivalente, este em duodécimos, conforme divulgado no orçamento do estado de 2015;
 - Manutenção das reduções remuneratórias previstas na Lei 75/2014 (ordenados superiores a 1.500,00 €), com reposição de 20% em 2015 e mais 20% em 2016 (manutenção das linhas gerais divulgadas no OGE 2015).
- **As Depreciações,** de 6.412,55 €, cujo montante é idêntico ao estimado para 2015, em resultado de não terem sido previstos novos investimentos, quer em 2015, quer em 2016; A verba resulta, fundamentalmente, das depreciações respeitantes à “Substituição das Coberturas do B. da Balsa e Impermeabilização das Caixas da Escada”, de 103.324,88 € e da “Substituição das Caleiras do B. Qta. da Pomba e Planos de Segurança”, de 22.317,37 €, os quais estão a ser depreciados num período de 20 anos.
- **Imparidades,** de 2.418,11 €, que resultam de um agravamento previsto de 10.174,88 € de eventuais incumprimentos e da recuperação (reversão) de imparidades anteriormente constituídas de 7.756,77 €. Estima-se, ainda, para 2016 a manutenção do mesmo clima de reduzido rendimento disponível das famílias.
- **Outros Gastos e Perdas,** de 1.113,65 €, estimados na base da média dos montantes verificados em 2014 e 2015, verba prevista para fazer face a eventuais gastos de exercícios anteriores.





Relativamente aos Rendimentos importa referir:

Prestações de serviços:

- Tendo presente o normativo relativo aos procedimentos de atualização das “rendas apoiadas” (Lei 81/2014, de 19/12), estima-se, para 2016, uma variação positiva na ordem dos 11,06%.

Porém e, por que o clima económico-financeiro para 2016, quando confrontado com 2015, não irá sofrer melhorias significativas, no que respeita aos rendimentos disponíveis da maioria dos arrendatários (reforço dos critérios de atribuição do rendimento social de inserção e reduzidas expectativas quanto à criação de novos postos de trabalho), espera-se que alguns dos nossos inquilinos venha a apresentar pedidos de revisão de rendas, logo que notificados das novas atualizações.

Assim, por prudência e simplificação, estimou-se apenas uma evolução de 10%, incidindo sobre uma base que resultou da média das rendas faturadas nos últimos 5 anos efetivos, bem como da estimativa para 2015, acrescida das rendas do novo Bloco (B) do Bairro Municipal, apontando para um montante na ordem dos 213.913,66 €.

De referir, igualmente, uma previsão para agravamentos de rendas (pagamentos fora do prazo legal = 50% da renda mensal), tendo-se aplicado uma percentagem, arredondada por defeito, de 5, 5%, a qual resulta da média dos pesos relativos entre as rendas e os agravamentos faturados nos últimos 6 anos (incluindo o estimado para 2015), valor que se espera possa atingir, em 2016, os 11.071,10 €.

- **Outros rendimentos e ganhos:** 3.584,90 €, que:

Inclui a imputação dos subsídios provenientes do Município, de 2.532,05 € na proporção das depreciações praticadas e de eventuais correções extraordinárias relativas a exercícios anteriores de 1.052,85 € (média dos dois últimos exercícios).

- **Juros e rendimentos similares obtidos:**

Dado se ter reforçado o montante das aplicações em Depósitos a Prazo, espera-se obter um montante de juros de cerca de 1.113,65 €, o qual resulta da extrapolação da remuneração anual estimada para 2015.

(Ver, página seguinte, mapa com as estimativas para 2014 e as previsões para 2015 das rubricas que compõem a Demonstração de Resultados)



14

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31-12-2016 (Previsto)	31-12-2015 (Estimado)
Vendas e serviços prestados	+	222.169,83	209.093,79
Subsídios à exploração	+		
Ganhos/Perdas imputa. de sub. Assoc. e EC	+/-		
Variação nos inventários da produção	+/-		
Trabalhos para a própria entidade	+		
Custo mercad. vendas e maté. Consumi.	-		
Fornecimentos e serviços externos	-	-106.246,80	-97.498,18
Gastos com pessoal	-	-97.551,82	-97.000,53
Imp. de inventários (perdas/reversões)	-/+		
Imp. de div. a rec. (perdas/reversões)	-/+	-2.418,11	-2.418,11
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		
Imp. inv. não depreciá./amort.(perdas/rever.)	-/+		
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		
Outros rendimentos e ganhos	+	3.584,90	3.684,89
Outros gastos e perdas	-	-1.113,65	-911,76
Res. antes de deprecia., gastos de financ. Imp.	=	18.424,34	14.950,10
Gastos/reversões de deprecia. e de amortização	-/+	-6.412,55	-6.412,56
Imp.de inv.depreciá/amortizá(perdas/reversões)	-/+		
Res.oper.(antes de gastos financia e impostos)	=	12.011,79	8.537,54
Juros e rendimentos similares obtidos	+	1.473,75	1.473,75
Juros e gastos similares suportados	-		
Resultado antes de impostos	=	13.485,54	10.011,29
Imposto sobre rendimento do período	-/+	-2.464,53	-1.882,24
Resultado líquido do período	=	11.021,00	8.129,06
Resultado das atividades descontinuadas (líquido)			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-		
Interesses minoritários	+/-		
	-		
Resultado por ação básico			

Em consequência:

- O Resultado Líquido previsível para 2016 ascenderá a 11.021,00 €, tendo em consideração a estimativa de IRC, no valor de 2.464,53 € (ainda influenciado pelo efeito dos impostos diferidos).



3.4. Orçamento Anual de Tesouraria (2016)

DESPESA	31-12-2016 (previsional)	31-12-2015 (estimativa)
1. Setor Público (SegSocial e IRS-Pessoal)	39.623,66 €	40.035,89 €
2. Fornecimentos e Serv. Externos/ Diversos	111.690,64 €	100.330,30 €
3. Investimentos (Obras em Edifícios Alheios)	- €	- €
3.1 Substituição Caleiras Quinta da Pomba	- €	- €
3.2 Impermeabilização Caixas Escada B. Balsa	- €	- €
4. Gastos com Pessoal	55.918,47 €	54.914,22 €
5. Pag. p/Conta/PEC/IRC Auto Liquidação	5.109,75 €	3.663,78 €
6. Pagamentos Diversos	27.211,87 €	22.829,42 €
6.1 Investimento - S. Coberturas Q. Pomba	- €	- €
6.2 Fornecedores - Atividade Operacional - Ano Anterior	22.588,10 €	16.491,99 €
6.3 Pagamento Estado (SegSocial e IRS Dez. Ano Anterior)	3.267,77 €	3.068,94 €
6.4 Devolução Garantias O. Reab. B. Sociais	1.356,00 €	3.268,49 €
6.5 Pagamentos Proj. p/Carenciados	- €	- €
7. Despesas Financeiras e O. Residuais	- €	- €
Total Despesa	239.554,39 €	221.773,61 €
RECEITA		
1. Vendas e Prestações de Serviços	221.949,42 €	223.935,62 €
2. Subídios ao Investimento Município	- €	- €
3. C. Programas Habitacionais e P. p/Carenciados	- €	- €
4. Cob. Dívidas (Receitas) - Exercícios Anteriores	9.752,78 €	9.573,76 €
5. Outas de Caráter Residual	- €	- €
Total Receita	231.702,20 €	233.509,38 €
Saldo Inicial	180.477,11 €	168.741,34 €
S. Exercício	- 7.852,19 €	11.735,77 €
Saldo Final	172.624,92 €	180.477,11 €

Despesas:

- Estima-se um total de Encargos com o setor público relacionado com os descontos para a Segurança Social e IRS dos trabalhadores de 39.623,66 €, ligeiramente inferior ao ano anterior, devido às reduções nas taxas de retenção de IRS.



[Handwritten signature and notes]

- A despesa de 111.690,64 € associada a gastos correntes, **diretamente relacionados** com a atividade de exploração; Assumem particular importância as rubricas de conservação e reparação, condomínios e trabalhos especializados.
- As despesas com pessoal, num montante de 55.918,47 €, integram os pagamentos liquidados (menos retenções de IRS) dos salários e dos subsídios de férias e de Natal (este em duodécimos), no pressuposto da manutenção do estabelecido na Lei 75/2014 e das linhas gerais divulgadas no OGE 2015.
- Pagamentos por conta e de IRC (autoliquidação), de 5.109,75 € em resultado dos normativos fiscais em vigor.
- Relativamente a outros pagamentos diversos importa referir:
 - Fornecimentos correntes de 22.588,10 € associados, fundamentalmente, a obras de conservação e reparação que ocorreram nos últimos meses do exercício anterior.
 - Pagamento ao Estado dos encargos com Pessoal relativos a Dezembro/2015, de 3.267,77 €.
 - Devolução da restante garantia retida aquando da realização das obras de reabilitação dos bairros sociais, no montante de 1.356,00 €.

Receitas:

- Em relação a **Prestações de Serviços** prevemos o recebimento de:
 - Rendas: 221.942,42 €. O valor tem por base a média anual ponderada dos últimos 6 exercícios (incluindo o valor estimado para 2015) entre os valores recebidos e os valores faturados.
 - Cobrança de dívidas de exercícios anteriores (Prestações de Acordos), de 9.572,78 € que resulta da aplicação de uma taxa média ponderada (4,56%) obtida da relação entre as prestações de acordos e as rendas faturadas, desde 2010.
- No que respeita a **Subsídios ao Investimento**, não se estimaram quaisquer recebimentos, uma vez que não estão previstas novas adições.



3.5. Balanço Previsional (2016)

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		31.12.2016 (Previsto)	31.12.2015 (Estimado)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		85.060,29	91.472,86
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - MEP			
Participações financeiras - Outros métodos			
Acionistas/Sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos		2.376,96	2.376,96
		87.437,25	93.849,82
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes		30.339,58	29.722,28
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		513,95	0,00
Acionistas/Sócios		0,00	2.656,79
Outras contas a receber		0,00	57,50
Diferimentos		834,84	834,84
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		172.624,92	180.477,11
		204.313,29	213.748,52
Total do ATIVO		291.750,53	307.598,33
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		75.000,00	75.000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas legais		15.000,00	15.000,00
Outras reservas		136.386,98	128.257,92
Resultados transitados		-34.472,16	-33.902,45
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		25.510,40	27.472,73
Resultado líquido do período		11.021,00	8.129,06
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		228.446,22	219.957,26
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos		7.406,24	7.975,96
Outras contas a pagar			
		7.406,24	7.975,96
Passivo corrente			
Fornecedores		17.144,26	22.588,10
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		3.069,14	4.597,15
Acionistas/Sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar		14.299,55	31.094,74
Diferimentos		21.385,13	21.385,13
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		55.898,08	79.665,12
Total do Passivo		63.304,32	87.641,08
Total do Capital Próprio e do Passivo		291.750,53	307.598,33



Relativamente ao Balanço para 2016 importa referir:

Ativo Não Corrente:

- A rubrica de **Ativos Fixos Tangíveis** (valor bruto deduzido das respetivas depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade) regista os investimentos e as respetivas depreciações dos anos transatos já que em 2016 não irão ocorrer novas adições.
- **Ativos por impostos Diferidos:** Dado ter terminado no exercício de 2014 o reconhecimento dos ajustamentos de transição para o novo normativo SNC, o montante representa apenas o efeito das imparidades de arrendatários (idêntico ao estimado para 2015, por simplificação).

Ativo Corrente:

- Regista os valores em dívida decorrentes da atividade operacional nomeadamente no valor previsional das dívidas dos arrendatários, de 30.339,58 €. Importa referir a tendência para o aumento do prazo médio de recebimentos em virtude da situação atual do país e da manutenção das medidas de austeridade, nomeadamente ao nível das altas taxas de IVA em bens alimentares e serviços que terão inevitáveis repercussões no rendimento disponível das famílias mais carenciadas.
- Acionistas: Sem valor, em virtude de se estimar a sua regularização no decurso do exercício.
- Diferimentos: Valores estimados com seguros e gastos de condomínio.
- Caixa e Depósitos Bancários: Saldo estimado para o Orçamento de Tesouraria no final do exercício.

Capital Próprio:

- Aplicação de resultados relativos ao exercício de 2015, no valor previsto de 8.129,06 €, os quais serão transferidos para reservas.
- A redução na rubrica 59 – O. Variações nos Capitais Próprios, resultante fundamentalmente da transferência dos subsídios atribuídos pelo Município para as correspondentes rubricas de Rendimentos, no montante de 2.532,05 € e do efeito dos impostos diferidos passivos, de 569,71 € (taxas de 21,5% + 1,5%).
- O Resultado líquido previsível para 2016, de 11.021,00 €, o qual já reflete o efeito dos Impostos Diferidos.



↓
V. Aguiar

Relativamente ao Passivo importa referir:

Passivo Não Corrente:

- **Passivo por Impostos Diferidos:** A flutuação prende-se com a realização do subsídio ao investimento, deduzido dos efeitos fiscais, de 569,71 €.

Passivo Corrente:

- **Fornecedores:** 17.144,26 € resultantes da atividade operacional.
- **Estado e Outros Entes Públicos:** 3.069,14 €, valor relacionado com os encargos com pessoal, relativo a Dezembro/2016, a liquidar em Janeiro/2017.
- **Outras Contas a Pagar:** 14.299,55 €: Para além dos montantes estimados com férias, subsídio de férias e encargos de 2016 a liquidar em 2016, de 12.999,42 € contempla, igualmente, valores não relevantes a aguardar regularização; Esta rubrica reflete, também, os valores residuais para balanceamento entre o total do Ativo e do Passivo previsionais.
- **Diferimentos:** 21.385,13 €, associados a rendimentos diferidos de carácter corrente relacionados com as rendas, conforme informação já referida anteriormente. O valor considerado foi mantido nos níveis estimados para 2015, os quais se basearam nas médias trimestrais de 2015 e de 2014 (4.º trimestre).

4. Conclusões

Em 2016 a Empresa Municipal irá manter a atividade operacional no âmbito das suas atribuições. Conforme estimado para o exercício em curso (2015), trata-se de mais um ano de estabilização de atividade tendo em conta os elevados investimentos ocorridos nos exercícios anteriores. Por outro lado, continuará a dar-se prioridade a obras de conservação e reparação que têm vindo a ser solicitadas pelos arrendatários e que manifestamente são necessárias. A segurança física das instalações continuará a ser prevenida por um sistema de vídeo vigilância, e a segurança, ao nível do equipamento informático, não terá carácter material mas apenas de manutenção e aumento da eficiência, mantendo-se o recurso às capacidades disponibilizadas pelo "Data-Center" do Município, através de um Contrato Programa.

Conforme refletido nas Demonstrações Financeiras previsionais, é expectável um Resultado Líquido positivo superior ao estimado para 2015.



[Handwritten signature] 20

[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

A reposição das reduções remuneratórias apenas para vencimentos superiores a 1.500,00€, bem assim a reposição em 2016 de mais 20% daquelas reduções (vidé linhas gerais do OGE/2015), acabam por implicar um acréscimo nos gastos com pessoal de aproximadamente 500,00 €.

No que respeita às rendas, optou-se por um cenário de prudência relativamente à aplicação do normativo em vigor de atualização de rendas apoiadas (Lei 81/2014, de 19/12), tendo-se fixado o acréscimo em 10% (a evolução prevista das atualizações será de cerca de 11,06%), uma vez que se prevê a apresentação de alguns pedidos de revisão (a situação económica e financeira ainda se mantém em cenário de contenção).

Para base de aplicação do coeficiente de prudência (10%), optou-se pelo valor médio das rendas faturadas nos 6 mais recentes exercícios (incluindo o estimado para 2015).

Ao valor assim determinado, acresceu o montante estimada com as rendas do novo bloco habitacional do Bairro Municipal (Bloco B).

Estimaram-se agravamentos de rendas, de acordo com o constatado nos últimos 6 anos, pois continua-se a verificar atrasos dos pagamentos nas datas legalmente estabelecidas (agora, até ao dia 10 do mês a que respeitam).

Continuar-se-á a reforçar as medidas de controlo interno e de monitorização de saldos em dívida em relação aos arrendatários uma vez que persiste alguma tendência para a dilação dos prazos médios de recebimentos, apesar da ligeira recuperação que se começa a verificar na conjuntura económica-financeira do nosso país.

Viseu, 15 de Outubro de 2015

O Conselho de Administração,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

